

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA**

CAROLINA LLANES GUARDIOLA

**AUTORIDADES, LIDERANÇAS E
ADMINISTRAÇÃO DE
CONFLITOS NA ALDEIA
INDÍGENA PATAXÓ DE BARRA
VELHA, BAHIA**



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

CAROLINA LLANES GUARDIOLA

AUTORIDADES, LIDERANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS NA
ALDEIA INDÍGENA PATAXÓ DE BARRA VELHA, BAHIA

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre

Vínculos temáticos

Linha de Pesquisa do orientador: Cultura Jurídica, Segurança Pública e Conflitos
Sociais

Projeto do orientador: Dr. Roberto Kant de Lima

Co-orientador: Dr. Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão

Niterói

Março de 2011

Llanes Guardiola, Carolina

Autoridades, Lideranças e Administração de Conflitos na Aldeia Indígena Pataxó de Barra Velha, Bahia / Carolina Llanes Guardiola, UFF/ Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Niterói, 2011. 140 f.

Orientação do Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, 2011.

1. Autoridades. 2. Lideranças 3. Indígenas Pataxó. 4. Antropologia política I. Dissertação (Mestrado). II. Título

Banca Examinadora

Prof. Orientador – Dr. Roberto Kant de Lima

Universidade Federal Fluminense

Prof. Co-orientador Dr. Ronaldo Joaquim da
Silveira Lobão

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Fabio Reis Mota

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José Pimenta

Universidade de Brasília

*A mi mamá y mi papá,
por el amor que no tiene distancia*

RESUMO

O presente trabalho procura analisar as formas locais de construção de liderança e autoridade entre os indígenas Pataxó da aldeia Barra Velha, no sul do estado da Bahia. A partir de uma etnografia da construção social da liderança e seus diferentes dispositivos, discuto a re-criação dos papéis de chefia e a mobilização de capitais sociais em direção à construção da autoridade. Como contexto de análise, proponho uma interpretação da natureza dos conflitos como cenário propício para intervenção das autoridades. Tais formas sociais de apresentação da liderança e da autoridade são descritas mediante a etnografia de quatro trajetórias de sujeitos que durante a realização da pesquisa ocupavam uma posição de destaque dentro da aldeia pela sua atuação como lideranças em campos diferenciados. A importância crescente das figuras da autoridade e liderança foi definida pelos próprios Pataxó a partir da auto-avaliação e encenação de suas respectivas trajetórias pessoais bem como sua inserção na Aldeia Barra Velha. Soma-se à etnografia uma revisão bibliográfica da Antropologia Política que fundamenta minha discussão em torno das narrativas de ordem, harmonia e controle social construídas localmente. Como resultado, analiso os processos em que tais narrativas transitam tomando como referência três aspectos inter-relacionados: primeiro, em relação à construção do sujeito político Pataxó diante das narrativas de “bom nativo”; segundo, em relação às formas de burocratização das relações cotidianas a partir dos referentes jurídicos da sociedade envolvente e terceiro, em relação às formas locais de sanção positiva que produz a constituição da liderança e a reprodução das narrativas de organização social.

PALAVRAS-CHAVE: autoridades, lideranças, indígenas Pataxó, Antropologia política

ABSTRACT

This work analyses the local kinds of leadership and authority construction among the Pataxó indians from Barra Velha village, in the south of Bahia - Brazil. From an ethnography of leadership social construction and its different devices, I focus on the re-creation of leadership roles and social capital mobilization to the authority construction. As a context analysis, I propose a conflict's nature interpretation as a propitious scenario to authority intervention. Those social kinds of leadership and authority presentation are reported through the ethnography of four guys who, during the fieldwork, took a prominent position inside the village by their performance in different fields. The growing importance of authority and leadership form was determined by the Pataxós themselves, from their self evaluation and staging of their personal trajectory as their insertion in Barra Velha Village. There's a bibliographic review added to the ethnography, related to Political Anthropology, that justifies my debate about the order, harmony and social control stories locally constructed. As a result, I analyse the process inside which those stories take place, focusing, as a matter of reference, three interrelated aspects: first, in relation to the Pataxó's political subject construction in relation to the "good native" stories; second, in relation to the bureaucratization forms of everyday relationships from the surrounding society legal concernings; and third, in relation to the local ways of positive penalties that produce the leadership constitution and social organization reproduction stories.

KEY-WORDS: authorities, leaderships, Pataxó indians, Political Anthropology

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGU – Advocacia Geral da União

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IFCB – Instituto Federal de Ciência da Bahia

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

PNMP – Parque Nacional do Monte Pascoal

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

TIBVMP – Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal

SUMÁRIO

	PÁG.
Agradecimentos	xi
Apresentação	14
1. Anotações de um percurso: do Caribe colombiano ao Atlântico Brasileiro	14
2. Uma vez no Atlântico brasileiro, mais um percurso: do Estado do Rio de Janeiro ao Sul do estado da Bahia	15
Introdução	20
1. As mudanças no percurso e a discussão proposta	20
Capítulo 1 – O contexto da pesquisa	23
1. Os indígenas Pataxó do estado da Bahia e na aldeia Barra Velha: um percurso bibliográfico	23
2. A “Aldeia Mãe” e a Terra Indígena. Dinâmicas e interações locais	29
3. Os Pataxó da Aldeia Barra Velha e a construção social da autoridade	37
a. O Cacique e o Conselho Geral e Deliberativo	37
b. Associativismo na aldeia Barra Velha	42
i. Associação da Comunidade Indígena da aldeia Barra Velha – Acibave-	42
ii. Associação dos bugreiros de Barra Velha	43
c. O Regimento Interno	46
4. A natureza dos conflitos: brigas e desentendimentos no nível local	55
Capítulo 2 – Trajetórias da autoridade na aldeia Barra Velha	60
1. Do espaço ordinário à construção da liderança/autoridade	60
2. Quatro trajetórias na construção da autoridade na Aldeia Barra Velha	64
a. Romildo	64

b. Adalto	74
c. Raoni	81
d. Marcos	86
3. Lugares e mediações da autoridade na administração de conflitos: um evento	95
Capítulo 3 – Autoridades, Lideranças e administração de conflitos	
na aldeia indígena Pataxó de Barra Velha, Bahia	99
1. Chefias, autoridades e conflitos em contextos locais: um breve percurso desde antropologia política	99
2. Governança e organização política em sociedades indígenas do Nordeste. O caso da aldeia Pataxó de Barra Velha	105
a. Cacique e Lideranças: a construção do sujeito político Pataxó	105
b. A burocratização das relações cotidianas: o Conselho Deliberativo, as Associações e o Regimento Interno	109
c. Sanções Positivas	114
Capítulo 4 – Considerações finais	117
Bibliografia	120
Anexo	127
Regimento Interno da Aldeia Mãe Pataxó Barra Velha	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa Demarcação Terra Indígena Barra Velha – FUNAI 2005	30
Figura 2 Mapa Geral Território tradicionalmente ocupado Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal. Aldeias	31
Figura 3 Aldeia Barra Velha no contexto da Terra Indígena	32
Figura 4 Artesanato de sementes na Aldeia Barra Velha, colares e preparação da semente	34
Figura 5 Buggy da Aldeia Barra Velha	35
Figura 6 Vista localidade Pará. Igreja	37
Figura 7 Preparação de farinha. Campo do Boi.....	37
Figura 8 Luão, 27 de maio de 2010.	40
Figura 9 Fluxograma do Conselho Geral e Deliberativo.....	53
Figura 14 Atividade de roçado do terreno para quadra esportiva.....	54
Figura 16 Raoni, Tomado do Relatório do Estudo Etnoecológico TI Barra Velha (Lobão et al. 2009) Foto de Bruno Mibielli	54
Figura 17 Reunião Centro Cultural da aldeia Trevo do Parque, agosto de 2009	54
Figura 18 Reunião Centro Cultural da Aldeia Trevo do Parque, agosto de 2009.....	54

AGRADECIMENTOS

Me reservo este apartado de la *dissertação* para decir GRACIAS con el corazón. Quiero expresar en lengua materna mis sentimientos de agradecimiento hacia muchas personas que han estado presentes en los caminos que he recorrido en la Antropología. Me disculpo de antemano por la omisión de alguien, finalmente, esto parece ser una situación común en estos procesos finales.

Quiero agradecer principalmente a todos los habitantes de la aldea Pataxó Barra Velha por la disposición para acogerme y permitirme conocer y explorar su convivencia para hacer de ella, un producto de reflexión académica. Especialmente, agradezco al cacique Romildo, por permitir mi presencia en la aldea. A Marcos Braz, Tauana e Ana Luiza por toda su hospitalidad durante la realización del trabajo de campo. A Raoni, Piega, Adalto, Araué, Barata, Jossimar, entre otros, por dedicar un tiempo de su día a día para conversar sobre la vida y las tradiciones Pataxó.

Agradezco a los profesores miembros de la banca, José Pimenta e Fabio Reis Mota por haber aceptado esta invitación.

Agradezco al profesor Ronaldo Lobão, quien desde mi llegada a Brasil ha estado atento a mi proceso académico y de adaptación a la vida brasilera, además por ayudarme a encontrar nuevos caminos y contextos en la investigación en Antropología a partir de la realidad indígena de los Pataxó. Al mismo tiempo, al Grupo de Iniciação de Pesquisa em Direito – GIPED - por el espacio de interlocución e intercambio de ideas y por tratar de hacer entendible en cada encuentro semanal, el universo jurídico brasilero.

Al profesor Roberto Kant de Lima, por todas sus orientaciones y por guiar este proceso académico con todos sus cambios y adaptaciones.

Un agradecimiento especial a los profesores, profesoras y demás colegas del Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas - NUFEP- por la cálida acogida y los inúmeros aprendizajes aprovechados tanto en los encuentros académicos como en las reuniones de los lunes y su final en la mesa del bar. Un “Gracias” muy especial a Sabrina, Glaucia, Fabio, Lucia, Izabella, por contribuir a que mi experiencia en Brasil esté llena de alegrías y momentos especiales que siempre estarán en mi recuerdo.

Con especial énfasis, debo agradecer a la gestión a través del Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC) por la beca de estudios de la *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES-* y la financiación para la realización de la investigación. Asimismo, debo agradecer a Virginia y a Lucio que, desde su trabajo administrativo, hicieron posible la realización del trabajo de campo y en general, por su responsabilidad con el funcionamiento del Instituto y del Núcleo.

A mi familia, que pese a la distancia, han hecho propios mis sueños y mis alegrías. A mi mamá Mildred y mi papá Leonet, a quienes también dedico este trabajo; a mis hermanos Farides y Wilgen, a mis sobrinos Leonardo Gabriel y Leonet Josué, gracias por el apoyo, el cariño y la complicidad de siempre.

A Sandro, por *nosso café da manhã* y nuestras inacabables conversas. Gracias por todo el cariño y el apoyo que han hecho más leve y dulce este proceso.

A las hermanas Pitasse, Mariana y Katarina, por acogerme en su casa y porque con sus diferencias me enseñaron a *encarar o seu Brasil*, con mucha alegría y cariño desde mi llegada a este país. Aprendimos mucho en estos dos años, gracias por la convivencia y haber abierto sus puertas a la experiencia incierta de recibir a una colombiana en casa. A Mariana, especialmente, por haber realizado las transcripciones de las entrevistas pese a las dificultades que producen el acento regional y las condiciones de las grabaciones.

A las amigas de siempre, que están instaladas en el corazón, un inmenso gracias aquí y allá a Marta Fernández, Mary Lilia Congolino, Paula Sanín, Sonia Pineda, Natalia Quiceno, Claudia Puerta, Diana Arroyave, Diana Ojeda, Yolanda Zapata, Katherine Peña, Viviana Alvarado, Connie López, Silvia Monroy, Verónica Espinal, Stella Rodríguez, Úrsula Jaramillo, Sandra Patiño, Shirley Bustamante, Gissella Hoyos, Lina Mejía, Alba Pupo.

A mis profesores en la Universidad de Antioquia, Robert Dover y Gloria Isabel Ocampo, por el estímulo que siempre me dieron para realizar un post-grado.

A la *turma do mestrado* que llenó de alegría cada día de clases y cada encuentro por fuera del salón. Haciendo de cada momento, experiencias de vida que van más allá del sentido académico, a todos y todas: Gracias. Especialmente, a Camila Fernandes,

Gleice Coelho, Leif Grünwald, Néstor Gomes, Pedro Pio de Oliveira e Pedro
Guilherme Freire.

¡Siempre Gracias!

APRESENTAÇÃO

1. Anotações de um percurso: do Caribe colombiano ao Atlântico brasileiro

A motivação de iniciar um curso de pós-graduação em Antropologia no Brasil surgiu alguns anos atrás no meio do curso de graduação em Antropologia na Universidade de Antioquia na Colômbia. Além disso, a experiência como estudante de pós-graduação na Universidade de Brasília da minha professora e amiga Silvia Monroy acrescentou tal motivação a partir das informações detalhadas que forneceu em relação aos programas em diferentes regiões.

Desta maneira, comecei estudar português, revisar as ementas de diferentes programas de pós-graduação no Brasil e preparar a documentação necessária para enviar às universidades. A professora Silvia Monroy sugeriu-me procurar informação sobre o núcleo de pesquisa e os trabalhos do professor Roberto Kant de Lima cujos trabalhos ela conheceu durante as aulas no mestrado e também havia escutado em uma palestra ministrada na UnB e havia lido - parecido um trabalho interessante e que poderia encaixar com os meus interesses de pesquisa. Foi assim que escolhi o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense e devido a seu edital diferenciado para alunos estrangeiros encaminhei minha documentação obtendo o resultado de aprovação no final do mês de janeiro de 2009.

Com o início das aulas marcado para o dia 5 de março desse mesmo ano, eu tive o mês de fevereiro para realizar os trâmites respectivos ao deslocamento, visto, traduções juramentadas, legalização da documentação colombiana, encerramento das atividades docentes e de pesquisa na Universidade de Antioquia, despedidas familiares, etc. E desta maneira, troquei as águas mornas do caribe colombiano pelo litoral Atlântico brasileiro.

Nessa interface do resultado e do início das aulas, a professora Silvia Monroy repassou o contato do professor Ronaldo Lobão a quem conheceu como estudante de doutorado no programa de pós-graduação da UnB. Foi assim que entrei em contato com o professor Ronaldo e graças a sua ajuda e disposição, muitas situações foram

resolvidas sem complicações como minha chegada ao Rio de Janeiro e minha moradia em Niterói, entre outras.

2. Uma vez no Atlântico brasileiro, mais um percurso: do Estado do Rio de Janeiro ao Sul do estado da Bahia

Embora meus interesses de pesquisa para desenvolver no mestrado inicialmente estavam voltados à continuidade do projeto de pesquisa em que trabalhei na Colômbia, relacionado à análise das políticas públicas de moradia em um município da região caribe colombiana fortemente afetado pelo conflito armado, com o passar do tempo, me introduzi em outras problemáticas acadêmicas específicas do Brasil. Pouco depois de ter começado as aulas do mestrado, comecei acompanhar a última fase do Estudo Etnoecológico que o professor Ronaldo Lobão realizava em função da implantação e passagem do gasoduto Cacimbas-Catu na Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal (TIBVMP).

Deste modo, me aproximei ao povo Pataxó do Sul da Bahia a partir da leitura e revisão deste relatório e da organização das demandas encaminhadas à Petrobras/Gasene para compensação, em função das legislações ambiental e indigenista vigentes. Posteriormente, acompanhei algumas reuniões dentro da fase final deste processo, com destaque para os processos de representação política das lideranças, as quais me motivaram a realizar meu estudo junto ao povo Pataxó. A partir daí, empreendi o desafio de realizar uma pesquisa em um país que estava conhecendo (e ainda estou), com uma população indígena e uma realidade sociocultural com a qual não estava familiarizada.

Com esta experiência inicial e juntando os meus interesses acadêmicos de experiências anteriores em relação às práticas jurídicas em populações indígenas na Colômbia e a inserção nos grupos de pesquisa dos professores Roberto Kant de Lima e Ronaldo Lobão (NUFEP¹ e GIPED², respectivamente) elaborei as idéias que foram apresentadas em abril de 2010, como proposta de pesquisa em relação à administração

¹ Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas, sediado na Universidade Federal Fluminense.

² Grupo de Iniciação de Pesquisa em Direito, faz parte do NUPIJ-UFF - Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas, sediado na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense.

de conflitos na Terra Indígena Barra Velha. Devo destacar que a realização deste trabalho tornou-se possível através da bolsa de mestrado CAPES/INCT-INEAC e pela execução do subprojeto de pesquisa dentro do INCT-INEAC³.

O licenciamento ambiental em Terras Indígenas no Brasil requer vários procedimentos de consulta e emissão de relatórios técnicos, pareceres e termos de compromisso. Neste conjunto de documentos, a presença das lideranças é um critério importante nas decisões, pois a legislação indica que se consulte a comunidade indígena. Na fase final do Estudo Etnoecológico as lideranças foram acionadas como os porta-vozes da comunidade no processo de negociação dos termos da compensação. As reuniões entre uma composição de lideranças tradicionais e agentes e as agências de governo é um espaço oportuno para mobilizar capitais sociais para a manutenção das relações de poder.

O termo “compensação” tem relação com a legislação ambiental. No caso da passagem do gasoduto Cacimbas-Catu na TIBVMP o processo atingiu dois momentos⁴, primeiro as medidas mitigatórias como a elaboração de um Código de Conduta e a construção e consolidação do Grupo de Acompanhamento Pataxó –GAP-; e segundo, a compensação propriamente dita através da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentado Etnoecológico – PDSE –, que até a conclusão deste trabalho não havia finalizado.

Na revisão das demandas no processo de compensação, várias situações chamaram a minha atenção: dentre elas as questões referidas à segurança e à fiscalização do uso de recursos naturais no interior da Terra Indígena Barra Velha. Não pelas demandas em si, mas porque a partir das demandas o tema apresentado pelos Pataxó me levou inicialmente a pensar na existência de um problema mais profundo, ligado a dispositivos de controle, autogoverno e autonomia sobre seu território.

Centrando na questão da segurança e dos conflitos, a primeira aproximação às preocupações dos Pataxó baseou-se na formação de uma “guarda indígena”. No entanto,

³ Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos

⁴ A diferença entre medidas compensatórias e mitigatórias pode se esclarecer através das seguintes definições: “Medidas Compensatórias: Medidas tomadas pelos responsáveis pela execução de um projeto, destinadas a compensar impactos ambientais negativos, notadamente alguns custos sociais que não podem ser evitados ou uso de recursos ambientais não renováveis. Medidas Mitigadoras: São aquelas destinadas a prevenir impactos negativos ou reduzir sua magnitude. É preferível usar a expressão "medida mitigadora" em vez de "medida corretiva", uma vez que a maioria dos danos ao meio ambiente, quando não pode ser evitada, pode apenas ser mitigada ou compensada” (Sousa, Cordeiro e Lobão, 2008: 27).

a pesquisa bibliográfica (Rego, 2009) e a consulta com os atores envolvidos – primeiramente, com os indígenas e depois no diálogo com meus orientadores -, me levou a reformulação da pergunta da pesquisa transpondo a questão da autonomia para as formas de governo e a construção de autoridades locais. Nas reuniões subsequentes, percebi que aos poucos, a guarda em si, não era mais uma preocupação para os Pataxó da aldeia Barra Velha, devido à experiência observada na aldeia Coroa Vermelha⁵ onde a guarda indígena estava com suas atividades suspensas até a conclusão deste trabalho.

Aos poucos a pergunta da pesquisa centrou-se no conjunto de iniciativas locais para administrar conflitos, isto é, as diferentes estratégias que são adotadas cotidianamente pela comunidade indígena local, em face às suas preocupações referidas à segurança e ao estabelecimento de padrões de convivência geral. A implantação de uma governança⁶ local baseada na afirmação de valores indígenas e criação de alguns limites físicos e discursivos para o universo externo mediante a construção de algumas fronteiras objetivas.

Neste sentido, cabia na imaginação da governança Pataxó a idéia da formação da guarda, mas também a regularização da Associação Indígena, a construção de um Regimento Interno, a construção de guaritas para o controle das entradas e saídas – que serão apresentados mais na frente-. Estas propostas encontravam-se no processo de consulta interna da comunidade para serem implantadas e se converteram no objeto da proposta etnográfica. No entanto, a etnografia realizada em vários momentos e as subsequentes reflexões em torno à problemática levou a redefinição do foco da pesquisa e da organização desta dissertação.

Os objetivos traçados para delinear a construção das perguntas e orientar a observação no trabalho de campo foram:

⁵ “Aldeia surgida em 1972 e, originalmente, totalmente orientada para a comercialização de artesanato, ainda hoje sua principal atividade; é o núcleo Pataxó que mais cresce (...). Está localizada junto ao sítio histórico da Coroa Vermelha, entre a praia e a pista da BR-367” (Sampaio 2000: 128). É uma aldeia de importante referência para os Pataxó devido ao fluxo comercial e turístico e as dinâmicas que isto pode gerar.

⁶ O conceito de governança utilizado aqui procura acompanhar a proposta de Santos (1997). Segundo a autora “a discussão mais recente do conceito de *governance* ultrapassa o marco operacional para incorporar questões relativas a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico (...). Incluem-se aí, não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes), hierarquias e associações de diversos tipos”.

- Descrever as práticas locais de controle social e administração de conflitos, a partir dos mecanismos desenhados pela comunidade indígena Pataxó de Barra Velha.
- Indagar pelas relações entre “sensibilidades jurídicas” (Geertz, 2006) que confluem no território indígena Pataxó, a partir da exploração das formas locais para administrar os conflitos e a sua interface com práticas institucionais estatais.
- Analisar as representações locais sobre “segurança pública”.
- Acrescentar ao corpus etnográfico as formas de controle social, em face à análise das instituições e cultura jurídica no Brasil.

Com esses objetivos traçados realizei em março de 2010 uma primeira etapa de trabalho de campo. Logo depois de ter apresentado a qualificação no mês de maio de 2010, como requisito dentro do processo de formação do mestrado, encaminhei-me para uma segunda etapa de campo entre maio e junho desta vez com duração de 32 dias na aldeia Barra Velha com circulação pelas localidades próximas.

Finalmente, em janeiro de 2011, realizei uma última fase de trabalho de campo com duração de 11 dias, que me permitiu observar a relação dos Pataxó da aldeia Barra Velha no período de alta estação com forte apelo turístico e festividades religiosas. Ao mesmo tempo, pude contrastar as versões observadas na primeira e segunda fase de trabalho de campo e, acrescentar as informações em relação ao papel das autoridades e sua relação na construção da identidade Pataxó.

Nesse sentido, este trabalho situa-se na linha de pesquisa Cultura Jurídica, Segurança Pública e Conflitos Sociais, cujo propósito é analisar, em uma perspectiva comparada, os modelos jurídicos de produção da verdade e de administração institucional de conflitos no espaço e na esfera públicos, realizando etnografias de práticas e processos de administração de conflitos vinculados às instituições judiciárias e de segurança pública, como aquelas da polícia e da justiça criminal. A partir de uma etnografia aos processos locais na aldeia Barra Velha, focarei nas interrelações entre as práticas institucionais da sociedade envolvente e as iniciativas locais de organização política para desenvolver uma análise em torno da construção local de narrativas sobre a

ordem, visíveis nas trajetórias individuais de quatro sujeitos da aldeia Pataxó de Barra Velha.

INTRODUÇÃO

1. As mudanças no percurso e a discussão proposta

No primeiro momento, o foco da pesquisa situou-se nas estratégias locais para o controle social e a administração de conflitos e no processo de construção de um Regimento Interno, na regularização da Associação Indígena e na construção de guaritas para o controle da entrada e saída na Terra Indígena Barra Velha. Para isso, durante as entrevistas e conversas informais com meus interlocutores em trabalho de campo, explorei o destaque local dado a tais processos de controle. Assim, voltei minhas atenções para os elementos que apontavam para a instauração de um sistema de administração de conflitos que tinha como eixo de sustentação a produção das imagens de autoridade e liderança na aldeia Barra Velha. Ou seja, em torno das questões ligadas à governança indígena através de dispositivos de controle e administração dos conflitos, destacavam-se as preocupações com a divisão social da liderança, expressas em diferentes formas de enfrentar a representatividade como expressão da liderança e autoridade, tanto para assuntos administrativos ligados à tutela da FUNAI quanto para eventos e momentos conjunturais que merecem especial atenção (diálogo com funcionários públicos, gestão de projetos, resolução de conflitos internos e institucionais, etc.).

Portanto, o caminho que pouco a pouco tomou a pesquisa foram as formas locais de construção de autoridades Pataxó. A partir da experiência etnográfica, no contexto de interrelações das lideranças Pataxó com inúmeros agentes, perguntei-me pelo processo que implica ser liderança dentro da aldeia, quer dizer, a elaboração das narrativas locais sobre “autoridade” e “indianidade” Pataxó, e a circulação de tais narrativas além dos limites territoriais da aldeia e da Terra Indígena.

Dirigi meu interesse sobre o papel das lideranças para estabelecer as relações de poder ao nível local, evidenciados na criação de instituições, espaços e situações onde as narrativas de ordem e reprodução cultural são re-criadas constantemente. A “autoridade” é uma expressão usada localmente para referir a uma forma específica de exercício do poder entre os Pataxó da aldeia Barra Velha. A autoridade se transmite, se negocia, se perde, se divide e se ganha.

Nesse sentido, o primeiro capítulo está destinado a contextualizar a pesquisa e apresentar os dados etnográficos. A partir da revisão bibliográfica situo os índios Pataxó como tema de pesquisa na tradição antropológica brasileira. Apresento a descrição geográfica e as características que produzem as interações locais da aldeia Barra Velha como “aldeia mãe” do povo Pataxó. Em seguida, descrevo a construção social da autoridade, com os diferentes lugares e instituições em que os sujeitos se situam para recriar seu papel de chefia e mobilizar seus diferentes capitais sociais, como é o Cacique, o Conselho Deliberativo, as Associações, o Regimento Interno. Por último, discuto a natureza dos conflitos, quer dizer, as noções locais de disputa e conflito como cenário propício para intervenção das autoridades.

No segundo capítulo, detenho-me na reconstrução de quatro trajetórias de lideranças da aldeia Barra Velha. Cabe mencionar que, dentre as diversas formas de poder localmente exercido, foram selecionados quatro sujeitos que durante a realização desta pesquisa cumpriam importante destaque dentro da comunidade: 1) O cacique Romildo Alves Ferreira, como autoridade tradicional 2) Adalto Ananias Nascimento, articulador junto à Prefeitura de Porto Seguro, 3) Raoni Braz Vieira, jovem liderança ligado aos processos de manifestações folclóricas (danças, artesanato, língua Patxohã), e 4) Marcos Braz Alves, Coordenador Técnico Local da FUNAI. Esta importância é definida pelos próprios Pataxó a partir da observação e encenação da sua trajetória pessoal e as ações que tem levado a tal reconhecimento da população.

Os níveis nos quais as imagens da liderança e as representações sobre a autoridade se desdobram são bastante amplos entre os Pataxó e se multiplicam ao descemos ao nível das relações pessoais do cotidiano. A opção por sujeitos específicos não tem por finalidade excluir outras pessoas de igual destaque. Para efeitos do presente trabalho optei pela seleção dos quatro sujeitos que construíram lideranças com características específicas, cujas trajetórias permitirão mostrar diferentes perfis e vozes que configuram a construção das autoridades e a consolidação da chamada identidade dos sujeitos Pataxó da aldeia Barra Velha.

Não pretendo “totalizar” a experiência coletiva dos sujeitos Pataxó da aldeia Barra Velha nos quatro sujeitos selecionados, mas sim, colocar a experiência individual em suas formas diferenciadas de assumir a liderança e a autoridade, como parte da construção coletiva da chamada identidade Pataxó.

De tal modo, creio que a configuração e articulação dessas diversas autoridades revelam a pluralidade de lugares e de vozes com que os Pataxó da aldeia Barra Velha interagem na construção de imagens representativas de autoridade a partir da encenação das lideranças, na resolução de disputas relacionadas à vizinhança e pequenos conflitos internos e na elaboração de um modelo identitário que se atualiza constantemente.

As diferentes trajetórias individuais estão em conexão com a experiência coletiva dentro e fora da aldeia e evidenciam as diferentes moralidades que são acionadas na ocorrência de conflitos e na sua resolução. Entretanto, ao mesmo tempo refletem a permanência da construção de uma narrativa própria a partir do “dever ser” Pataxó criado no espaço público local.

No terceiro capítulo, discuto o papel das autoridades como problema antropológico presente na literatura acadêmica clássica e contemporânea e destaco suas particularidades no cenário de reconhecimento de uma identidade étnica diferenciada diante ao contexto nacional e regional no Brasil. Esse processo transita, se retroalimenta e é visível na construção das lideranças e autoridades no nível local. Neste ponto abordarei três aspectos. O primeiro em relação à construção do sujeito político Pataxó diante as narrativas de “bom nativo”. O segundo, em relação às formas de burocratização das relações cotidianas a partir dos referentes jurídicos da sociedade envolvente. O terceiro, em relação às formas locais de sanção positiva que produz a constituição da liderança e a reprodução das narrativas de organização social.

Para finalizar, apresento as considerações finais como reflexão diante dos desafios que se apresentam nas sociedades indígenas e especialmente, entre os Pataxó da aldeia Barra Velha. Estes desafios estão ligados às mudanças nas narrativas locais e as adaptações produzidas diante das intervenções de agentes e agências institucionais que mobilizam transformações e questionam os modelos e as ações em torno à autoridade.

Capítulo 1 – O contexto da pesquisa

Neste capítulo situarei o contexto da pesquisa a partir de quatro aspectos. Primeiramente, farei um percurso bibliográfico em relação aos estudos sobre os indígenas Pataxó na literatura antropológica e sua categorização no contexto regional do Nordeste brasileiro. Em segundo lugar, apresentarei elementos descritivos da aldeia Barra Velha, sua inter-relação com as localidades próximas e as dinâmicas sociais e econômicas que a caracterizam. Em terceiro lugar, me referirei à dinâmica de organização sócio-política da aldeia Barra Velha e os elementos registrados durante a etnografia como os papéis exercidos pelos sujeitos em relação à autoridade – cacique e lideranças –, a constituição de associações com reconhecimento jurídico e a elaboração de um Regimento Interno. Finalmente, relatarei as situações reconhecidas localmente como “conflitos”, as quais se apresentam como cenários para intervenção das lideranças e a encenação da sua condição como autoridade.

1. Os indígenas Pataxó do estado da Bahia e na aldeia Barra Velha: um percurso bibliográfico

Esta dissertação procura enfocar os processos de construção da autoridade e da administração de conflitos considerando os indígenas Pataxó no contexto do seu reconhecimento como tal. Meu objetivo aqui é apresentar as leituras antropológicas centrais sobre a organização étnica dos “índios do nordeste” como “problema” de pesquisa mais amplo. Não é meu objetivo propor um modelo ou um padrão para este grupo social e muito menos estabelecer identidades fixas, mas estou me referindo a sua percepção enquanto grupo como

“contextual, situacional e relativa a um elenco de grupos e situações de interação e à competição por recursos – i. é, a um campo político inter-societário” numa “situação histórica” determinada (Oliveira, 1989), também definida por uma luta simbólica pela imposição dos critérios legítimos de reconhecimento coletivo da identidade” (Barretto Filho 1994).

As leituras sobre os “índios do nordeste” trafegaram de uma situação de invisibilidade para a de “processos de etnogênese” e “emergência étnica” (Oliveira, 1999). Os grupos indígenas deixaram de ser representados como extintos e ou misturados, para serem introduzidos em problemáticas mais amplas como a identidade étnica e os processos de globalização (Grünewald, 2001). No caso dos Pataxó do sul da Bahia as atribuições de etnicidade podem ser entendidas no reconhecimento de fluxos (Hannerz 1997) e tradições culturais (Barth, 2000) re-significadas na atualidade pelos seus membros e um conjunto amplo de agentes e agências.

Os Pataxó vivem um momento de reelaboração dos “traços culturais”, que remetem a um passado comum, às continuidades e descontinuidades da narrativa histórica construída em torno do contato com a sociedade envolvente. Diante das imagens do “Descobrimento do Brasil” e do “berço da nação”, por exemplo, tais identidades são re-elaborados com face à distinção política como comunidades étnicas (Weber, 1983) e não mais como grupos discretos e isolados de outras comunidades.

O povo indígena Pataxó⁷ do Sul da Bahia tem pouca presença na tradição antropológica brasileira ou uma presença, em certos momentos, pautada por temas que são recorrentes em outros grupos do nordeste. A bibliografia descritiva que procurei acompanhar está relacionada aos trabalhos acadêmicos de José Sampaio (2000), Rodrigo Grünewald (1999, 2001), Ronaldo Lobão et al., (2009), Maria Soledad Maroca (2008) e Elena Nava (2008).

Esta pouca representatividade dentro dos estudos antropológicos encontra-se ligada com a categorização imposta pela administração colonial como “índios misturados” (Oliveira, 1999, 2000), categoria atribuída de forma generalizada aos índios do “nordeste brasileiro”. Tal caracterização regional dos índios do nordeste brasileiro inclui diversas populações entre elas Tupiniquim, Botocudos, Maxacali, Pataxó entre outros, e sua localização geográfica se remete a:

“para fins de uma história indígena e do indigenismo, como a região abrangida, *grosso modo*, pelas bacias fluviais do Paraguaçu, na Bahia, ao

⁷ Cabe mencionar que existem dois grupos indígenas que compartilham o etnônimo Pataxó no estado da Bahia, estes são os Pataxó Hã-Hã-Hãe localizados na Terra Indígena Caramuru-Paraguassu e também os Pataxó, por vezes denominados de “meridional” que abrange as Terras Indígenas de Barra Velha, Aldeia Velha, Cahy-Pequi e Imbiriba localizadas no município de Porto Seguro; Mata Medonha, no município de Santa Cruz Cabrália; Águas Belas e Corumbauzinho, no município de Prado; e a Fazenda Guarani, em Carmésia, estado de Minas Gerais. Sua distinção radica nas histórias de contato com a sociedade envolvente e as narrativas de origem e centralidade dos Pataxó meridionais com a aldeia Barra Velha considerada “aldeia mãe” e sobre a qual foca a análise do presente trabalho.

Paranaíba, no leste maranhense – incluindo a porção nordestina da grande bacia são-franciscana – e caracterizada basicamente pela ação de conquista efetuada quase que totalmente ainda no período colonial” (Dantas, Sampaio e Carvalho, 1992: 434).

Esta bibliografia acompanha outros percursos históricos para localizar os grupos indígenas, destacando o empreendimento colonial, as ações tutelares, os projetos de desenvolvimento que se configuram como elementos de construção de fronteiras étnicas dos grupos analisados.

Frente aos processos históricos de imposição de políticas assimilacionistas e homogeneizantes, os povos indígenas do nordeste brasileiro passam a ser reconhecidos pela administração colonial como “índios misturados” o que também marca o pouco interesse pela etnologia tradicional.

Fazendo uma leitura crítica da ação tutelar e da etnologia brasileira, Oliveira chamou a atenção para o fato de que as culturas autóctones do nordeste teriam uma baixa atratividade para os etnólogos, “os índios do Nordeste não possuiriam mais importância como objeto de ação política (indigenista), nem permitiriam visualizar perspectivas para os estudos etnológicos”, aparecendo como uma “etnologia menor” (2004: 15).

O autor apresentou o contraste entre o interesse tutelar pelas populações indígenas da Amazônia vistas como inseridos em “importante dimensão ambiental e geopolítica” e a atuação da FUNAI no Nordeste onde “as questões se mantêm primordialmente nas esferas fundiária e de intervenção assistencial”,

“Se, na Amazônia, a mais grave ameaça é a invasão dos territórios indígenas e a degradação de seus recursos ambientais, no caso do Nordeste, o desafio à ação indigenista é restabelecer os territórios indígenas, promovendo a retirada dos não-índios das áreas indígenas, desnaturalizando a “mistura” como única via de sobrevivência e cidadania” (idem: 18).

Neste sentido as características compartilhadas pelos povos indígenas do nordeste estão relacionadas à tradição de estudos indigenistas que privilegiam as histórias de contato, destacando nelas, as relações com as agências governamentais que criaram “objetos” analíticos distintos de análise. Tais grupos indígenas foram agrupados segundo abordagens que reforçaram determinadas características sociológicas tais como as relações interétnicas, o conflito e a definição de fronteiras. Como sugere Silva:

“Esse “ar de família” dos povos do Nordeste, no entanto, não é dado pelas características das sociedades estudadas, mas creditado ao tipo de relação que eles têm com as agências indigenistas, e igualmente com as “situações históricas” que os acompanham e envolvem” (Silva, 2000: VIII).

Desta maneira, diversos estudos estabelecem uma crítica ao caráter “marginal” que a tradição antropológica deu para os índios do nordeste a partir de uma “classificação residual” e assimilacionista do estado brasileiro (Dantas, Sampaio e Carvalho, 2000:431). No entanto, para o caso dos índios Pataxó do sul da Bahia, recentes estudos estão acrescentando diversos materiais ao corpus etnográfico sugerindo outras abordagens e inovando na conceituação da relação entre constituição de fronteiras e relações interétnicas, por exemplo. (Sampaio, 2000; Grünwald 1999, 2001; Maroca 2008, Nava 2008, Lobão et al., 2009; Rego 2009).

No trabalho de José Sampaio (2000), o autor apresenta um relato histórico da presença indígena no sul da Bahia enfatizando na ocupação do território pelos Pataxó, e outros processos de destaque como a criação da aldeia Barra Velha e sua denominação como “aldeia mãe”. Em sua análise o episódio que marca a história Pataxó no século XX conhecido como “Fogo do 51” é um dos marcos da reorganização identitária. O autor analisa também a criação do Parque Nacional Monte Pascoal que re-configura as dinâmicas e relações dos indígenas com o território devido às proibições ligadas à proteção ambiental. Desta situação de fronteira, o autor destaca o surgimento de reivindicações territoriais vigentes dos Pataxó pelo território superposto pelo referido Parque Nacional.

Em 2006, Leila Sotto-Maior apresenta o trabalho realizado em função dos estudos de identificação e delimitação por parte da FUNAI da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal para o levantamento da situação fundiária do extremo sul da Bahia.

Em 1999 Rodrigo Grünwald conclui sua pesquisa doutoral que seria publicada em 2001 sob o título “Os índios do Descobrimento: Tradição e turismo” no qual o autor apresenta uma etnografia sobre o povo indígena Pataxó a partir da construção da narrativa histórica do Descobrimento do Brasil e a mobilização política e econômica deste capital através do turismo. O *locus* deste trabalho é a aldeia Coroa Vermelha, no entanto, o autor inter-relaciona as descrições e narrativas de outras aldeias na construção da identidade e tradições dos sujeitos Pataxó e sua encenação no campo turístico.

Duas dissertações de mestrado da Universidade de Brasília defendidas em 2008 acrescentam novos elementos às pesquisas sobre a aldeia Pataxó de Coroa Vermelha. Por um lado, Maria Soledad Maroca apresenta uma etnografia em torno à construção de narrativas dos índios Pataxó junto à Reserva da Jaqueira como espaço tradicional de reprodução cultural e questiona as perspectivas utilitárias sobre a etnicidade, criadas em torno à relação dos índios Pataxó com o turismo e as reivindicações pelo território. Por outro lado, Elena Nava realiza uma análise sobre a aplicação de uma política pública de “inclusão digital” e as transformações culturais que surgem na apropriação da internet em uma população indígena.

Outro trabalho sobre os índios Pataxó é o Relatório elaborado por Lobão et al (2009) em função da implantação e passagem do gasoduto Cacimbas-Catu na Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal. Neste relatório, que é uma condicionante interposta pela FUNAI em uma situação de implantação de empreendimento governamental, destacou-se o caráter descritivo e relacional das aldeias que compõem a TIBVMP e enfatizou nas redes de intercâmbio e parentesco presentes nas relações dos indígenas Pataxó.

Por último, a pesquisa doutoral de André Rego (2009), cujo balanço parcial pude conhecer pouco antes de encaminhar minha pesquisa e esclareceu muitas dúvidas pela proximidade das inquietações relativas às fronteiras construídas pelo grupo. A pesquisa de Rego está dirigida às formas de administração de conflitos na aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, dando ênfase às formas de policiamento local através da formação de uma Guarda Indígena.

É nesse contexto que as pesquisas realizadas sobre os Pataxó no sul da Bahia servem de insumo para contextualização do meu trabalho diante o cenário da antropologia brasileira em relação aos Pataxó da aldeia Barra Velha e, mais especialmente, em relação à problemática pouco estudada da construção social da autoridade e as narrativas associadas às idéias de “ordem e harmonia” junto às reivindicações identitárias.

Uma característica geral dos trabalhos mencionados é a descrição e análise das relações dos índios Pataxó com agentes externos e a criação das narrativas identitárias e fronteiras interétnicas. Por exemplo, em relação ao turismo onde se observa a recriação de relações com o tempo e o espaço da nação (Grünwald, 2001; Maroca, 2008), e

também em relação às políticas públicas e intervenção de agentes institucionais a partir de projetos e iniciativas governamentais (Sotto-Maior, 2006; Nava, 2008; Lobão 2009). Certamente há que se fazer uma distinção entre a atuação da agência tutelar – e seus artefatos de produção da verdade tais como os relatórios, pareceres, termos de ajuste de conduta, etc. -, e aquelas análises antropológicas que procuram compreender estas ações como contextos de interação e organização social das coletividades e das diferenças.

Nesse sentido, no presente trabalho destaco a construção das narrativas identitárias e de autoridade dos sujeitos Pataxó a partir da sua interação cotidiana em torno das suas lideranças. Sem perder de vista sua dinâmica e fluxo constante com outras lógicas além dos limites da Terra Indígena, me detenho nas formas pelas quais determinados grupos e indivíduos produzem espaços de controle dos conflitos como forma de reorganizar as fronteiras dos Pataxó da Aldeia Barra Velha.

Apresentarei a seguir, uma breve descrição da aldeia Barra Velha e suas dinâmicas e interações dentro da Terra Indígena para compor o quadro onde se movimentam as lideranças e onde fluem as relações de autoridade.

2. A “Aldeia Mãe” e a Terra Indígena⁸. Dinâmicas e interações locais

A apresentação que segue está baseada no relatório Estudo Etnoecológico na Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal –TIBVMP– (Lobão et al; 2009), no relatório de revisão dos limites da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal (Sotto-Maior, 2006), as quais foram acrescentadas a partir da revisão bibliográfica de outros trabalhos (Grünewald, 1999; Rego, 2009; Sampaio, 2000; Dantas, Sampaio e Carvalho, 1992) junto com a observação e entrevistas feitas no trabalho de campo.

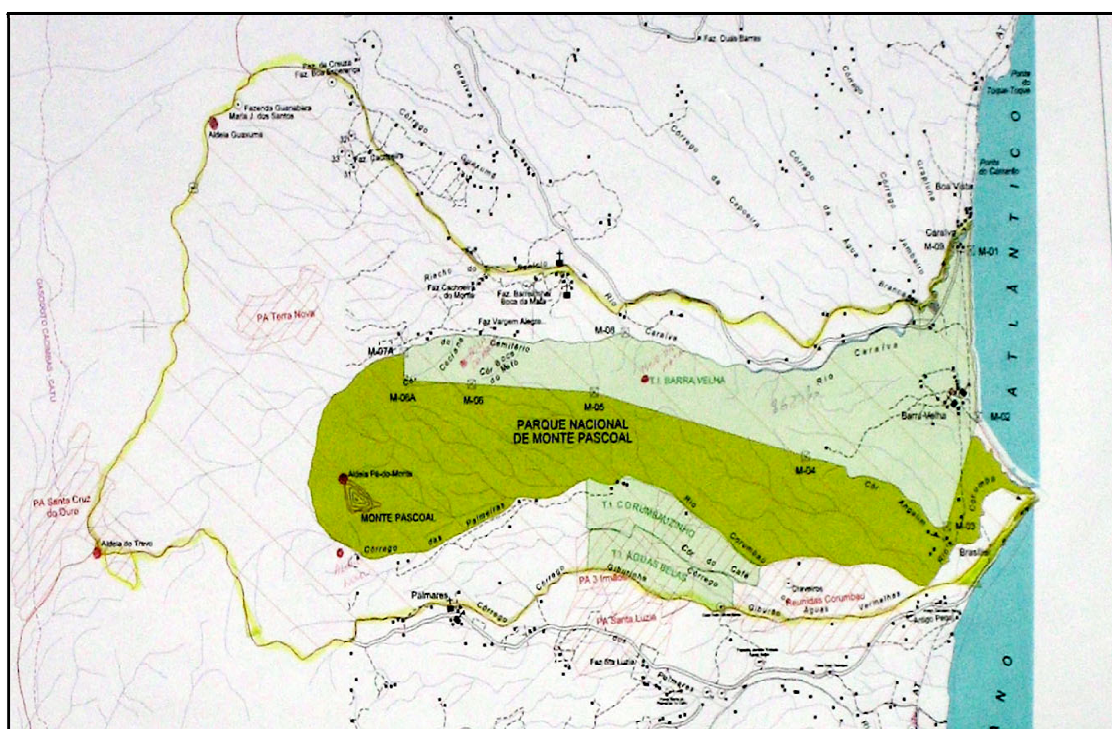


Figura 1 Mapa Demarcação Terra Indígena Barra Velha – FUNAI 2005. Fonte: <http://www.vivacaiva.com/jpg/Mapa-FUNAI-TI-2006-2.jpg> Acesso em 29 de janeiro de 2011

A Aldeia Barra Velha⁹ fica localizada no município de Porto Seguro a uma distância de 95 km da cidade de Itamaraju, no sul do Estado da Bahia. A aldeia Barra Velha junto com mais 15 aldeias fazem parte da Terra Indígena de Barra Velha do

⁸ Como já indicou Lobão et al. (2009), a ideia de “aldeia mãe” guarda relação com um sistema de parentesco que se espalha pelas aldeias. Há parentes e intercâmbios econômicos e simbólicos entre as aldeias mais próximas do litoral com as do interior que sugere a presença de redes de parentelas.

⁹ O termo aldeia, refere-se à “categoria histórica que denota um certo modo/modelo de apropriação fundiária” e não um esquema de assentamento indígena tradicional (Barretto F^o, 1994: 4).

Monte Pascoal que desde 1996 está em processo de revisão e ampliação de limites pela FUNAI¹⁰.

A nova conformação do território apresenta um perímetro aproximado de 148.816,91 metros, que perfazem uma área aproximada de 51.731,43 ha. Segundo os dados do relatório de revisão dos limites da Terra Indígena Barra Velha Monte Pascoal, 4.500 indígenas distribuídos em 750 famílias compõem a população residente na Terra Indígena (Sotto-Maior, 2006).

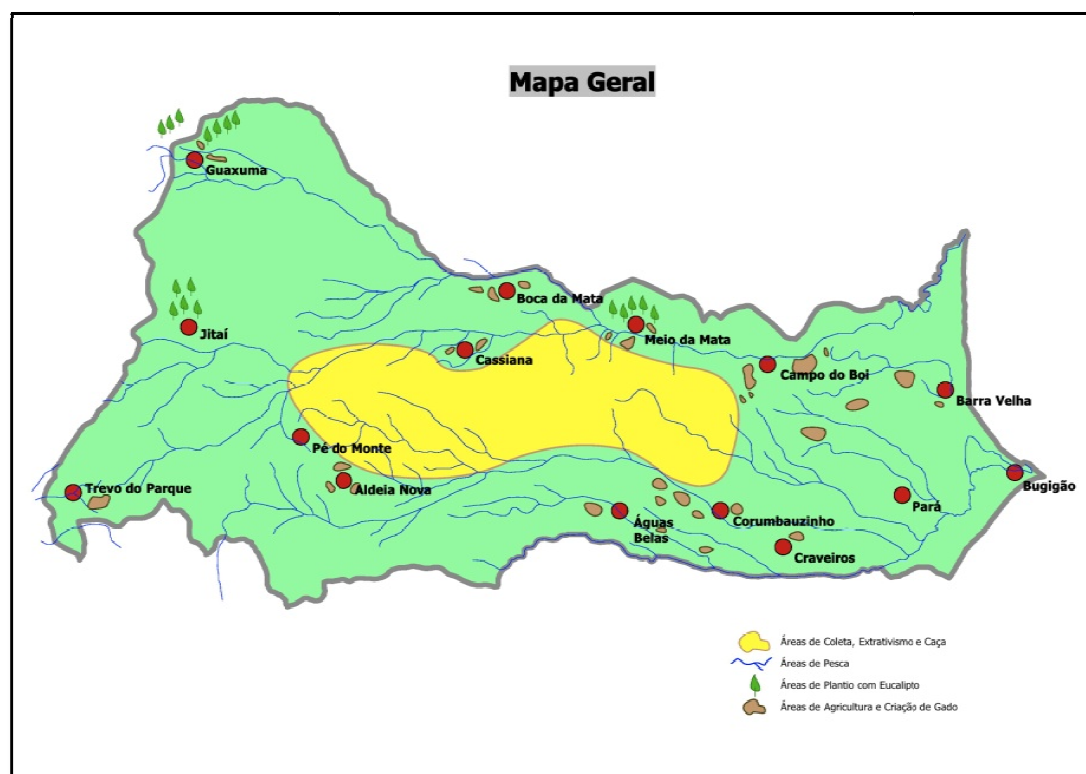


Figura 2 Mapa Geral Território tradicionalmente ocupado Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal. Aldeias¹¹

A Aldeia Barra Velha é considerada a “aldeia mãe”, não só por ter sido a primeira aldeia Pataxó do Extremo Sul da Bahia, mas também por serem “filhos” dela todos os Pataxó que vivem nas aldeias do entorno do Monte Pascoal (Sotto-Maior,

¹⁰ Existe uma diferença em relação à nomeação da Terra Indígena. Por um lado, a referência à Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal –TIBVMP- corresponde à nomeação feita pela FUNAI, abrange 15 aldeias e encontra-se no processo de revisão de limites (Sotto-Maior, 2006). Por outro lado, a referência à Terra Indígena Barra Velha –TIBV- corresponde à nomeação local e integra as aldeias de Barra Velha, Meio da Mata, Boca da Mata e Cassiana (Lobão, 2009).

¹¹ Tomado do relatório do Estudo Etnoecológico na Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal – TIBVMP- (Lobão et al; 2009).

2006). Vivem na aldeia aproximadamente 370 famílias que compõe uma população de 1500 pessoas. Barra Velha é uma aldeia próxima à praia com uma faixa litorânea de aproximadamente 8 km de extensão.

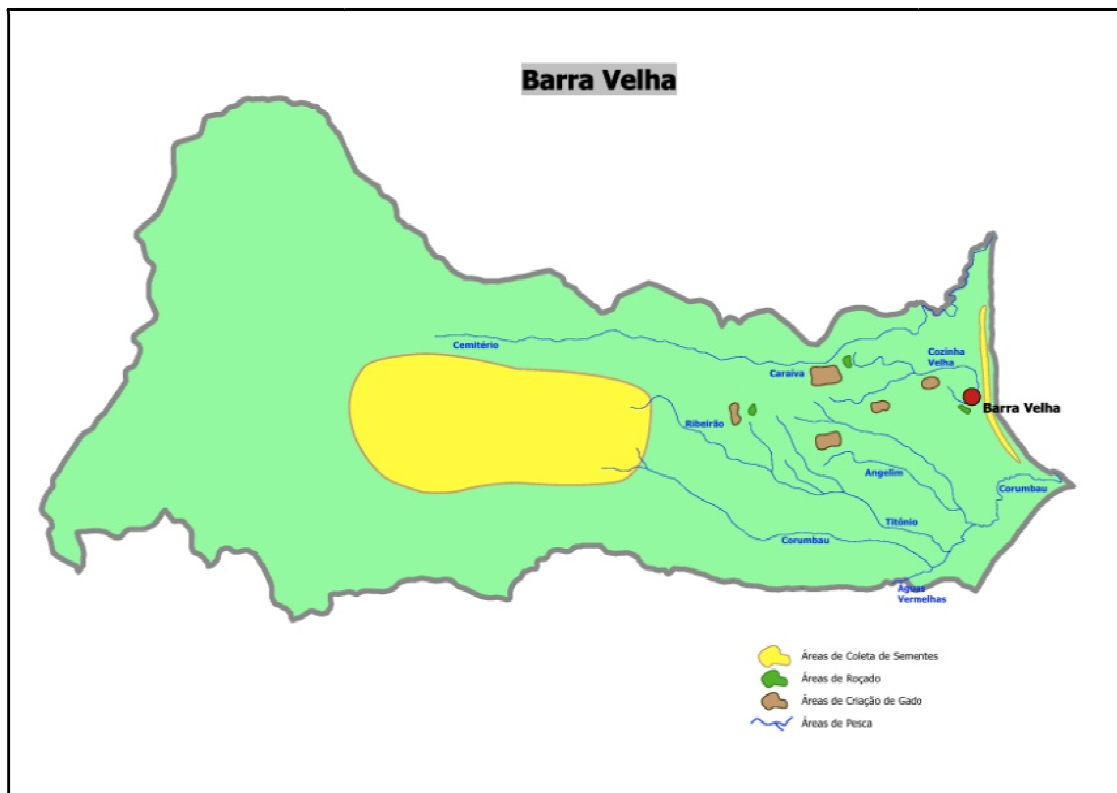


Figura 3 Aldeia Barra Velha no contexto da Terra Indígena¹²

A aldeia Barra Velha se articula social, política e economicamente às localidades próximas tais como: Bugigão, Pará e Campo do Boi. A etnografia foi realizada na “aldeia mãe” e as três localidades próximas. Em cada uma destas localidades existe uma liderança que se responsabiliza com as “questões políticas” entre as aldeias, ou seja, aquelas ligadas à representatividade, à tomada de decisões e à interação entre as lideranças da Terra Indígena e os agentes e agências institucionais. Essa liderança circula pelas outras localidades de Barra Velha e interage com as autoridades oficiais da aldeia – cacique Romildo e Coordenador Técnico Local da FUNAI – a fim de representar e tornar legítimas as reivindicações de sua própria localidade.

A referência como “Aldeia Mãe” do povo Pataxó está relacionada às significações de centralidade e origem para população indígena de todo o extremo sul

¹² Tomado do relatório do Estudo Etnoecológico na Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal – TIBVMP– (Lobão et al; 2009).

da Bahia. Além disso, fatores associados a tais significações como a concentração populacional, as atividades econômicas (pesca, turismo, artesanato), a mobilidade e os intercâmbios entre as aldeias, a dinâmica de crescimento, a ocorrência da redefinição dos limites da Terra Indígena, o controle exercido pelas autoridades ambientais, configuram um contexto de atores, instituições e conflitos que configuram o cenário para análise etnográfica.

Com isto, é importante levar em conta a população Pataxó que mora em outras localidades seja em outras aldeias ou mesmo fora da região e do estado, mas que mantém contato com a aldeia mãe através de diversos e constante vínculos, configurando uma rede social Pataxó que se sobrepõe aos limites da aldeia impostos pela agência tutelar.

Pela Lei Estadual nº 198, de 1887, ficaram extintos os aldeamentos indígenas na Bahia, o que provocou, segundo alguns analistas a primeira dispersão das várias aldeias consolidadas no período colonial. Este cenário gerou o declínio sobre o controle tutelar, mas também a escassez de informações sobre os destinos dos grupos indígenas. Neste sentido, existe pouca informação sobre os Pataxó entre 1861 e 1939, justificado pelas políticas coloniais, pelo difícil acesso à região e pelo pouco contato com agências institucionais. Entre meios, eventos posteriores mostram que os grupos indígenas permaneceram na região sul da Bahia, dados os relatos de conflito na região.

Dentre estes eventos que marcam a história Pataxó do século XX é conhecido o “fogo 51” ou “guerra de 51”, que pode ser associado tanto à intenção de gerar a dispersão e desmobilização dos indígenas, como da intervenção do Partido Comunista Brasileiro ao levar a luta de classe à área rural e envolver o “proletariado indígena”. O evento centrou-se no saque a uma venda na Ponta do Corumbau e a retaliação violenta da Polícia Militar da Bahia que abriu fogo contra os índios. Com isto, gerou-se uma segunda diáspora indígena na região com a dispersão da população nas localidades vizinhas. Ao longo do tempo algumas famílias voltaram reconstruir a aldeia, outras ficaram nas proximidades (Lobão et al. 2009; Sampaio 2000).

Outro evento de destaque para os Pataxó refere-se à oficialização do Parque Nacional Monte Pascoal em 1961 e com isto, as restrições impostas pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF – para preservação do parque. Foi proibida qualquer tipo de plantação, de roça, a criação de animais, a caça, a retirada de

imbira e piaçava, ou qualquer outro produto que estivesse dentro dos limites demarcados do Parque, criando uma situação crítica para os Pataxó.

Diferentes ações perpassaram à adoção de normas comuns, como os constantes conflitos com a autoridade ambiental, a pressão sobre os indígenas para desapropriar as terras, o recebimento de indenizações que rapidamente foram esgotadas, o trabalho nas fazendas da região, até que alguns Pataxó foram retornando a Barra Velha no meio das proibições da fiscalização ao parque.



tes na Aldeia Barra
mente

A construção da estrada BR-101 foi outro fator de mudança no modo de vida dos Pataxó da Terra Indígena de Barra Velha, o qual gerou a construção de aldeias no interior da mata, como é o caso das aldeias Meio da Mata e Trevo do Parque. Com a estrada também se gerou a construção de pontos de vendas de artesanato de madeira e semente em locais próximos à estrada, gerando conseqüências tanto para as aldeias próximas à BR quanto àquelas mais distantes, como é a ‘aldeia mãe’.

O artesanato foi introduzido na economia dos Pataxó por volta de 1974, como uma alternativa de sustento econômico para o grupo. Esse período ficou marcado pelo surto madeireiro na região, o que incentivou os índios a direcionarem esforços para o artesanato de madeira, logo após sendo copiado por não-índios, levando a proliferação de pequenas fábricas de gamela nas cidades

de Itamaraju, Itabela e Eunápolis.

A principal atividade econômica na aldeia Barra Velha é o artesanato de sementes. A produção de peças de adorno é vendida aos turistas que visitam a região e fora dela, através dos indígenas que viajam para outras cidades para comercializar o artesanato.

De forma distintiva das demais aldeias, os Pataxó de Barra Velha são donos de suas terras para roçados e a criação de gado. Os roçados são realizados nos quintais de suas moradas, ou em uma área específica somente para a produção. O artesanato de sementes é a fonte de renda da maioria dos índios e é considerada uma valiosa moeda de troca tanto para o local como para as relações com as outras aldeias.

Outras atividades praticadas para o sustento econômico são: a pesca realizada tanto no mar, quanto nos córregos, junto com a coleta de espécies no mangue (caranguejo, siri, conchas); a produção de mudas nativas em dois viveiros; atividades pecuárias produto da criação do gado; e, finalmente o turismo através do transporte nos “buggys” nas localidades de Caraíva, Curuípe, Ponta do Corumbau, Trancoso e Porto Seguro.



Barra Velha

Nos quintais das moradas existem jaqueiras, mangueiras, coqueiros e árvores nativas matrizes de sementes usadas na elaboração do artesanato dos colares. Nos roçados plantam mandioca, feijão, milho, abacaxi e outras culturas.

Barra Velha conta com a prestação de certos serviços públicos, como energia, que foi instalada através do programa “Luz para Todos” do governo federal. A captação de água se dá por meio do bombeamento de água do subsolo e um representante indígena é responsável pela manutenção e funcionamento da respectiva bomba. A FUNASA¹³ é responsável pelo serviço de saúde, a aldeia conta com posto de saúde, o

¹³ Fundação Nacional da Saúde

qual também é procurado pelos “parentes”¹⁴ das aldeias vizinhas. Existe um telefone público dentro da aldeia (orelhão) e serviço de internet na escola e na sede da FUNAI.

A escola de Barra Velha atende o ciclo completo de ensino fundamental e do ensino médio que é apoiada pela Secretaria de Educação de Porto Seguro. A aldeia ainda conta com a presença de duas igrejas onde são realizadas as atividades religiosas, uma católica e outra evangélica.

A aldeia já contou com um Centro Cultural, porém devido aos conflitos internos o centro foi incendiado há vários anos atrás. Durante a realização do trabalho de campo, as lideranças comentaram a existência de um projeto para construção de um centro cultural maior que sirva tanto para as atividades internas de fortalecimento às dinâmicas tradicionais quanto para a exibição durante a época do turismo.

As festas religiosas estão relacionadas ao calendário da Igreja Católica, são comemoradas as festas da Virgem da Conceição (8 de dezembro), Festa dos Santos Reis (6 de janeiro), São Sebastião (20 de janeiro) e São Braz (3 de fevereiro). Outra data comemorativa é o dia 19 de abril, quando se comemora o dia do Índio.

Bugigão

A localidade de Bugigão fica na foz do Rio Corumbau. É considerada internamente como uma extensão de Barra Velha, mantendo suas peculiaridades e diferenças quanto ao seu modelo de organização e ocupação, mas preservando uma ligação política e territorial com a Aldeia Mãe. A sua organização está baseada na atividade econômica principal: a pesca artesanal.

O solo é arenoso e não permite o cultivo para a produção de alimentos; portanto, o ciclo de trocas de produtos com as outras aldeias é bastante ativo. Também existe uma importante produção de artesanato de sementes, o que liga a atividade econômica à atividade extrativista. Não existe plantio de mudas nativas nem produção pecuária.

¹⁴ Lobão et al (2009) chamam atenção frente ao uso local da categoria “parente”, a qual aparece com dois sentidos. Por um lado, de inclusão e representação da “mesmidade” (Bauman, 2003, apud Lobão et al, 2009) que conformaria a identidade da comunidade Pataxó local. Por outro lado, também aparece como discricionária, ao definir parceiros preferenciais nas trocas entre aldeias (Lobão et al, 2009: 18). Em outro contexto, Pimenta (2009) analisa o uso das categorias: “parentes”, “parceiros”, “amigos” nos circuitos de troca e intercambio entre os Ashaninka.

Em Bugigão vivem aproximadamente 32 famílias em casas simples na beira da praia. Na aldeia Barra Velha é que as famílias encontram assistência médica e educação para as crianças. No local há uma sala de aula e um campinho de futebol.

Pará

Na localidade do Pará vivem aproximadamente 40 famílias. Suas atividades giram em torno da pesca, da agricultura, do artesanato de sementes e da criação de gado. Há uma pequena igreja, um campo de futebol e duas casas de farinha. Frequentam o posto de saúde e a escola situada em Barra Velha. Com o programa “Luz para Todos”, a localidade conta com o serviço de energia.



e Pará. Igreja

Campo do Boi

A localidade de Campo do Boi dista aproximadamente 10 km na direção oeste de Barra Velha, no caminho que liga a Aldeia Barra Velha às Aldeias Meio da Mata, Boca da Mata e Pé do Monte. Nesta localidade habitam 14 famílias que vivem da pequena agricultura, da caça, da retirada de madeira, da pesca nos córregos e da confecção de artesanato.



po do Boi

A aldeia possui uma escola até a quarta série do ensino fundamental. Para dar continuidade aos estudos, os índios se deslocam para Barra Velha. O sistema de

abastecimento de água é de responsabilidade da FUNASA. O serviço de energia chegou através do programa “Luz para Todos”.

3. Os Pataxó da Aldeia Barra Velha e a construção social da autoridade

Nesta seção apresentarei a descrição das formas locais de organização sócio-política na aldeia Barra Velha e o cenário para construção da autoridade a partir das categorias sociais como “cacique” e “lideranças”, a constituição de associações, a elaboração de um Regimento Interno me detendo nas concepções locais de conflito para intervenção do cacique e das lideranças.

a. O Cacique e o Conselho Geral e Deliberativo

Em termos de organização política, os Pataxó da aldeia Barra Velha apresentam um complexo sistema de governança, baseado na figura do cacique como referência de autoridade da aldeia. Na figura do cacique concentram-se as funções de autoridade tradicional no caso da mediação e resolução de conflitos, mas também é reconhecida a intervenção das lideranças e representantes.

Desde 2004 Romildo Alves Ferreira é quem cumpre a função de Cacique. Antes de ser nomeado, Romildo participava voluntariamente de atividades dentro da aldeia que deram-lhe o reconhecimento para ser eleito como cacique. Neste aspecto, ele destaca seu acompanhamento voluntário às diversas atividades dentro da aldeia, por exemplo, ter sido membro e Vice-presidente da Brigada de Combate a Incêndios, Vice-presidente da Associação (Acibave) e também Vice-Cacique até 2004 quando José Ferreira cumpria as funções de cacique. Paralelo a estas atividades, ele participou de viagens e capacitações (dentro e fora da aldeia) em diversos temas como associativismo, meio ambiente, entre outros, que reforçaram a sua nomeação.

Não existem critérios estabelecidos formalmente para eleição do cacique, no entanto, a etnografia mostrou algumas características compartilhadas entre aqueles que

já assumiram o cargo temporária ou definitivamente, como: ser nascido na aldeia ou nas localidades próximas, morar dentro da aldeia e ter uma trajetória de “trabalho comunitário” de destaque¹⁵. A eleição se realiza durante alguma reunião ordinária da comunidade e a votação é restrita aos índios Pataxó moradores da aldeia e participantes da reunião convocada, e os não índios cônjuges de índios não têm direito a votar.

Do mesmo modo, não existe uma temporalidade fixa para duração no cargo. As falas do cacique e dos ex-caciques entrevistados mencionam que o repasse do cargo tem a ver com a solicitação por parte da comunidade, quer dizer, com o nível de aprovação diante a gestão do cacique. Desta maneira, o cacique avalia o nível de aprovação pelas manifestações públicas dos habitantes da aldeia nas reuniões e demais espaços de socialização ou pelos comentários que circulam fora dos espaços institucionalizados. Romildo comenta que

“sempre nas minhas reunião (sic) eu falo pra comunidade se eles estão de acordo com meu trabalho, se não estiver, eles podem fazer uma avaliação do meu trabalho, que se não estiver bom a gente procura outro parente pra estar colocando. Porque as vezes pra mim, eu como cacique, na minha visão, eu estou fazendo certo, mas pra comunidade não é o que eles querem, né?” (Romildo, 13 de janeiro de 2011).

O cargo de cacique já foi exercido por várias lideranças que ainda hoje mantém o reconhecimento por parte da população e alguns deles ainda continuam trabalhando para comunidade desde algum tópico de atuação. A seqüência de caciques da aldeia Barra Velha – sem precisar as datas de atuação e sua duração -, na versão de Romildo é:

1. Luis Capitão
2. Tururim

¹⁵ Ao falar do trabalho como categoria nativa podemos considerar que ele se refere ao trabalho socialmente necessário à sua constituição como liderança, bem como os capitais específicos relacionados com esta atividade. A noção expressada pelos interlocutores como “trabalho comunitário” ou “trabalho voluntário” está relacionada com a participação sem interesse de lucro em atividades de interesse coletivo. Na aldeia Barra Velha se realizam algumas obras em mutirões para o qual é requerida a presença dos habitantes para consecução efetiva de determinado objetivo. Por exemplo, a limpeza de trilhas, terrenos baldios, a quadra esportiva, a escola, etc. Neste sentido, o “trabalho voluntário” cria capital social entre as pessoas e dá destaque para sua postulação como lideranças ou para exercer algum cargo específico. A referência ao “trabalho” tem a ver com o esforço e tempo que dispensa realizar atividades de gestão, viagens, interlocução com agentes, etc. No entanto, nas versões do cacique e das lideranças é recorrente a menção do “trabalho voluntário” no sentido de que demanda esforço e tempo, mas não gera renda econômica, contrário ao trabalho individual – agricultura, pecuária, pesca, comércio, etc.- que também demanda esforço e tempo, mas produz, sim, uma renda econômica para o sustento familiar. Daqui em diante, esta referência ao trabalho voluntário/coletivo/comunitário aparecerá entre aspas, como parte das versões locais das lideranças.

3. José Ferreira
4. Zé Coruja
5. Manoelzinho
6. José Ferreira
 - a. Adalto (nomeação temporária)
 - b. Pisca (nomeação temporária)
7. Romildo

Entre os caciques reconhecidos com maior duração no cargo estão: Tururim quem atuou no processo de demarcação da Terra Indígena na década de 1980 e, José Ferreira, foi o cacique durante vários períodos na década de 1990 até 2004.



O vice-cacique acompanha as atividades do cacique. A sua eleição também está relacionada à participação voluntária em atividades para aldeia. No momento da eleição do Romildo como cacique (2004) foi eleito Jossimar como vice-cacique, que devido aos compromissos como professor da escola deixou o cargo e depois, em 2006, José Pinheiro, conhecido localmente como “Lapão”, foi postulado por Romildo para ser

vice-cacique e aceito pela comunidade. Até a última fase do trabalho de campo em janeiro de 2011, Romildo e Lapão exercem as funções de cacique e vice-cacique da aldeia Barra Velha.

Além do vice-cacique, as funções do cacique apóia-se no Coordenador Técnico Local¹⁶ da FUNAI e nas lideranças, que são pessoas reconhecidas dentro da aldeia pela sua atuação em tópicos bem mais específicos. As lideranças são pessoas destacadas na intermediação realizada a partir das trajetórias pessoais e as relações estabelecidas com agências institucionais ou locais, as quais muitas vezes não contam com uma atribuição ou cargo específico.

Desta maneira, existem algumas pessoas que se destacam pela intermediação com as agências governamentais (por exemplo, FUNAI, governo municipal e estadual) e têm o reconhecimento dos membros da comunidade na hora de gerenciar aspectos da aldeia segundo a especificidade do campo, lidar com as brigas internas – na ausência do cacique o do coordenador técnico-, administrar conflitos e representar a comunidade em eventos fora da aldeia.

O destaque das lideranças em certos campos e a necessidade de distribuir responsabilidades dentro da aldeia levou ao Cacique e o Coordenador Técnico a conformar o Conselho Deliberativo com membros da aldeia Barra Velha. Este conselho é uma figura de reunião das lideranças da aldeia e, segundo a versão do cacique Romildo, desde 2009 foi surgindo a idéia de “*ter um representante para cada área [porque] eu sozinho não posso fazer tudo*” (Romildo, 13 de janeiro de 2011).

Aos poucos e em conversas com o Marcos Braz (Coordenador Técnico Local da FUNAI) e outras lideranças concordaram na necessidade de dividir as responsabilidades da aldeia por representantes. Depois adotaram a nomeação de lideranças em áreas de atuação específica. Neste sentido, os representantes se dividem por áreas, tais como cultura, meio ambiente, artesanato, segurança, turismo, agricultura, pesca, educação, saúde, terceira idade, mulheres e jovens. Marcos comenta em relação à criação do conselho o seguinte:

¹⁶ O funcionário que exerce esta função é chamado localmente como “chefe do posto”, em alusão ao nome anterior que tinha este cargo “Posto Indígena”. Vários autores desenvolveram pesquisas ligadas às ações do órgão tutelar nos aldeamentos indígenas, no caso dos Postos Indígenas (Cardoso, 1976; Lima, 1995) e na inclusão de indígenas aos quadros administrativos da FUNAI (Ramos, 1990, apud Baines, 1999).

“vamos dividir a aldeia por atividades, cada atividade vai ter seu representante, cada representante vai criar a sua demanda (...) e vai se esforçar por ela (...) antes era tudo embolado encima do cacique e do coordenador técnico, hoje não. Cada atividade, o índio vai lá e encontra o seu representante, desafogou o que era afogado...” (Marcos Braz, 20 de janeiro de 2011).

A formalização do Conselho Deliberativo é um processo paralelo à constituição de um Regimento Interno – documento que será apresentado e discutido mais na frente. Neste documento aparece a definição e funções do Conselho Deliberativo:

“Do conselho geral e deliberativo: é a instancia central e mediadora das discussões e decisões da comunidade. É composto pelo cacique, organizações indígenas e setores organizados.
Funções do conselho: deliberar normas para comunidade, planejar, sensibilizar e acordar ações junto à comunidade”. (Capítulo III, Regimento Interno da Aldeia Mãe Pataxó Barra Velha)¹⁷.

A nomeação das lideranças para o Conselho Deliberativo não é permanente. A distribuição de funções por áreas encontra-se registrada no Regimento Interno. A permanência no Conselho está relacionada com a vigência dos diferentes projetos executados dentro da aldeia e a vinculação das lideranças neles. Além disso, as conjunturas pessoais determinam a saída ou permanência em alguma atividade.

Por exemplo, o cacique Romildo relata a dificuldade na postulação de uma mulher para fazer parte do Conselho Deliberativo, devido às “obrigações domésticas” que elas têm que assumir. No entanto, destaca a sua participação nas reuniões na apresentação de demandas relacionadas à educação e ao artesanato – áreas onde as mulheres têm maior participação. Segundo as versões de alguns moradores, a eleição de Romildo como cacique deveu-se às reivindicações não atendidas que as mulheres fizeram ao cacique anterior (José Ferreira). Naquele momento Romildo era o vice-cacique e mantinha a reputação de um bom cumpridor dos “trabalhos comunitários”, o que possivelmente o levou a ocupar o cargo de cacique.

O Conselho Deliberativo pretende institucionalizar as ações cotidianas dos líderes, normatizar as funções que eles devem exercer e criar fronteiras simbólicas nas atividades exercidas. O cacique e o coordenador técnico esperam que as diferentes

¹⁷ O Regimento Interno é apresentado no Anexo

lideranças apropriem-se desse lugar de representatividade para exercer funções relativas a cada campo.

Outra figura representativa entre os índios Pataxó é o Pajé, no caso da aldeia Barra Velha, sua significação como autoridade está relacionada ao conhecimento das plantas e medicinas naturais. O Pajé da aldeia Barra Velha é chamado para participar de eventos públicos e o cacique e as lideranças o instam para falar e contar da sua experiência como um dos “antigos” para o pessoal mais jovem.

b. Associativismo na Aldeia Barra Velha

i. Associação da Comunidade Indígena da Aldeia Barra Velha – Acibave –

A Associação – Acibave- aparece como um espaço institucional criado para legitimação da atuação das lideranças e para captação de recursos para gestão e execução de projetos em parceria com agências estatais e não-governamentais. A Acibave apresenta um quadro de diretoria formado por um Presidente, Vice-Presidente, Fiscal e Secretário e os suplentes. Estes cargos são ocupados pelos líderes e na associação também participam o cacique e o coordenador técnico local da FUNAI.

A Acibave se apresenta como um espaço para as lideranças consolidarem seu capital social, por ser um espaço institucionalizado localmente e burocratizado pelas agências governamentais, através do gerenciamento de recursos para execução de projetos.

A Associação se apresenta como uma iniciativa local para gestão de recursos, no entanto, sua concepção está baseada no modelo do associativismo da sociedade nacional envolvente. A conformação da diretoria, a inscrição diante ao Ministério da Fazenda, a obtenção do CNPJ e a prestação de contas são requerimentos governamentais para garantir seu funcionamento e “legalidade”.

O cacique e as lideranças mencionam que por meio da Associação foram administrados recursos para realização de algumas obras de infraestrutura e a execução de projetos, como a construção da ponte no setor Porto do Boi, aquisição de um trator

para atividades agrícolas da comunidade, compra de equipamentos para associação (câmera fotográfica, computador), cursos curtos de capacitação (artesanato, associativismo).

Durante a realização do trabalho de campo nos meses de março e maio de 2010 e janeiro de 2011 as atividades da Associação encontravam-se suspensas devido às dificuldades com a prestação de contas de um anterior projeto. No mês de maio de 2010 as lideranças estabeleceram uma nova diretoria para Associação. No entanto, durante a observação não foi possível para as lideranças retomar as atividades desenvolvidas por meio desta organização.

ii. Associação dos bugreiros de Barra Velha

Esta associação foi formada no mês de dezembro de 2010 para organizar as atividades ligadas ao transporte de buggy na época de alta estação do turismo. Embora esta associação esteja relacionada à atividade econômica, não se apresenta como um lugar para exercer a autoridade reconhecida dos caciques, por exemplo. Não obstante, tal associação faz parte das estratégias organizativas dos Pataxó de Barra Velha, inseridas na lógica da burocratização das relações cotidianas dos Pataxó em conformidade com os modelos governamentais.

Por exemplo, no dia 12 de janeiro de 2011 cheguei à vila de Caraíva por volta das 20hs, me encaminhei a uma padaria que está próxima à igreja à procura de um transporte para chegar à aldeia Barra Velha. Quando perguntei pela possibilidade de conseguir um buggy para me transportar, a mulher da padaria comentou que seria difícil porque já estava fora do horário. No entanto, ela fez uma ligação e conseguiu falar com um bugreiro para me levar à aldeia.

Durante a espera do transporte, ela comentou que o valor da viagem de buggy estava uniformizado devido à organização da associação. Agora, os bugreiros estavam identificados, todos vestiam uma camisa azul da associação e cada dia ficava um jovem em Caraíva – Ney Braz- para organizar os passeios e agendar as viagens por motorista; devido a associação as tarifas ficaram homogêneas e eles tinham que deixar um 10% do valor da viagem para o funcionamento da associação.

Com a chegada do motorista Jonga – que não faz parte da associação-, comentou que através da associação os bugreiros fizeram um empréstimo com o Banco do Brasil para financiar a compra de novos buggys. A associação tem 26 bugreiros inscritos e ele não quis fazer parte porque ele já tem a sua clientela com os hotéis e as pousadas, ele disse que é dos ‘antigos’ em trabalhar com os passeios de buggy e que atualmente tem três buggys, ele e os filhos trabalham com as viagens. Não obstante, ele disse que tem sua vaga na associação, mas que por enquanto não entraria porque não concordava com algumas coisas. Por exemplo, na sua versão ele mencionou que na associação estão vários bugreiros que aprenderam dirigir há pouco tempo, andam bêbados e não são responsáveis. Também comentou que a associação está esperando um novo empréstimo do Banco do Brasil para compra de rádios de comunicação.

Com a chegada à aldeia, a informação sobre o funcionamento da associação foi confirmada. Em janeiro de 2011 estavam registrados 26 buggys. Depois eu estive presente numa conversa entre ‘Barata’ e Jossimar sobre a associação. Barata – quem é um dos primeiros bugreiros da aldeia também é pai do Marcos Braz, coordenador técnico local da FUNAI- comentou das normas e punições estabelecidas em uma reunião no mês de dezembro que foram registradas em ata.

Para Barata, o que havia sido combinado era organizar uma lista dos 26 bugreiros e nessa ordem se realizariam as viagens. Entre as normas e punições estabelecidas na ata estava que: a) quem não estiver em condições de trabalhar, perderia sua vez e teria que esperar uma nova rodada; b) quem tiver o carro sem condições para trabalhar também teria que esperar a nova rodada; c) quem furar a ordem teria punição de três dias sem trabalhar; d) quem não estiver em condições para trabalhar não poderia ser substituído por parente/familiar/conhecido, teria que esperar a ordem da rodada; e) quem já tivesse um vínculo empregatício não poderia trabalhar como bugreiro.

Devido ao tempo recente de funcionamento – dezembro de 2010 a janeiro de 2011 – da associação dos bugreiros, estas normas não estavam sendo aplicadas fielmente, devido à acomodação com o novo regime de trabalho coletivo feita sobre o começo da alta estação de turismo. Anteriormente, os passeios de buggy eram organizados individualmente por cada motorista, em alguns momentos isto gerava brigas e desentendimentos pela competição entre bugreiros devido à diferença de preços dados aos turistas.

No final da conversa entre Barata e Jossimar, este último disse que essa organização não iria funcionar porque para ele essa ata só teria validade se tivesse o CNPJ da associação. Jossimar, é professor de informática da escola, já foi vice-cacique de 2004 a 2006 e participou do processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, cujo processo promoveu várias capacitações em associativismo e cooperativismo na região até 2005. Com isto, para Jossimar esta institucionalização deve-se dar tanto na atuação dos bugreiros diante o respeito às normas estabelecidas, quanto no cumprimento dos processos burocrático que implica a conformação da associação.

O transporte de buggy é um negócio familiar na aldeia Barra Velha. Apesar de serem os homens os que estão visivelmente na frente do negócio, o buggy mobiliza aos membros da família toda. O buggy é um bem familiar, que serve tanto para o trabalho na época de alta estação de turismo (finais de dezembro até fevereiro) quanto para o transporte da família entre as localidades da aldeia.

Por estar ligado diretamente à economia familiar, o controle que a associação pretende exercer no item “e”, em relação à restrição de ser bugreiro para quem já tivesse um vínculo empregatício, é um indício das formas locais do controle da distribuição de renda econômica. Quer dizer, para os Pataxó da aldeia Barra Velha, as atividades econômicas não deveriam criar grandes diferenças entre os índios. Com a associação pretende-se não criar grandes desigualdades e garantir uma distribuição de renda mais equitativa. Com isto, quem tiver um vínculo empregatício supõe-se que já usufrui uma renda econômica fixa, enquanto quem trabalha como bugreiro supõe-se que faz parte das pessoas que sua renda depende de atividades sazonais – como o turismo- e por isso precisa garantir o ingresso econômico familiar através do transporte de buggy nesta época.

c. O Regimento Interno

Durante minha primeira visita à aldeia Barra Velha fui convidada pelo Coordenador Técnico da FUNAI, Marcos, e o Cacique Romildo para assistir a uma reunião da comunidade no dia 20 de março. Neste primeiro momento chamou minha atenção um dos assuntos a serem tratados na pauta da reunião como “a leitura do Regimento Interno para aprovação dos membros da comunidade indígena” (Diário de campo, 20 de março de 2010).

Depois da leitura do texto e da participação na reunião, fiquei curiosa pela proposta de criação de um Regimento Interno, assim como a sua estrutura de capítulos e artigos, bem como os temas subjacentes. Perguntei ao cacique e às diferentes lideranças sobre o processo de criação do Regimento Interno, suas motivações e os contextos que os levaram a formular o documento. Nas conversas com as lideranças, estas se referiram ao Regimento como uma idéia que surgiu junto à organização de uma associação local, a Acibave, mas me mantive interessada nas formas de criação e aplicação do dispositivo, as pessoas objeto dos capítulos, as formas de delito que a norma criava bem como as sanções previstas para seus infratores.

Vejo, então, o Regimento Interno como parte do esforço político local das lideranças para consolidar uma forma de autoridade local e, com isso criar instrumentos de organização e administração dos conflitos. O documento destaca as “funções” tanto do cacique, quanto dos membros do Conselho Deliberativo e da comunidade como um todo.

O Regimento é um documento de 14 páginas, elaborado a partir da iniciativa de Marcos Braz (coordenador técnico da FUNAI) junto ao cacique Romildo e com assessoria do cacique Aruã da aldeia Coroa Vermelha. A primeira versão foi elaborada em agosto de 2009 e tem sido levada às reuniões periódicas da comunidade de Barra Velha para ser consultado e aprovado publicamente. A versão digital e impressa repousa na sede da FUNAI na aldeia Barra Velha, mas sua divulgação entre os habitantes da aldeia só tem sido realizada através das reuniões.

Até o momento de realização da última fase de trabalho de campo em janeiro de 2011, fui informada que o Regimento Interno encontrava-se nas mãos de um procurador

da FUNAI em Brasília para sua revisão e aprovação por parte do órgão tutelar, para assim, entrar em vigência e aplicação dentro da aldeia.

Para as lideranças, o propósito do Regimento Interno é que ele sirva de “base” para orientar a população indígena e não-indígena nas ações cotidianas e nos padrões de comportamento desejáveis em Barra Velha. O Regimento Interno busca traçar propósitos de interesse coletivo para aldeia, como foi mencionado por Adalto:

*“...é como se fosse, por exemplo uma casa construindo, primeiro a gente tem que construir uma base e é isso que na nossa comunidade tá faltando, talvez nós construímos uma casa, mas não construímos a base concreta para que possamos estar defendendo dessas coisas que poderá ser prejudicada a comunidade. Então, acho que a base é o que foi o princípio hoje da reunião, eu ainda vejo que **a base é o regimento interno**, porque é uma forma da gente estar trabalhando mais firme, com pé no chão e projetando outros planos de trabalho”* (Adalto, 20 de março de 2010, grifei).

Desta maneira, o Regimento Interno da aldeia Mãe Pataxó Barra Velha¹⁸ aparece como um elemento normativo, visto por parte dos Pataxó preocupados com temas relativos à organização, controle e relações institucionais. Segundo o Regimento Interno ele é destinado a “normalizar um conjunto de ação [sic] em discussão pela população” da aldeia e regular os comportamentos da comunidade indígena em relação ao que ele define como “interno e externo (...) para uma convivência harmoniosa entre os povos do Brasil...” (Regimento Interno Aldeia Barra Velha, p. 2).

Em termos de organização do texto, o Regimento Interno é composto por quatro partes, sendo a primeira uma Introdução, seguida de três capítulos e finaliza com um anexo de “compromissos”. Os segmentos contêm quatro artigos e cinco parágrafos. O documento termina com o espaço para a assinatura de aprovação dos membros da comunidade indígena Pataxó de Barra Velha datado em 1º de agosto de 2009.

Na Introdução, o documento refere-se à descrição da Terra Indígena, sua localização, composição por famílias e atividades econômicas. Também destaca o caráter pluriétnico da nação brasileira e reconhece as influências de “diversos padrões étnicos [que] contaminaram a nossa sociedade e fragilizaram a nossa Cultura” (Regimento Interno Aldeia Barra Velha, p. 2). Com isto, faz menção a presença e

¹⁸ Ver Anexo 9.1

influência da população que não se reconhece como indígena na região, mas com a qual se mantém contato permanente, através das viagens, da troca comercial, das atividades políticas e administrativas e na ampliação das redes de parentesco por meio dos casamentos.

O Regimento faz um chamado à “organização e planejamento” da comunidade para superar um “grande desafio”, referido à falta de administração de “um grande potencial” que é o turismo devido à localização geográfica da aldeia no litoral. Outro argumento que incentiva a exploração turística da área é a narrativa construída em torno ao “Descobrimento do Brasil”¹⁹ e constrói um discurso hegemônico da região como “berço da nação brasileira”.

Seguidamente, o documento expressa os quatro pontos fundamentais que deve caracterizar um povo: “Fé, Leis, Líder e Território próprio”. Nestes quatro princípios se revelam pontos de vista que as lideranças Pataxó da aldeia Barra Velha consideram válidas para o desenvolvimento coletivo da aldeia, isto é, a religião, a normatividade e o espaço para sua reprodução cultural.

O Regimento tenta definir e institucionalizar o papel – já existente-, das lideranças, da comunidade e das formas de controle social a partir de definições que se refletem entre si, para construir uma narrativa local própria. Quer dizer, não cria uma definição direta de liderança, comunidade e norma, mas apresenta as fronteiras entre uns e outros para manter a narrativa de harmonia. Por exemplo, menciona que: “Um conjunto de pessoas munida e unida pela mesma cultura, tem sentimentos comuns. Sendo assim, cabe a nós que somos lideranças esclarecê-lo e animá-lo; dar exemplo e ser exemplo” (Regimento Interno Aldeia Barra Velha, p. 2). Assim, a narrativa de comunidade aparece na consideração de uma “mesma cultura” e de “sentimentos comuns” e ao mesmo tempo, a função e o lugar das lideranças para “dar e ser exemplo” nas situações sociais tidas como desafiadoras da ordem.

Nessa ordem imaginada pelas lideranças, a importância de realizar ações conjuntas entre comunidade e lideranças, também é uma tarefa que as define mutuamente segundo o sentido de “responsabilidade” compartilhada entre os dois atores na divisão de tarefas, pois

¹⁹ Mais na frente retomarei na discussão em torno à construção desta narrativa que já foi desenvolvida por Grünewald (2001).

“para isso deve reconhecer que necessitamos de ajuda para fazer com eficiência aquilo que é nossa responsabilidade. Idealizar um poder junto com a comunidade, liderar o processo, buscar unir o povo, compartilhar os trabalhos, onde todos possam e devem contribuir” (Regimento Interno Aldeia Barra Velha, p. 2).

A fronteira entre lideranças e comunidade se elucida no texto ao expor quem não é liderança, quais seriam as suas funções dos líderes e quem seria objeto dessas ações. O governo das lideranças parece ter como base aspectos morais daqueles que ocupam o cargo sendo a definição dos comandados contínua a ela. Isto é, a descrição da liderança a partir das suas funções e da comunidade como receptáculo de tais funções garantiria ao menos do ponto de vista do Regimento, as relações do poder interno e as hierarquias locais, como explicita o texto:

“Sendo assim, ser liderança não é ser qualquer um. Porém não é ser melhor que ninguém. Liderar quer dizer. Chefiar, Conduzir, Reger, Orientar, Comandar, Facilitar, Representar, Governar... Devemos então, as lideranças desta aldeia, estar conscientes do nosso papel e nossas responsabilidades para com o nosso povo” (Regimento Interno Aldeia Barra Velha, p. 2).

A Introdução – que pode ser lida como um preâmbulo do documento -, termina com destaque sobre o propósito do Regimento, cuja ênfase é o “fortalecimento da aldeia Barra Velha” a fim de “estabelecer projetos e normas para o bem estar da comunidade” (Regimento Interno Aldeia Barra Velha, p. 3). O que nos leva a considerar que o cacique e as lideranças como autoras deste documento pretendem criar um mecanismo que orientasse os comportamentos e re-criasse determinadas fronteiras entre os habitantes da aldeia Barra Velha e entre estes e aqueles vistos como “não indígenas”.

Embora seja motivo de debates em Barra Velha e siga os trâmites sugeridos pela FUNAI, o preâmbulo do documento se encerra de forma peculiar. Após considerar os elementos de “fortalecimento da Aldeia Barra Velha”, bem como a de “sua população como etnia pataxó berço da nação brasileira”, os membros que se auto-intitulam “uma organização coletiva” compostos pelo cacique, as instituições, representantes de “setores – seguimento da aldeia, famílias e vereadores indígenas, doravante denominado de conselho geral e deliberativo”, optam pela expressão “decretam” para iniciar a descrição e garantir a autoridade dos demais capítulos do documento.

O capítulo I institui “o regimento interno do conselho geral e deliberativo da comunidade Indígena pataxó da aldeia Barra Velha” e define onze “finalidades e competências” do Regimento Interno. Destaco em resumo estas competências:

“Promover a organização interna da comunidade...”; “fazer valer na pratica os direitos constitucionais indígenas...”; “desenvolver o espírito associativo entre os membros da comunidade indígena da aldeia Barra Velha...”; “propiciar condições para o fortalecimento das famílias mediante a relação infrafamiliar e comunitária...”; “representar a comunidade nas relações com organizações governamentais e não governamentais...”; “receber doações através de suas instituições de pessoas físicas e Jurídica, nacionais e internacionais...”; “combater a degradação social e ambiental” e “mobilizar a comunidade para exercer vigilância permanente quanto à aplicação dos recursos públicos...” (Regimento Interno, pp. 3-4).

Desta maneira, o Regimento Interno pretende por um lado, manter e reproduzir a estrutura organizacional da aldeia, por meio da institucionalização dos “setores” para o desenvolvimento comunitário como saúde, educação, meio ambiente, habitação, bens de serviços, desenvolvimento sustentado, turismo e fundiário e de outro, procura o fortalecimento das formas coletivas já existentes como as famílias e as associações.

A mediação com o “mundo exterior” está revista mediante a manutenção da concordância com as leis e normas do Estado brasileiro, observando os mecanismos que permitam a aplicação dos “direitos constitucionais” e a normatividade que acompanha em relação à proteção dos povos indígenas e dos propósitos governamentais como a preservação ambiental e a “vigilância” ao uso dos recursos públicos investidos na aldeia, inclusive esclarecendo a possibilidade de acionar os entes de controle, “Parágrafo único. A comunidade usando do direito à cidadania poderá solicitar a intervenção do ministério público federal no acompanhamento da aplicação dos recursos” (Regimento Interno, p.4).

No capítulo II do documento se estabelece a estrutura organizacional da aldeia e sua representatividade dentro do Conselho Geral Deliberativo considerando que os “setores, seguimento e atividades da comunidade terão representação no conselho geral e deliberativo da aldeia sendo que os setores que estiverem organizados por um sistema institucional, serão representados pela suas instituições” (Regimento Interno Aldeia Barra Velha, p. 4).

Neste ponto, o documento menciona as instituições que tem abrangência local em Barra Velha tais como a saúde e educação e os representantes das áreas de artesanato, meio ambiente, agricultura, pesca, turismo, esporte, cultura, sugerindo a especificidade de cada “segmento”. Em relação à questão “social e segurança” se refere como um “papel de todos”. O regimento pretende representar, portanto os setores a partir de uma identificação voltada à funcionalidade institucional de Barra Velha, excluído, ou colocando em um lugar “menos problemático” representações identitárias de gênero e geração. O exemplo disto, sobre as “mulheres e anciões (velhos)” o Regimento Interno os classifica como uma “representação de classe” com “acento (sic) dentro do Conselho” (Regimento Interno Aldeia Barra Velha, p. 4).

No capítulo III o documento apresenta as “definições e funções” dos “setores” com autoridade e representatividade dentro da aldeia. O Parágrafo Único define ao Cacique como “autoridade máxima da aldeia, isto é, é o chefe geral da comunidade, como também o preside (sic) o Conselho Geral e deliberativo” que, como vimos acima, “é a instancia central e mediadora das discussões e decisões da comunidade. É composto pelo cacique, organizações indígenas e setores organizados” e cujas funções são “deliberar normas para comunidade, planejar, sensibilizar e acordar ações junto à comunidade” (Regimento Interno Aldeia Barra Velha, p. 4).

No seguinte fluxograma ilustrarei a organização hierárquica do Conselho Geral e Deliberativo a fim de esclarecer a estrutura proposta pelas lideranças da aldeia Barra Velha dentro do Regimento Interno.

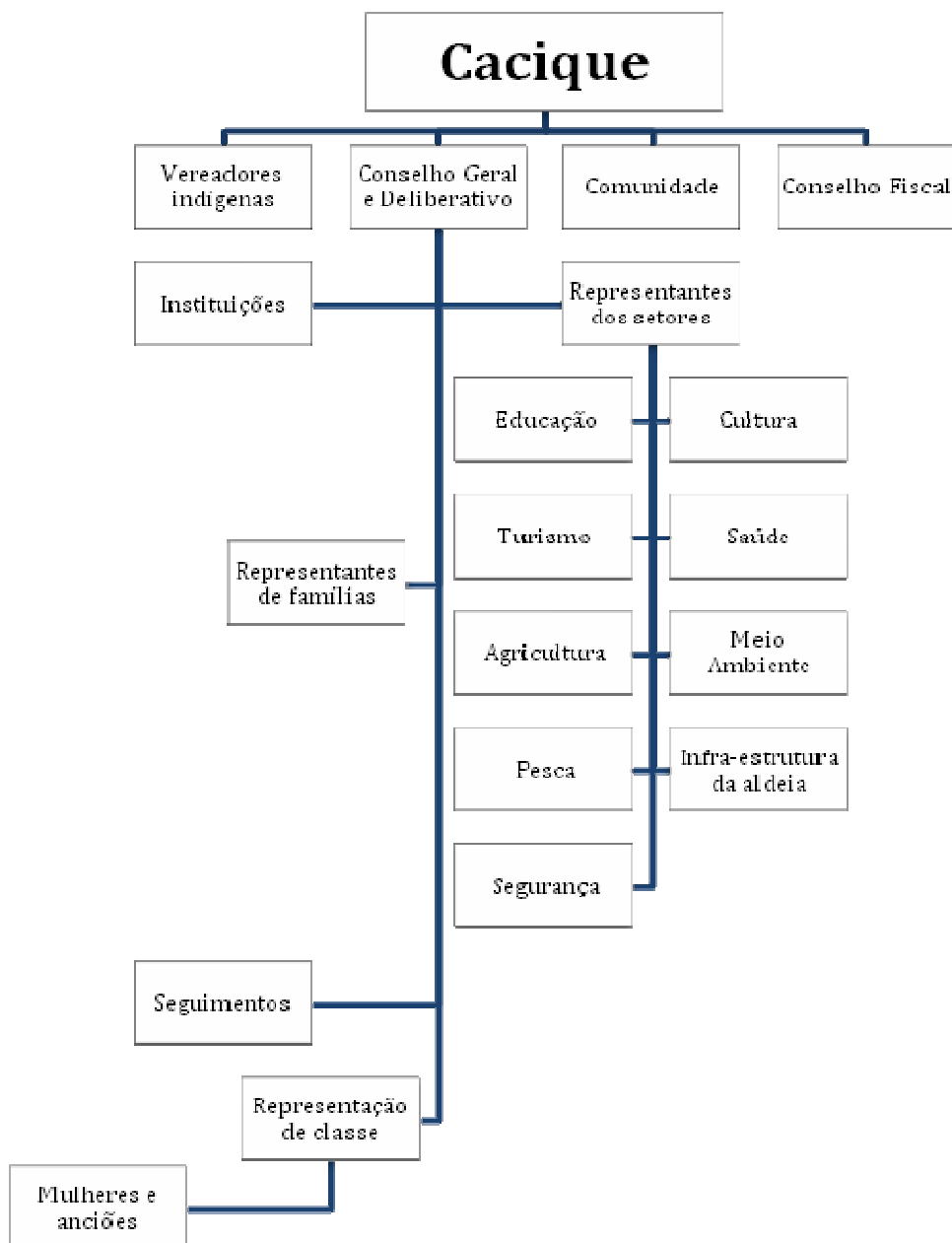


Figura 9 Fluxograma do Conselho Geral e Deliberativo criado com base ao Regimento Interno²⁰

O Regimento Interno apresenta as definições, funções e competências do Conselho Geral e Deliberativo, mas também define quem e o que fazem as instituições, representantes de setores, seguimentos, representantes de famílias, vereadores indígenas, comunidade e conselho fiscal.

²⁰ Não será meu objetivo analisar o fluxograma, mas destacar as posições que ocupam os sujeitos na organização social proposta no Regimento Interno, bem como sugerir as possíveis relações entre eles.

Por “Instituições” o Regimento Interno define as “organizações jurídicas representativas criadas na aldeia pataxó Barra Velha, a fim de desenvolver projeto e atividade para o bem estar social”. Por Representantes de setores definem-se as “pessoas escolhidas pela comunidade para ocupar determinado setor, com fim de defender projetos localizados”. Os segmentos são definidos pelo Regimento Interno como as “atividades desenvolvidas nas áreas social e econômica, são elas: saúde, educação, artesanato, meio ambiente, agricultura, pesca, turismo, esporte, social, segurança, cultura, pecuária e infra-estrutura” (Regimento Interno Aldeia Barra Velha, p. 5).

O Regimento Interno conclui a estrutura classificatória do Conselho Geral e Deliberativo fazendo uma inflexão sobre o lugar da família. Segundo o Regimento, os “Representantes de famílias” são os “que tem o mesmo sobrenome, sendo assim, cada grupo familiar terá apenas um representante no conselho. O representante devem ser índio, morar na comunidade, e ter grande credibilidade e influencia no grupo familiar” (sic) (Regimento Interno Aldeia Barra Velha, p. 5).

Gostaria de apresentar agora dois dos “setores” indígenas para depois retomá-los no capítulo sobre as trajetórias das lideranças. São eles o “vereador indígena” e o “representante da cultura”.

No Regimento Interno os “Vereadores indígenas” estão definidos como aqueles “indígenas eleitos que farão parte do conselho geral para articular e defender os interesse da comunidade junto aos poderes constituídos”. O documento define a “função” dos “Vereadores indígenas” tais como

“Trabalhar em pareceria (sic) com lideranças e instituições; Apresentar ao conselho os projetos referentes à comunidade; Representar a comunidade no legislativo no interesse de projetos de leis, emendas orçamentárias etc; Respeitar as decisões da comunidade; Apoiar a votação de projeto voltada à comunidade e Apresentar perante a comunidade, prestação de contas do exercício legislativo pertinente aos interesses coletivos” (Regimento Interno, pp. 5-6).

Por sua vez, para o representante do setor cultural se definem as seguintes competências:

“Apresentar proposta para projeto de pesquisa e revitalização da cultura pataxó; Apresentar o calendário cultural e de festividade tradicionais da aldeia; Propor a criação de museu pataxó; Propor

oficinas culturais integrando os demais setores a comunidade; Proporará a produção de material como CD, DVD, cartazes, folder e documentários para divulgar a cultura pataxó” (Regimento Interno, p. 9).

Com base nesta perspectiva organizacional, podemos acreditar que o Conselho Geral e Deliberativo estabelece a diferenciação dos papéis que devem desempenhar os indivíduos dentro da aldeia desde cada “setor” a partir de uma visão particular da percepção da fronteira definida como e por meio da norma.

Desta maneira, o Regimento Interno não define simplesmente os “setores” de atuação para o desenvolvimento de projetos de caráter coletivo, senão que também institui os sujeitos e suas diferenças dentro da aldeia a partir do lugar da autoridade presentes no texto. Quer dizer, nas definições, funções e competências se re-cria o lugar de poder dentro da aldeia do cacique e das lideranças perante aos habitantes da aldeia Barra Velha reintroduzindo as habilidades das lideranças e suas práticas consolidadas por meio da “decretação” de uma norma escrita.

Seguindo a estrutura do Regimento Interno apresentei a introdução e os capítulos que acompanham a hierarquia interna da organização social da aldeia no documento. Neste sentido o Regimento conclui sua estrutura com os “compromissos da comunidade indígena” relacionados com a reprodução do patrimônio étnico e cultural como responsabilidade inerente aos membros da comunidade.

Também frente ao repasse de informações ao Conselho de situações que estejam “fora do convívio comunitário”, ou seja, que envolvam situações relativas ao uso de “drogas, furtos, abusos sexual, exploração de menores Indígenas, Porte ilegal de documentos oficiais, venda ilegal de produtos florestais oriundos da reserva indígena”. No terceiro ponto se reserva o direito de voto “sobre assuntos eletivos na comunidade” aos indígenas, esclarecendo que os cônjuges que não pertençam à etnia “somente poderá apresentar sugestões na comunidade através do parceiro (a)” (Regimento Interno Aldeia Barra Velha, p. 12).

Outro aspecto relacionado aos compromissos está referido à “realização de um censo” para identificar os problemas que devem ser priorizados na execução de projetos dentro da aldeia. A seguir o documento destaca a possibilidade de acionar “operações policiais no interior da reserva” diante a ocorrência de crimes em que a estrutura interna

de autoridade não seja suficiente para enfrentar tal situação. Assim como a providencia que deveria ser tomada em caso de apresentar dependentes químicos e/ou traficantes dentro da aldeia, isto é, “os dependentes químicos serão encaminhados para tratamento de desintoxicação, mas aos traficantes se aplicará efetivamente o § 1º do artigo 144.*(CF)” (Regimento Interno Aldeia Barra Velha, p. 12).

Por fim, o Regimento Interno menciona a prioridade “em todos os aspectos” que terão “as crianças, os idosos, os deficientes físicos e mentais e as mulheres indígenas em geral da Aldeia Barra Velha. Especialmente aqueles que se encontram em situação de risco social” (Regimento Interno Aldeia Barra Velha, p. 13). O documento finaliza com os nomes e assinaturas das lideranças e dos habitantes para aprovação e publicação do Regimento Interno.

4. A natureza dos conflitos: brigas e desentendimentos no nível local

O cotidiano Pataxó apresenta alguns conflitos domésticos como desentendimentos familiares no âmbito dos esposos(as), filhos(as) e parentes em diversos graus, e em relação à vizinhança quando o uso dos recursos naturais ou os limites das pequenas posses, roçados ou quintais é colocado em questão.

No contexto da aldeia Barra Velha à referência aos conflitos está referida a “conflitos tratáveis” (Lobão et al, 2009; Lobão, 2006) que acontecem na escala micro-local, ou seja, aqueles associados às questões domésticas e de vizinhança. Como foi contado pelas lideranças e outros moradores da aldeia, os conflitos referidos lá estão relacionados com diversos fatores, como brigas familiares, o pertencimento às igrejas (católica ou evangélica), o consumo de bebidas alcoólicas e durante a alta estação do turismo pelas disputas que acontecem na oferta de serviços aos visitantes.

Por exemplo, no caso das brigas familiares, ou seja aquelas que acontecem entre marido e mulher ou entre pais e filhos, a primeira instância para sua resolução é a própria família. Como comentou o Sr. Manoel Periquito, liderança e morador do setor da praia, “*é questão de família, discussões, coisas pequenas que acontecem dentro da família*” (Manoel Periquito, 24 de maio de 2010). Se apresentar alguma situação que ultrapasse os parâmetros locais da briga, como o maltrato físico, nesse caso seriam acionadas as lideranças para dissolver a briga e solucionar o conflito da família. Embora

eu não tivesse sido testemunha de nenhum conflito familiar durante o trabalho de campo, no entanto, escutei esta versão de várias pessoas, entre elas o cacique, algumas lideranças e moradores no momento de tratar do assunto nas conversas informais e entrevistas.

Como já foi mencionado na descrição do contexto, na aldeia tem assento duas igrejas: uma católica e outra evangélico-cristã. A presença de várias igrejas se apresenta como outra situação que produz brigas e desentendimentos entre os moradores da aldeia.

Por um lado, os desentendimentos estão relacionados com as diferentes cosmologias que cada igreja promove e cria fronteiras simbólicas com aqueles que não compartilham a mesma visão do mundo, o que se reflete no trabalho, nas rotinas, nas festas, etc. Não obstante, isto não aparece publicamente, mas se revela em comentários e atitudes entre os moradores em situações específicas, por exemplo, durante a celebração das festividades religiosas, frente ao consumo de bebidas alcoólicas, entre outras situações. Por outro lado, estes desentendimentos aparecem no espaço público em situações como a proibição ao uso de trajes, adereços e pintura corporais. Principalmente isto é visível nas atividades da escola diante aos processos de revitalização cultural através do ensino da língua Patxohã e das danças tradicionais, quando algumas famílias recusam a participação das crianças e jovens nestas atividades. Em relação a estas situações Adalto comentou:

“Hoje o que a gente tá revendo de pouco tempo pra cá, tá trazendo uma polêmica tão grande que tá inferindo até em sala de aula. Alguns parentes freqüentam a religião, outros por serem católicos, tanto que já tão distorcendo da coisa que criando mais outras religiões, dentro da comunidade, ou, aliás, falando de mais outras igrejas, sem permissão nossa dos membros da comunidade. Então isso pra gente é um grande desafio, as coisas já não tão indo bem por esse lado, aí eu protesto dizendo que não é bem aceito dessa forma. (...) Quando disperça, já falando de outras e outras igrejas, (...) e uma coisa que não é justo é esquecer da própria comunidade ou da própria cultura indígena, (...) e isso não é bem aceito, isso é uma grande preocupação para mim particularmente” (Adalto, 20 de março de 2010).

Em relação ao consumo de bebidas alcoólicas, os conflitos aparecem devido à proibição de venda aos indígenas, estabelecido no Estatuto do Índio (1973)²¹. Neste sentido, a entrada e distribuição de cachaça são clandestinas. Muitas vezes a compra se produz quando os indígenas saem para alguma das cidades próximas ou também nas vilas de Caraíva e Corumbau, próximas à aldeia.

Desta maneira, o consumo de bebidas alcoólicas aparece como infração à proibição estatal referente à ação tutelar sob os índios, embora tal proibição esteja referida aos “grupos tribais ou entre índios não integrados”, no entanto, tem sido interpretada como uma proibição geral para todos os povos indígenas e resulta um mecanismo de controle para o consumo de bebidas alcoólicas. Como foi expresso por Marcos Braz,

“tem uma lei nacional que é proibida a entrada de bebida alcoólica nas aldeias, mas só que eles falam na lei que é entre as tribos não integradas, que não tem contato nenhum, que vive lá da forma deles (...) O que a gente tem discutido muito, tem feito reunião, tem feito ata, delegado tem vindo aqui não venda bebida alcoólica dentro da aldeia. Só que o próprio índio ali, eles desrespeita a gente e ele continua vendendo. Vende a cachaça, que é a mais pesada e mais a cerveja. Então isso aí é um problema pra gente também, saber que a gente fala não e eles fala sim...” (Marcos Braz, 18 de março de 2010).

Além disso, quando este consumo afeta a produtividade familiar e aparece como falta aos parâmetros locais de rendimento e trabalho, se considera que cria um problema porque desestabiliza as noções locais de harmonia criadas pelas lideranças, ou seja, quando o consumo de bebida alcoólica produz brigas ao interior da família, o afastamento das atividades laborais e reduz o sustento econômico familiar. Neste sentido, Marcos comenta:

“Você vê que uma das maiores coisas que faz com que os índios se conflitam é a bebida alcoólica, tem outros caso que marido bate em mulher em casa, os filhos que espanca, tudo: bebida alcoólica. É difícil ter um motivo assim para brigar, aí tudo tem jeito, a não ser que seja disputa de terra, de alguma coisa que um tá querendo e outro tá querendo a mesma coisa. Mas 90% é a bebida alcoólica, eu vou colocar assim, porque a gente já vem trabalhando aí há seis anos e todos os problemas que tem pra resolver é a questão da bebida” (Marcos Braz, 18 de março de 2010).

²¹ Estatuto do Índio. Lei N° 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Capítulo II. Art. 58 II – Propiciar, por qualquer meio, a aquisição, o uso e a disseminação de bebidas alcoólicas, nos grupos tribais ou entre índios não integrados. Pena – detenção de seis meses a dois anos. (Silva, 2008: 53).

Outra situação referente às disputas e pequenos conflitos da aldeia Barra Velha está associada à época de alta estação do turismo entre dezembro e fevereiro. Nesta época se acrescenta a presença de visitantes e se ativam as vendas de artesanato e a oferta de serviços aos turistas. O transporte de buggy é um dos serviços que gera maior competição entre os motoristas, não obstante, como já foi mencionado no apartado ii em dezembro de 2010 criou-se a Associação dos Bugreiros para organizar e diminuir a ocorrência de disputas e a competição pela oferta diferenciada de preços aos turistas.

Ademais, a presença de visitantes cria um ambiente de desconforto para alguns habitantes, na medida em que se acrescenta o consumo de bebidas alcoólicas e de substâncias alucinógenas que gera a preocupação entre as pessoas mais velhas pelo possível envolvimento das crianças e jovens da aldeia. Ao mesmo tempo, se cria a preocupação em relação a segurança pela ocorrência de roubos e ataques aos visitantes e turistas. Tal preocupação foi relatada por Adalto:

Uma delas é a preocupação do envolvimento de pessoas, (...) uso de drogas e infiltrar na própria comunidade através de nossa juventude, daí os próprios jovens nossos já aprendendo essa questão e a aldeia não permite esse tipo de vícios, né? Por outro lado, vem a questão de uma margem de praia tão bonita, aonde frequenta muito turismo e não-turismo, porque através do turismo vem outras pessoas também e aí traz outros costumes também que não é aceito pela própria comunidade, principalmente com, vamos dizer, estupros e outros demais que vem nesse trabalho. Como nós convive aqui em harmonia, a minha preocupação na segurança é essa questão de roubo, o sossego da própria comunidade que nós temos aqui uma tradição de visitar a casa de um e de outro e viver de portas livres e abertas (...). Então, essa é uma preocupação com relação à segurança” (Adalto, 20 de março de 2010).

Finalmente, na escola se apresentam situações que alteram a expectativa de ordem pela falta de disciplina dos estudantes, ou seja, as brincadeiras entre os jovens que acabam ferindo sensibilidades de uns e outros, atitudes para os professores, o uso de roupas por fora dos parâmetros da aldeia, a negação a participar em atividades de revitalização cultural devido ao pertencimento às igrejas religiosas, entre outras. Muitas destas situações são resolvidas diretamente na escola pelos professores indígenas e pelo diretor da escola. No entanto, em algumas situações são convocadas às lideranças da aldeia para chamar atenção dos jovens frente ao comportamento esperado.

Diante das diversas situações de disputas e brigas ao interior da aldeia Barra Velha, o cacique e as lideranças são acionadas para mediar e resolver tais disputas e desentendimentos. A maioria das situações tem uma resolução interna. No entanto, existem situações em que se acionam agentes estatais para resolução, no caso, a Polícia Federal ou o Ministério Público, isto quando acontece uma situação que sai do controle do cacique, do coordenador técnico da FUNAI e das lideranças em geral, como foi mencionado pelo cacique Romildo,

“Já teve caso de parentes batendo na família, batendo nela [a mulher], a obrigação deles [as lideranças] é chegar junto e pedir ajuda. A gente fala, você tá maltratando sua família, não pode fazer isso e de repente, ela [a mulher] pode sair daqui, tem o direito dela lá [na cidade] e ela pode tá prestando uma queixa contra você, aí você pode tá sendo chamado por isso, na polícia e tal. A gente chega pra dar esse conselho pra ele, mas só que nada (...) [então] se o cara errou nós vamos chamar a atenção e, se caso não quiser respeitar, vamos ter que levar ele pra outra autoridade, vai ser obrigado a respeitar...” (Cacique Romildo, 18 de março de 2010).

De qualquer forma, existem restrições para entrada da força pública no território indígena, para isso deve contar com autorização do cacique e da FUNAI,

Exemplo disso é a polícia, por exemplo, se tiver um traficante aqui de alta classe aqui, se tiver civil aqui na aldeia, ele pode não ser índio, mas se cair aqui dentro da aldeia aqui, se escondeu em algum lugar, até pra polícia entrar aqui, pra polícia executar o trabalho dela, ela que já é autoridade daquilo ali, ela tem que ter autorização dele [cacique Romildo]. A polícia não pode entrar aqui pra pegar ninguém, se não tiver autorização do Romildo, não pega, não pega” (Marcos Braz, 18 de março de 2010).

Neste primeiro capítulo procurei contextualizar, a partir da etnografia e sua complementaridade nas fontes bibliográficas, o povo indígena Pataxó da aldeia Barra Velha, para depois me concentrar nas formas locais de construção da autoridade e na elaboração de narrativas locais de organização social através das associações e discussão do Regimento Interno. A seguir, apresentarei quatro trajetórias correspondentes às lideranças da aldeia, em referência a episódios das suas biografias individuais, mas que estão vinculadas ao seu reconhecimento como parte da etnia Pataxó e seu pertencimento à aldeia Barra Velha.

Capítulo 2 – Trajetórias da autoridade na aldeia Barra Velha

1. Do espaço ordinário à construção da liderança/autoridade

A experiência, traduzida na forma em que o sujeito se apresenta publicamente, me levou a constatar a criação de espaços de distinção em dois planos: por um lado, o plano relativo à relação entre os habitantes da aldeia Barra Velha – índios e não-índios- e as lideranças Pataxó; por outro lado, pude observar no plano da divisão social do trabalho da liderança²² que coloca, em espaços institucionais distintos, certos sujeitos diferenciados. Ou seja, tal diferenciação de sujeitos remete por uma parte, à distinção com aqueles que não ocupam um lugar de autoridade/liderança na aldeia e, paralelamente, à distinção que é construída entre aqueles que se situam no lugar da autoridade/liderança.

Considerando o amplo espectro de agentes e agências relacionadas à produção da autoridade entre os Pataxó, passei a me concentrar em trajetórias específicas da “aldeia mãe”. Quatro perfis de autoridade/liderança se delinearão na etnografia, a partir da experiência cotidiana nos limites definidos como a aldeia Barra Velha, minha permanência na sede da FUNAI, a minha interação com o cacique e as lideranças e a observação nas reuniões, atividades públicas, reclames, encontros casuais, entre outros fatores.

A observação destes espaços de distinção conduziu-me à observação dos lugares sociais em que cada uma dessas diferentes experiências adquire significado e como os sujeitos se posicionavam em relação ao plano mais amplo das demais lideranças/autoridades. Tais lugares estão relacionados aos espaços/momentos conjunturais onde se evidencia a diferença e distinção.

A minha referência aos espaços/momentos conjunturais está relacionada com situações de destaque tanto no cotidiano como em eventos que permitem ao sujeito Pataxó construir a distinção diante o coletivo – identificado como aldeia –, pela sua

²² Bourdieu (2005) menciona a “divisão do trabalho político” para análise da luta política a partir das suas determinantes econômicas e sócias. Neste sentido, refiro-me a “divisão social do trabalho da liderança”, a partir da criação de competências específicas dos atores para configuração do seu papel dentro de uma coletividade, como a dos sujeitos Pataxó apresentado neste trabalho.

atribuição enquanto autoridade. Isto é, nas reuniões dentro da aldeia, na interação com agentes e instituições, nas viagens e os aprendizados que isso cria, entre outros. Tais espaços/momentos conjunturais serão apresentados e destacados no percurso de cada trajetória das lideranças da aldeia Barra Velha.

Apresento, então, quatro trajetórias de sujeitos Pataxó da aldeia Barra Velha que durante a realização da pesquisa apareceram com destaque no cotidiano da aldeia e na construção da autoridade ao interior da aldeia. Cabe destacar que tais trajetórias não são eventos fechados e inacabados, pelo contrário, encontram-se em processo de elaboração continua:

“pode-se pensar nas histórias não como completas, mas como em processo de ser. Embora nós caíssemos com frequência na imagem das histórias como se fossem um texto, poderíamos falar melhor de algumas histórias como um compromisso no cotidiano com criação de fronteiras em diferentes regiões do si próprio e da socialidade. O trabalho do tempo, não sua imagem ou representação, é o que me preocupa aqui como eu descrevo estes processos” (Das, 2007: 80)²³.

Os quatro perfis correspondem a quatro homens, nascidos dentro da aldeia, com experiências de vida diferentes e que na atualidade são reconhecidos publicamente como autoridades/lideranças pela sua atuação em campos diferenciados. Esses quatro perfis me permitirão mostrar as diferentes vozes e lugares desde onde é construída a autoridade na aldeia.

Desta maneira, apresento as trajetórias de vida do Cacique Romildo, Adalto Nascimento, Raoni Braz e Marcos Braz. Assim, para efeitos da análise apresentada neste trabalho, classifico os quatro tipos de lideranças Pataxó da aldeia Barra Velha, respectivamente como: 1) liderança tradicional, 2) liderança político/partidária, 3) liderança cultural e, 4) liderança administrativa/tutelar.

Quero salientar que estes tipos de liderança não correspondem a padrões unificados e estáticos de comportamento nem auto-atribuição. Eles são, antes, fundamentados em relações e determinados capitais sociais que cada um dos sujeitos

²³ Tradução da autora. No texto original: “one may think of stories not as completed but as in the process of being. Though we often fall into the image of a story as if it were a text, one may better speak of some stories as an engagement in the everyday with creation of boundaries in different regions of the self and of sociality. The work of time, not its image or representation, is what concerns me here as I describe these processes” (Das, 2007: 80).

mobiliza com relação aos diferentes repertórios para se posicionarem no campo de relações que dizem respeito à questão da liderança/autoridade.

Ao mesmo tempo, eles condizem em alguns traços na sua experiência e nos objetivos, valores e projetos que visam ao melhoramento da qualidade de vida da aldeia, produzindo convergências e encontros na produção de tal autoridade e na consolidação da identidade Pataxó como “Aldeia Mãe”. Os traços em comum estão relacionados com o lugar de nascimento, fazer parte das genealogias familiares locais, por exemplo, a identificação pública como “os Braz” e “os Ferreira”, a sua moradia dentro da aldeia, a experiência de viagens e a participação em conjunto de projetos para aldeia, tais como a energia elétrica, a consolidação da Associação, a construção da ponte no Porto do Boi, entre outros.

Cabe destacar, que estas são quatro entre múltiplas histórias e experiências possíveis na organização da autoridade/liderança. No entanto, devido ao momento etnográfico da pesquisa, elas me permitem relacionar as trajetórias individuais às concepções locais de autoridade como resultado de processos distintos.

Durante o tempo da pesquisa, as conjunturas burocráticas ligadas à elaboração de projetos, à execução de recursos públicos, à revisão dos limites da Terra Indígena Barra Velha, à construção das formas de “indianidade” no Brasil, entre outras, colocam um lugar de destaque às quatro lideranças aqui mencionadas pela sua interação com as agências e a consolidação da sua trajetória a partir da construção deste saber e seu repasse para população da aldeia.

A interrogação sobre os limites da aldeia e quem atua “dentro” e/ou “fora” dos limites, podem nos ajudar a compreender as maneiras pelas quais a divisão social do trabalho da liderança produz continuamente a diferenciação. A proliferação de instâncias de representação pode ser uma pista importante para compreendermos que os limites da aldeia são o efeito deste trabalho socialmente reconhecido por agentes e agências em diferentes planos. Ao afirmarem os limites que devem ser defendidos em Barra Velha, as lideranças remetem à importância de sua atuação em relação à definição destas fronteiras, sejam culturais, políticas ou tutelares.

Neste sentido, a perspectiva analítica da trajetória de vida nos remete a maneira pela qual os sujeitos históricos Pataxó constroem suas biografias e as projetam em uma dada cronologia. Ou seja, a trajetória de vida não é um aspecto natural da vida das

lideranças Pataxó, mas um aspecto naturalizado pela correlação entre o lugar da autoridade e a biografia.

O cotidiano do espaço público Pataxó da aldeia Barra Velha remete a um arranjo de aparente indistinção em relação às identidades indígenas coletivas, quer dizer, nas diferentes atividades do dia-a-dia que os colocam como sujeitos com características em comum, por exemplo: atividades na roça ou de pesca, a organização familiar, a moradia, a alimentação, entre outras. No entanto, esta aparente indistinção é rompida em face das conjunturas em diferentes planos da vida social que externalizam a experiência da autoridade. Nestes momentos – reuniões com agentes/agencias públicas, conflitos domésticos, viagens, “romarias políticas” (Oliveira, 1999)- é evidente o esforço das “lideranças” em criar espaços de distinção, os quais são construídos pelo seu destaque em assumir tais espaços assim como a legitimidade estabelecida na interação com os outros sujeitos no que poderíamos classificar como divisão social do trabalho da liderança.

Ao longo do trabalho de campo fui me perguntando sobre as maneiras pelas quais a autoridade era construída entre os Pataxó da aldeia Barra Velha. Tive que me deter em uma separação local entre as autoridades relativas à Aldeia Pataxó e àquelas relativas à ação tutelar da FUNAI ou aos poderes políticos locais, como os partidos, a influência de ONG’s e a municipalidade.

Embora muito relacionadas entre si, estes planos se apresentam de forma complementar e sustentam certa tensão entre seus titulares, especialmente porque o espaço “reunião” é o espaço por excelência de mediação de poderes. A rotinização funcional do ato de representação das lideranças encaminha os quatro tipos aqui descritos para um mesmo plano de construção da identidade indígena, embora eles sejam percebidos por estes atores como aspectos distintos de “indianidade”.

2. Quatro trajetórias na construção da autoridade na Aldeia Barra Velha

A seguir, apresentarei as diferentes experiências na construção da autoridade na aldeia Barra Velha. Por experiências compreendo as maneiras pelas quais os sujeitos históricos Pataxó produzem o espaço social no qual a autoridade adquire significado. Tais experiências não são fixas e o momento etnográfico que presenciei constata a imbricação das trajetórias.

a. Romildo Alves Ferreira, o cacique: liderança tradicional

“Eu tinha um sonho: será que algum dia eu vou ser uma liderança para meu povo?”

Na manhã do sábado 29 de maio de 2010, fui procurar o cacique Romildo na sua casa para conversar, mas ele não estava porque fora limpar um terreno no caminho para Corumbau onde pretendiam fazer uma “quadra para as crianças brincarem”. No trabalho da limpeza do terreno, estavam vários jovens e algumas lideranças como Raoni e o cacique. Eu pedi licença para tirar as fotos e eles aceitaram, inclusive pensando em enviar para a Secretaria de Esporte ou alguém que possa financiar a construção da quadra (Diário de campo, 29 de maio de 2010).



atividade de roçado do terreno para quadra esportiva;
 de cima para baixo: Cacique Romildo e jovens da aldeia;
 e maio de 2010



O “trabalho voluntário” em cumprimento de serviços para o bem-estar coletivo, sempre tem destaque nas falas das lideranças, uma vez que a partir dessas atividades elas podem ocupar espaços de reconhecimento e estabelecer determinadas relações com os que valorizam e esperam tal participação. No trabalho voluntário se criam espaços com elementos em comum – ser homem, a capacidade de liderança e a força para realização do trabalho-, mas que ao mesmo tempo estabelece e reproduz as diferenças – hierarquias estabelecidas na realização do trabalho e no cotidiano do espaço público: cacique/índio, velho/jovem-.



A partir destas experiências de *trabalho voluntário* a maioria das lideranças relata a construção da sua trajetória, no caso Romildo conta:

“eu venho fazendo um trabalho voluntário bem de jovem. Eu nasci aqui e me criei, meus pais e avós, tudo é daqui da aldeia, a maioria dos meus parentes nunca foram líderes, assim de cacique, mas através do meu trabalho que eu venho fazendo, um trabalho voluntário, aí a comunidade achou que eu podia ser uma liderança, um cacique. Eu fui vice-presidente de associação, vice-presidente de brigada [contra incêndios], fui outra liderança fui vice-cacique também...” (Romildo, 13 de janeiro de 2011).

Romildo narra sua versão da ascensão como líder argumentando que não faz parte de uma linhagem de lideranças. Seu pai não foi liderança e, embora o avô fosse uma pessoa preocupada com os assuntos da sua comunidade, nunca ocupou algum cargo de chefia. Portanto, ele salienta esse lugar do “trabalho voluntário” como fato marcante na sua trajetória para ocupar o lugar de cacique da aldeia Barra Velha na atualidade.

Disse Romildo: *“eu tinha um sonho, será que algum dia eu vou ser uma liderança para meu povo?”* (Romildo, 13 de janeiro de 2011). Romildo deixou a roça – na localidade do Pará-, para ir morar no centro da aldeia Barra Velha e assim, começou a se envolver com os assuntos da aldeia e a ocupar os espaços do chamado “trabalho voluntário”, até ser chamado para ser vice-cacique durante o mandato do José Ferreira e, em 2004 ser eleito como cacique pela comunidade.

Na versão de Romildo, o trabalho de cacique na atualidade implica “correr atrás” dos projetos junto ao coordenador técnico da FUNAI e as outras lideranças. Entre os projetos em que destaca sua intervenção estão: a obtenção de energia elétrica com o programa “Luz para Todos”, a instalação do telefone público na aldeia –“orelhão”-, a instalação da internet, as jornadas de obtenção de documentação dentro da aldeia para emitir carteira de identidade, carteira de trabalho e CPF²⁴ para os índios, sem que estes precisem viajar até a cidade. Isto exige no manejo de sua liderança e autoridade, pois implica solicitar aos funcionários dos respectivos órgãos o deslocamento dos serviços até a aldeia e oferecer-lhes condições de alimentação e transporte para realizar a

²⁴ Cadastro de Pessoa Física, ante o Ministério da Fazenda.

jornada. Entre os projetos que estão em andamento dentro da aldeia, ele destaca a construção de 120 casas através de um projeto de moradia financiado pelo governo do Estado que começou executar em 2010 e já construiu cinco casas na aldeia. Romildo estabelece a comparação das suas funções com a administração urbana:

“Isto aqui funciona como uma cidade e o cacique faz as vezes de prefeito, com a única diferença é que o cacique não tem salário. Enquanto o prefeito ganha, sim. O trabalho do cacique é voluntário, ele não está cuidando das suas coisas por estar cuidando das coisas da aldeia” (Cacique Romildo, 31 de maio de 2010).

A organização do Conselho Deliberativo como já foi mencionado no Capítulo 1 está relacionado com a divisão das responsabilidades entre as lideranças da aldeia. No entanto, ele mencionou que apesar de terem várias lideranças e representantes, as pessoas sempre cobram e reclamam aos mesmos: Romildo, Adalto, e Marcos. Ele argumenta que as outras lideranças não *“tomam seu lugar”* e por isso as pessoas só encaminham reclames a eles (Romildo, 31 de maio de 2010).

A retórica do *“trabalho para comunidade”* e o sacrifício pessoal fazem parte da encenação do lugar que Romildo reconhece como cacique. Segundo parte da narrativa sobre o sacrifício, ele tem que dedicar *“todo seu tempo”* para *“resolver os assuntos coletivos da aldeia”* e acaba sem tempo para se ocupar *“dos seus próprios assuntos”*. Ele conta que,

“eu hoje não tenho uma roça, não tenho condições de fazer isso. Porque se eu for trabalhar numa roça para mim, eu não vou fazer nada pela comunidade, porque amanheceu o dia, se eu vou pra minha roça trabalhar, se eu chega a tarde, eu vou dormir, aí a comunidade fica de lado, e eu como representante não quero isso, eu quero tentar buscar projeto e recurso pra dentro da minha comunidade, que meu povo seja beneficiado, se eles confiaram em mim como líder, claro que eu tenho que estar vendo o melhor para eles (...) O processo do cacique hoje é muito difícil e também é bom” (Romildo, 13 de janeiro de 2011).

Nesse sentido, o Romildo menciona que dá maior atenção às atividades do *“trabalho coletivo”*, em lugar do trabalho individual que o coloque no lugar de indígena ordinário que produz a renda familiar necessária para o sustento da sua esposa e filhos – que também contribuem por meio da confecção e venda de colares de sementes-.

A personificação da autoridade de Romildo que o coloca num lugar de poder dentro da aldeia, por meio do argumento de seu sacrifício pessoal nos ajuda a compreender os elementos que ele mobiliza para significar sua liderança: singular, porque não pertence a uma linhagem do poder em Barra Velha, e excepcional, porque relega sua condição de indígena ordinário para assumir a condição extraordinária de uma liderança que se preocupa com “as questões coletivas da aldeia”.

A observação dos diferentes capitais políticos mobilizados pelas lideranças nos ajuda a compreender melhor as relações, alianças e as fronteiras em Barra Velha, bem como perceber o trabalho de posicionamento que as lideranças mobilizam em favor de si. Estes posicionamentos recriam outras relações de poder e competem com aqueles definidos pela relação de tutela da FUNAI como, por exemplo, os micro-poderes que se encarregam de autorizações extraordinárias, eventos pontuais e certos códigos de moralidade circunstanciais que colocam em destaque o poder que determinada pode exercer sobre os demais ou sobre os códigos oficiais. Enquanto percorre a aldeia e conversa sobre as lideranças, o visitante incauto, pode em todo instante encontrar estas formas de poder eloquentes, mas muitas vezes silenciosas, que fluem em Barra Velha.

Romildo manifestou em diversas conversações sua disposição para renunciar ao cargo de cacique devido às reclamações que escuta das pessoas sobre sua gestão, também pela sua auto-avaliação em relação a sua pouca escolaridade e porque ele “não tem conhecimento de computadores”. Ele conta que em algumas ocasiões já colocou sua “demissão” nas reuniões, no entanto, “o pessoal” – os habitantes da aldeia – não admitiu e mencionou para ele que a sua experiência conta mais do que o conhecimento de computadores (Diário de campo, 31 de maio de 2010).

Mais uma vez, Romildo expressa o sentido do jogo (Bourdieu, 2000) que revela o lugar da autoridade na oscilação entre aprovação e reprovação constante do lugar da autoridade e a sua colocação diante as ações e características boas ou ruins para assumir o cargo de cacique, que devem ser manifestas constantemente para reafirmar a posição e a reprodução de diferenças entre a autoridade e os habitantes em comum.

“Romildo, o cacique pai”

O trabalho como cacique, também implica o reconhecimento coletivo como tal, pois o exercício do cargo de autoridade máxima da “Aldeia Mãe” tem repercussão tanto

dentro dos limites da aldeia e suas localidades quanto por fora deles e diante das instituições com que estabelecem redes de apoio.

As significações de centralidade que contém e são produzidas constantemente em Barra Velha dentro da Terra Indígena, também se associam a seus representantes e lideranças. Desta forma a articulação entre os caciques Pataxó segundo as conjunturas políticas que atingem às aldeias da Terra Indígena – dentro e fora da demarcação oficial-, oferecem espaços de interlocução, como o já mencionado processo de compensação pela passagem do gasoduto Cacimbas-Catu na Terra Indígena Barra Velha, assim como o processo de revisão de limites da Terra Indígena na Advocacia Geral da União²⁵, entre outros.

Um destes espaços de micro-poder é o chamado Conselho de Caciques Pataxó. Para o tempo de realização desta pesquisa fui informada que ele é coordenado pelo cacique Aruã da aldeia Coroa Vermelha, é definido como um espaço extraordinário onde os caciques das aldeias Pataxó participam mediante encontros e viagens para colocar as demandas e problemáticas vistas pelos caciques e lideranças das aldeias, diante as agências do governo estadual e federal. Outro espaço de interlocução dos caciques é o Conselho de Caciques da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, coordenado por Alfredo, cacique da aldeia Boca da Mata. Nestes encontros, as viagens também aparecem como momento/espço de destaque na construção da liderança e, no caso, de Romildo como cacique, a produção e reprodução da imagem e característica singular do “índio do descobrimento” (Grünewald, 2001) diante das agencias e dos agentes do governo.

Ao mesmo tempo, nas viagens e nos encontros com os outros caciques das demais aldeias Pataxó, Romildo aparece como uma figura representativa, pois, segundo uma opinião sobre ele,

“o povo respeita a liderança de Barra Velha, e ela é bem a voz diante das lideranças, é muito forte, quando o cacique dá uma opinião assim, tudo mundo sabe, respeita mesmo. Tanto que é conhecido o Romildo, todos eles [os demais caciques Pataxó] chamam de cacique pai porque é o cacique da aldeia mãe, chamam assim as vezes por brincadeira mas, se tornou comum e sério mesmo” (Marcos Braz, 20 de janeiro de 2011).

²⁵ Processo de Conciliação e Arbitragem na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal CCAF / Advocacia Geral da União.

Este lugar de “cacique pai” se consolida na articulação política entre os caciques e lideranças, mas também pelo lugar de destaque que está ganhando a Aldeia Barra Velha na consecução – “canal de entrada”- de obras e projetos diante as agências institucionais, que aparece como exemplo a ser reproduzido pelas outras aldeias a partir das ações das suas lideranças. O reconhecimento e o exercício deste poder estão relacionados à capacidade da liderança em transitar por universos de sociabilidade distintos. Assim, associada a este exercício, está também a capacidade de estar presente em diferentes espaços como as festividades, os jogos de futebol, os conflitos domésticos e as reuniões e viagens a Brasília. Um evento ocorrido durante o trabalho de campo me chamou a atenção para esta onipresença do poder do cacique.

“Na hora do jogo o sangue está quente e qualquer xingamento vira briga”

No mês de maio foi organizado um campeonato de futebol entre as aldeias e localidades Pataxó de Barra Velha – com três times-, Meio da Mata, Boca da Mata, Bugigão, Corumbau. Barra Velha foi a sede dos jogos. No dia da inauguração do campeonato, o cacique, com conjunto com os organizadores, entregou um comunicado aos vendedores das barraquinhas localizadas ao redor do campo de futebol, com um “mandato de proibição da venda do álcool” (Diário de campo, 30 de maio de 2010).

Como já foi mencionada no capítulo 1, a proibição à venda de bebidas alcoólicas na Terra Indígena está estabelecida no Estatuto do Índio de 1973, e também na trajetória de Marcos frente às ações institucionais para evitar a venda e consumo. Retomarei posteriormente ao aspecto da venda e consumo de bebidas alcoólicas como fator que gera conflitos dentro da aldeia. No caso da construção da autoridade, este exercício do poder aparece como argumento para as lideranças elaborarem seu discurso relativo à ordem e mostrar sua postura diante as situações que merecem atenção e “controle” dentro da aldeia. Através de elementos que reproduzam o discurso da autoridade e as ações que construam seu lugar no cotidiano tais códigos e condutas atualizam, mas também recriam novas relações de poder, pois a imagem de si que está em jogo é a da ordem em termos da evitação da violência.

No dia da inauguração dos jogos a proibição à venda de cerveja deixou alguns vendedores surpresos pela medida adotada. Perguntei para um vendedor (não-índio, habitante da aldeia) sobre a proibição e ele me disse que antes não tinha problema, mas

que a proibição tinha a ver com a venda de cachaça que se misturou com a venda da cerveja, e por isso ficou proibido vender cerveja. Na apreciação deste habitante, tal proibição não tinha sentido porque estava limitada ao campo de futebol. Enquanto não era uma medida geral para aldeia toda, porque a cerveja poderia ser vendida nas mercearias e lugares de comércio, local. *“Com isso, o sujeito pode comprar a cerveja lá em baixo e vir bêbado para o campo de futebol. Se tem que ser proibido, deveria ser proibido na aldeia toda”* (Diário de campo, 30 de maio de 2010).

Distante da explicação dos efeitos étlicos da cerveja e da cachaça, dadas pelo comerciante, a inauguração do campeonato de futebol se apresenta como cenário propício para marcar discursivamente o lugar das autoridades e o exercício de um tipo de poder específico. Sendo um evento de congregação no qual estavam presentes uma porção importante de índios e não-índios da aldeia Barra Velha e das aldeias próximas, coube às lideranças a ritualização do poder nos atos de proibição pontuais. Portanto, para as lideranças era importante marcar “ações de controle” para “evitar as brigas e confusões” que, para eles, estão ligadas ao consumo de bebidas alcoólicas. Por isto, o detalhe que chama atenção do vendedor, que relaciona o lugar à proibição específica: “só no campo de futebol”, nos convida a pensar sobre a estas formas de ritualização do poder, ou seja, a encenação da autoridade a partir de um evento específico.

Possivelmente a proibição era mal vista pelos convidados que se viam cerceados de um pouco de diversão, mas era vista como um sinal de autoridade local e, portanto, digno de observação. Ademais, a sugestão do comerciante que denunciava a compra de bebida no comércio local, fora do campeonato, era o que os visitantes acabariam fazendo: Mantendo a festa, eles respeitariam a autoridade.

Deixando por ora de lado os reclames do comerciante, cabe observar as razões da proibição em si, uma vez que são elas que mobilizam dois tipos de líderes em Barra Velha. Elas mobilizam a proibição, a partir de um acordo de poderes entre o chefe do posto e o cacique, de um poder que conjuga duas autoridades. Vejamos. No dia seguinte (31 de maio de 2010), eu fui procurar o cacique e fiz várias perguntas em relação à aldeia e também em relação ao evento da proibição da venda de bebidas alcoólicas no campeonato, frente a isto, ele me comentou que os organizadores do campeonato de futebol pediram-lhe estar presente no dia do primeiro jogo e encaminhar um mandato de proibição à venda do álcool.

Conta Romildo que ele falou para os organizadores para serem eles mesmos os responsáveis por evitar essa venda e de impor tal proibição. No entanto, de manhã cedo, antes da inauguração dos torneios, Romildo reviu sua sugestão e foi ao “escritório do chefe do posto” para elaborar junto a ele o “mandato” para entregá-lo aos comerciantes. Tratava-se de um documento com uma lauda, onde se declarava a proibição da venda de álcool, de cerveja e cachaça. O documento trazia a assinatura do cacique e o oficiante, o próprio Romildo, que “como cacique” foi assistir aos jogos.

Eis que, no final do último jogo da tarde, houve uma discussão que quase acaba em briga. Romildo conta que “teve que entrar” para separar as pessoas porque ali, “todos são parentes e não dá para estarem brigando”. Então, preocupada com este evento, o relacionei à proibição da venda de bebidas alcoólicas e perguntei para Romildo os motivos para emitir tal mandato. Ele me respondeu que a proibição se devia a dois motivos: por um lado, porque na aldeia não é permitida a venda de bebidas alcoólicas (mencionado no final do capítulo 1) e, por outro lado, porque “*na hora do jogo o sangue está quente e qualquer xingamento vira briga*” (Romildo, 31 de maio de 2010).

Eis outra forma em que as diferentes moralidades que representa cada liderança dentro da aldeia são acionadas para enfrentar as situações relacionadas à venda e ao consumo de bebidas alcoólicas. Neste ponto, para Romildo a noção de consumo está ligada ao momento do jogo mais que à sua proibição *per se*. Destarte, o mandato ser emitido no dia do jogo e entregue aos comerciantes das barracas perto do campo e não a todos os comerciantes da aldeia.

Para Romildo, evitar as brigas está ligado ao imaginário de “harmonia” baseado nas relações de parentesco que unem, em uma imaginação expandida, “todos os Pataxó”. Esta imaginação da união é reforçada pelo lugar que ocupa o fato de estarem presentes na “aldeia mãe”, que conjuga imagens sociais, mas biológicas. Além disso, a elaboração de um “mandato” e sua presença no jogo de futebol correspondem à performance desejada por ele e esperada pelo público como autoridade, onde considera que pode utilizar os espaços e eventos para legitimar seu poder sob/com os habitantes da aldeia e nas ações como “cacique pai” a serem copiadas como exemplos de chefia e liderança pelos caciques e habitantes das outras aldeias Pataxó.

É a observação da combinação do jogo e da cachaça que produzem os efeitos indesejáveis à sua liderança de Romildo por um lado e a quebra das regras da tutela por outro. Também é a combinação da proibição pública e das estratégias daqueles que continuam bebendo e respeitando a autoridade, que produzem o efeito de liderança imaginada.

A química que desafia sua autoridade certamente contém um pouco de poder, álcool e brigas, mas a classificação desta mistura revela-nos um pouco sobre o exercício de sua liderança e autoridade em Barra Velha. Revela-nos também um pouco sobre a química política que a combinação cacique-chefe de posto tem, por um lado, sobre a comunidade naquela conjuntura e, de outro, a ausência de punição efetiva que, portanto, sugere uma plasticidade da interpretação da proibição.

Em sentido amplo, o campeonato e o exercício da autoridade e liderança, são faces de um jogo mais amplo que as lideranças têm que aprender a jogar, mobilizar determinado capitais políticos, fazer determinados acordos, mas sobretudo dosar o exercício do poder para manter-se nele.

b. Adalto Pataxó: liderança político/partidária

“Tudo hoje é que nem uma rede de aranha, um reforça ao outro”

Na tarde do dia 13 de maio de 2010, fui procurar Adalto na sua casa na rua de baixo, mas fui informada por um dos seus filhos que ele estava na escola. Então, fui até a rua de cima²⁶. Quando cheguei à escola, encontrei Adalto com mais dois senhores e três meninos, organizando uma remessa de alimentos que havia chegado à aldeia, correspondente à merenda escolar que se distribui nas escolas da aldeia Barra Velha, Meio da Mata, Campo do Boi e Pará. Adalto recebeu a remessa dos alimentos enviada pela prefeitura de Porto Seguro e a lista de distribuição com as quantidades que devem ser entregues em cada escola. Adalto, com ajuda dos senhores que estavam na escola, agrupou as quantidades e esperou que lideranças das localidades próximas se deslocassem até a aldeia Barra Velha para buscar as quantidades correspondentes.

Na última fase de trabalho de campo realizada em janeiro de 2011, Adalto estava trabalhando em sua padaria na sua casa. Na ocasião, ele me comentou que depois de uma capacitação recebida por parte de estudantes da UFRRJ, no segundo semestre de 2010, ele conseguiu colocar em funcionamento os equipamentos da padaria que havia comprado há dois anos e que estavam sem utilizar devido à falta de conhecimento. Uma vez treinado, acondicionou o espaço anexo a sua casa para preparar pães junto a dois dos seus filhos homens e a venda destes produtos deixou como uma função da esposa e a filha mais velha. Esta atividade parece conceder a ele o tempo livre necessário para desenvolver as atividades políticas que ele também considera “trabalho”.

A articulação política que mobiliza Adalto junto à prefeitura de Porto Seguro o coloca neste lugar de responsabilidade com os assuntos que envolvem tal agência. Por exemplo, no caso observado de distribuição de alimentos da merenda escolar. Isto pela visibilidade e as relações estabelecidas com os agentes. No alcance desta articulação, ele destacou,

“esse trabalho com a prefeitura se faz voltado (...) à educação (...) à saúde (...) hoje nós temos dentro da própria aldeia de Barra Velha, 95

²⁶ A “rua de baixo” e a “rua de cima” são categorizações locais de dois setores da aldeia conhecidos historicamente pelas divisões entre as famílias produto da congregação habitacional e o apoio a iniciativas da FUNAI e do ICMBio respectivamente (Lobão et al 2009: 29).

funcionários, todos contratados pela prefeitura, hoje nós temos até auxiliar de serviços gerais contratados pela prefeitura. Então nós conseguimos através da prefeitura junto com os vereadores na câmara aprovar esse decreto pra abrir a oportunidade para áreas indígenas” (Adalto, 20 de março de 2010).

Desta maneira, a trajetória de Adalto como liderança e autoridade dentro da aldeia Barra Velha está ligada aos projetos que articula a partir da interação nas redes políticas municipais e estaduais. Ele comenta que sua vinculação política está ligada principalmente a Jânio Natal, político da região que já ocupou diversos cargos de eleição popular entre eles,

“vereador em Salvador pelo Partido Democrático Trabalhista-PDT, 1989-1992. Deputado estadual pelo Partido Liberal-PL, 1991-1995, renunciou em dez. 1992. Prefeito de Belmonte, 1993-1996. Deputado estadual pelo Partido Progressista Brasileiro-PPB, 1999-2003, renunciou em dez. 2000. Prefeito de Belmonte, 2001-2004. Prefeito de Porto Seguro-BA, PL, 2005-2008²⁷”.

Também foi deputado estadual até 2010 e nas eleições do mesmo ano foi eleito deputado federal²⁸ para o período 2011-2015.

Entre os destaques que Adalto comenta desta aliança política, que começou articular em 1999 junto a Tururim – “cacique velho”-, Arauê – liderança da aldeia- e Eduardo – anterior coordenador técnico local da FUNAI-, está a obra de aterro da estrada para acesso à aldeia. A credibilidade conquistada pelo candidato político se deve a ter começado a obra antes da eleição e de terminá-la sem haver resultado eleito, “*o Jânio ganhou a confiança do povo, mas não ganhou a eleição*” (Adalto, 16 de janeiro de 2011).

Desta maneira, foi consolidando esta aliança política que Adalto construiu seu capital político em Barra Velha e se tornando decisivo nas últimas eleições de Jânio como prefeito de Porto Seguro, como deputado estadual e como deputado federal da Bahia. Entre os resultados que tem produzido tal aliança, Adalto salienta a contratação dos professores e funcionários da escola – que no caso do ensino médio deveria ser assumido pelo governo estadual e está sendo financiado pelo governo municipal- e, a

²⁷ <http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=82>, Acesso em 29 de janeiro de 2011.

²⁸ Nas eleições de 2010, Jânio Natal foi eleito deputado federal com filiação ao Partido Republicano Progressista. <http://www.janionatal.com.br> (Acesso em 29 de janeiro de 2011 – site em construção).

construção da ponte na divisa com a localidade Porto do Boi, por meio da associação da aldeia Barra Velha – segundo a interpretação que faz Adalto, esta obra ampliou o número de eleitores, devido à credibilidade alcançada pela finalização da obra, nas localidades e aldeias próximas a Barra Velha.

Para Adalto a importância das relações políticas partidárias se refere à consecução de recursos para execução de projetos e obras de infra-estrutura para aldeia. Na sua apreciação é necessário estabelecer estas redes e não ficar dependentes só das ações da FUNAI. A eleição de Jânio como deputado federal ampliou as expectativas de Adalto em relação às ações do legislador não somente com obras senão também com projetos de lei e criação de políticas públicas em benefício da população indígena em geral.

*“Agora nós esperamos com outra proposta através do governo federal (...) para fazer emenda parlamentar para reforçar o presidente da FUNAI, em questão dos territórios indígenas e outra demanda para reforçar também o presidente da FUNASA, para que possa criar critérios de melhoria para saúde indígena, não só pra nós aqui na Bahia, mas eu falo no geral todo do país, **porque ele está lá em Brasília**. E a FUNAI porque é o órgão, mas não é o tutor do próprio índio e hoje, **lá cima**, cada tempo que passa a FUNAI está ficando fracassada porque não tá tendo apoio político, e **tudo hoje é que nem uma rede de aranha, uma teia de aranha, um reforça ao outro**. Eu estou contando com muita firmeza, com muita esperança que por mais que Jânio aqui no município trabalhou e ganhou a nossa credibilidade a nossa confiança, espero que **lá cima** ele possa estar tendo essa visão de melhoria para todos...” (Adalto, 16 de janeiro de 2011, grifei).*

Embora Adalto mencionasse a articulação com as redes políticas partidárias como um trabalho coletivo, na sua alusão a “*nós conseguimos*”, mostrando a relação com as outras lideranças da aldeia, no entanto, o papel que ele assumia como titular desta articulação o colocava em um ponto diferenciado – embora, conectado -, em relação ao cacique, ao coordenador técnico local e às outras lideranças. Esta representação política foi construída na interação com um agente externo à aldeia, mas que lhe deu características diferenciais na sua construção como liderança política/partidária em face das demais lideranças de Barra Velha.

Nessa construção de lugares da diferença a partir da articulação política, Adalto foi candidato à câmara de vereadores do município de Porto Seguro em duas ocasiões, no ano 2000 e 2004,

*“quando foi na data de 2000, que foi o movimento da comemoração dos 500 anos, aí tivemos uma revolução de sair um candidato índio, que foi eu no caso, aqui na aldeia Barra Velha. Me procuraram por eu ter **uma visão melhor** para ser candidato a vereador. Não consegui, mas a gente conquistamos muitas coisas” (sic) (Adalto, 20 de março de 2010, grifei).*

Adalto tentou se eleger vereador em Porto Seguro por duas vezes. Na primeira eleição em 2000 ele obteve 416 votos dos 843 eleitores registrados de Barra Velha. Na segunda tentativa em 2004, obteve 485 dos 1,079% dos votos válidos²⁹.

O tempo/espço político partidário configura uma série de habilidades para estabelecer redes e relações. Desta maneira se constitui um saber específico e um sentido do jogo que cria uma expertise para lidar com os tempos, os lugares e as hierarquias da política (Bourdieu, 2000; Geertz, 2006).

A referência às hierarquias da política é evidente quando Adalto espacializou o cargo de Jânio (deputado federal) como localizado “lá cima”, devido ao lugar ocupado em Brasília. Ao fazer esta diferenciação em relação ao poder, ele apresentou uma interpretação da hierarquia na qual construiu suas relações dentro da aldeia. Se há um “lá cima” podemos constatar que há um “aqui em baixo”, mas que permanece oculto nas narrativas de Adalto. Este espaço serve de constituição de uma relação entre os termos, pois requer que os jogadores da cena política olhem para as duas extremidades para se localizarem e localizarem os demais jogadores na cena política.

Se, como reconhece Adalto, o poder “*está lá em cima*”, em Brasília, ele pode ser alcançado em diferentes planos, como o de Barra Velha, reforçando as estratégias dos que chegaram lá. “Dentro” e “fora” se configura como linguagem importante na definição da construção do prestígio político. Se Adalto se colocou de “fora” para ter “*uma visão melhor*”, isto pode nos dar pistas importantes sobre como as lideranças se posicionam em relações distintas.

²⁹ Fonte: http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/2004/result_blank.htm (Acesso em 29 de janeiro de 2011).

A possibilidade de transitar entre o “dentro” e o “fora” constitui a base da autoridade de Adalto dentro da aldeia Barra Velha. Ao mesmo tempo sua tentativa por fazer parte da câmara de vereadores como lugar constitutivo de autoridade e de tomada de decisões a partir dos níveis hierárquicos dos cargos públicos de eleição popular, isto é, ser vereador municipal, deputado estadual, deputado federal entre outras possibilidades de hierarquização e ascensão no campo político. Por exemplo, tal ascensão política se reflete na trajetória política de Jânio Natal que já exerceu cargos de eleição popular como vereador municipal, deputado estadual, prefeito e deputado federal.

A referência ao tempo da política é mencionada por todas as lideranças, devido à gestão que realizam diante das agências governamentais por meio de processos de concorrência com a apresentação de projetos. Estas ações concorrentes implicam, por um lado, planejamento por parte dos agentes institucionais – recursos, locais de aplicação, tempo de execução - mas, por outro lado, estão além da resolução imediata de situações locais do plano da aldeia devido às contingências orçamentárias, por exemplo. Sobre a diferença entre as lideranças e os habitantes, na compreensão dos tempos da política, Romildo assim se expressou:

“às vezes a questão dos projetos é muito difícil, nem todos são aprovados. E, às vezes, aquele que é aprovado, é seis meses, um ano pra ser aprovado um projeto, às vezes, as comunidade que não tem o conhecimento, acha que a gente fazer um projeto hoje, que já vem logo (...) O primeiro local que a gente procura é a prefeitura, é o governo do estado, o governo federal, pra ta encaminhando os projetos” (Romildo, 18 de março de 2010).

Além do espaço e do tempo, poderíamos pensar em outra categoria que denuncia o exercício do poder dos líderes, assim como as formas de manutenção da liderança e da autoridade: por meio da idéia de que *“as comunidade que não tem o conhecimento”* (Romildo, 18 de março de 2010). Ou seja, quem tem *“conhecimento”* é quem se qualifica e pode estar no tempo e espaço da política, especialmente aquela ligada à política institucional.

Neste sentido, as redes, os projetos, as obras, etc., são os atos por meio dos quais as lideranças vão acumulando seu capital social e político para se tornar autoridade dentro da aldeia Barra Velha.

Adalto tem 42 anos, é casado e tem cinco filhos. Nasceu e cresceu na aldeia Barra Velha assim como seus pais e avós. Não passou pela escolarização formal, no entanto, é liderança desde os 22 anos de idade quando começou acompanhar às outras lideranças no deslocamento para cidades como Porto Seguro, Salvador e Brasília na gestão de recursos para infra-estrutura da aldeia, entre os líderes mais velhos ele menciona: Tururim (cacique velho), José Ferreira (ex-cacique), João Palmiro, Arauê, Seu Pienga (o sogro), entre outros. Estas viagens em busca das relações de poder efetivo são narradas com a ajuda da memória de suas linhagens políticas dos mais velhos em Barra Velha.

Como nas outras trajetórias analisadas, as viagens aparecem como espaço de consolidação do capital social da liderança. Adalto se refere a uma viagem feita em 1998 ao Parque Indígena Xingu, no qual ele teve uma experiência de intercâmbio cultural e que para ele “abriu” muitas idéias sobre projetos a serem realizados na aldeia Barra Velha. Além desta viagem, ele destacou outras nas quais já participou em Salvador, Maranhão e Brasília na gestão de projetos para aldeia.

Adalto ocupou temporariamente o cargo de cacique em 1999, em um momento em que José Ferreira, o cacique da época se afastou,

*“Eu fui cacique um ano e três meses, eu não quis mais por motivo de que era muita coisa pra mim. Já mesmo como liderança já é uma tarefa imensa (...) mas, a minha meta **eu achei que como cacique não era o meu papel**, porque eu não tinha momento nem pra trabalhar quase...”* (Adalto, 16 de janeiro de 2011, grifei).

Mais uma vez, o “trabalho” é aqui uma categoria fundamental na constituição das trajetórias das lideranças. Do ponto de vista do acúmulo de capitais políticos o “trabalho” é uma característica que diferencia os sujeitos e as estratégias por eles empregadas. Adalto, ao afirmar que não “tinha momento para trabalhar”, denuncia sua forma de produzir a liderança, ou seja, o “trabalho” no tempo e no espaço da política institucional. Com já foi mencionado, ao falar do “trabalho” podemos considerar que ele se refere ao trabalho socialmente necessário à sua constituição como liderança, bem como os capitais específicos relacionados com esta atividade.

Ao mencionar o “papel” a que não corresponde politicamente em Barra Velha, Adalto nos deu uma chave para entender a divisão social do trabalho político entre as lideranças Pataxó. Neste sentido, aparece a criação de características diferenciais entre o

capital social e a atuação política de cada liderança. Por exemplo, cada lugar em que se constroem as trajetórias individuais das lideranças nos revela os aspectos diferenciados de cada perfil e das encenações que se devem adotar para constituir pessoas em autoridade. Esta “passagem” do leigo ao especialista traça entre si fronteiras simbólicas a partir dos capitais sociais mobilizados e dos discursos elaborados e reproduzidos para manter as noções imaginadas de ordem e harmonia dentro da aldeia.

Neste sentido, se encontra o destaque que Adalto fez à impossibilidade de “trabalhar” enquanto se exerce o cargo de cacique, que também foi mencionado por Romildo. Aqui, a referência ao “trabalho”, tem o sentido do trabalho individual, que produza e garanta a renda familiar, que eles, como homens devem assegurar para seu núcleo. E que, poucas vezes, tem sua fonte no trabalho coletivo.

c. Raoni Braz Vieira – liderança das fronteiras culturais

Raoni e a “linha de frente” da liderança Pataxó

Raoni pretende escrever uma monografia sobre os sobrenomes Pataxó. Intriga-o as origens dos sobrenomes e os usos locais da memória pelos grupos de “assinaturas” e sua origem cultural. Sua avó, que o criou, foi fundamental na sua formação ensinando-lhe os costumes e a importância da cultura Pataxó. Ele argumentou com os professores do curso de Licenciatura Intercultural Indígena no IFCBA³⁰ - iniciado em setembro de 2010 -, que os sobrenomes são o efeito da ação tutelar da FUNAI que os tomou do panteão de santos católicos e datas comemorativas oficiais. O nome, o etnônimo e as relações “inventadas pelos chefes de posto” incomodam Raoni em sua trajetória recente como educador indígena.



Relatório do
'elha (Lobão
i

Raoni imaginou a cultura indígena Pataxó a partir da relação com outras formas de autoridade/liderança que aquelas definidas nas últimas três trajetórias. Nesta imaginação sua perspectiva recriou um novo ambiente de educação formal, acesso aos direitos étnicos e etnicidade nos “encontros” fora da aldeia, e do estado da Bahia. Ele comparece aos espaços de interação “vestido de índio do descobrimento” (Grünewald, 2001) e ostenta cocares, saiotes, colares e pinturas contextuais, como ele mesmo disse: “[eu] sempre gostei de usar meus adereços, meus trajes” (Raoni, 19 de janeiro de 2011).

Considerado na Aldeia Barra Velha como uma jovem liderança, Raoni tem 24 anos, é casado e tem uma filha de três anos. Reside na rua de baixo, mora na casa do avô. Ele foi criado pela sua avó Maria d’Ajuda Braz na roça, onde ele aprendeu os ofícios da cultura Pataxó como a produção da farinha, a agricultura e a pesca

³⁰ Instituto Federal de Ciência da Bahia.

tradicionais. Com sete anos saiu da roça e veio morar no centro da Aldeia Barra Velha para cursar o primeiro ano do ensino fundamental.

Segundo Raoni, sua experiência como liderança começou aos 10 anos acompanhando os eventos e as atividades culturais dentro da aldeia, relacionadas às festas religiosas, às “brincadeiras” e à festividade do dia 19 de abril³¹. Nesta época, este tipo de atividades era liderado por Arauê, pescador que ocupou o posto de “capitão” e que conduziu vários processos culturais dentro da aldeia, bem como, viagens para participação em eventos e feiras de artesanato em cidades capitais³². A partir da participação nestes eventos “fora da aldeia” e a consolidação da sua liderança na dança do Awê, Raoni contou que ele foi “forjando” seu interesse pela cultura Pataxó.

Assim, como nas outras três trajetórias de lideranças Pataxó, um dos marcadores importantes no repertório da trajetória de Raoni como liderança são as viagens. Mais especificamente, as viagens dedicadas à apresentação de artesanatos de Aldeia Barra Velha em eventos promovidos pelas secretarias de cultura, educação e outras agências de governo voltadas à “valorização” ou “resgate” da “cultura Pataxó” especialmente a partir de uma visão romântica e folclorizada da “cultura” indígena.

Raoni definiu como “linha de frente” à ocupação do primeiro lugar na fileira da dança do Awê, ou seja, a pessoa que coordena com o maracá os movimentos do grupo dançante. Este lugar foi ocupado por ele quando ainda tinha ainda 13 anos e começou a liderar um grupo de cultura, no caso, de dança tradicional, o que foi levando-o a construir seu lugar nestes processos.

Daí que o ambiente que as viagens lhe proporcionam e apresentação pública deste personagem indianizado define essa “linha de frente” em seu processo de constituição identitária e de autoridade. Com 14 anos empreendeu sua primeira viagem para Belo Horizonte acompanhado de um jovem com mais experiência. Foi participar de uma feira internacional de artesanato.

A partir daí, começou uma série de viagens que o tem levado repetidas vezes até Brasília, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Fortaleza, Rio de Janeiro, entre outras cidades. Nessas viagens, ele participa tanto de eventos de capacitação, encontros de

³¹ Comemoração Nacional do “Dia do Índio”. Data comemorativa instituída pelo Presidente Getúlio Vargas através do Decreto-Lei N° 5.540 de 2 de junho de 1943 (Silva, 2008: 119).

³² Primeiramente, esta informação foi contada em uma conversa informal com seu Arauê na casa do seu Edilson no dia 1° de junho de 2010; depois, a mesma foi mencionada por Raoni no dia 19 de janeiro de 2011.

povos indígenas, cursos, seminários, etc. Mesmo fora do ambiente de “representação da cultura aldeã”, ele realiza viagens por conta própria junto à esposa e a filha de três anos, para vender o artesanato por eles confeccionado. A produção atende a alta estação de turismo em cidades como Salvador, Itacaré, no estado da Bahia entre outras no estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Ele comenta que são poucas vagas para participar das viagens institucionais, portanto a escolha tem a ver com o destaque do sujeito dentro da aldeia, na participação das atividades convocadas pelas outras lideranças como a assistência às reuniões, o trabalho em atividades de interesse coletivo feitas em mutirão, mas também, através da construção de uma rede “por fora da aldeia” – especialmente a partir dos eventos em que já participou -, que lhe permite receber convites sem precisar da indicação oficial de alguma outra liderança dentro da aldeia.

A importância deste tipo de viagem foi registrada em outro contexto, em uma conversa informal com Arauê e Edilson, onde contaram que,

“na época [não deram data precisa], o SEBRAE³³ fez capacitação em artesanato e organizava viagens para os índios. Conta Edilson que ele [Arauê] chefiava essas viagens para Brasília, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, etc., onde os índios podiam fazer representações e vender seu artesanato. **Tudo mundo voltava contente porque viajavam e traziam dinheiro.** Depois Arauê mencionou que “já não tem mais disso”, porque “as pessoas não estão organizadas”, e que não tem mais uma pessoa para chefiar essas iniciativas. Edilson concorda com Arauê e insiste em que já não tem mais disso” (Diário de campo, 1º de junho de 2010, grifei).

Aqui, o apelo a um passado bem sucedido é chave na elaboração da narrativa do “dever ser” Pataxó, tanto como liderança quanto como índio dentro da aldeia. Neste caminho que Raoni se insere e pretende fortalecer estes processos de produção e transmissão de manifestações culturais.

Raoni faz parte da primeira turma que concluiu o ensino médio na escola da aldeia. No processo de escolarização dos jovens da aldeia, o ensino médio começa por marcar um diferencial diante situações do passado recente em que os jovens tinham que sair da aldeia para completar o ensino médio (por exemplo, o caso do Marcos que será relatado na próxima trajetória). Ou, em que outros jovens trancavam a sua escolarização

³³ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

no ensino fundamental e se dedicavam ao trabalho doméstico na aldeia ou na roça. No caso de Raoni, tal permanência e continuidade dentro da aldeia e da instituição foram lhe dando o lugar para exercer a sua liderança e organizar os grupos em relação às danças tradicionais.

Também para Raoni a escola foi o espaço para acompanhar os processos de resgate e ensino da língua Patxohã³⁴, em que ele disse que participa desde 1999. É na escola onde o Raoni muitas vezes repassa a sua experiência das viagens aos jovens estudantes para incentivar à participação e ressaltar a importância do envolvimento nas atividades da aldeia, “*porque lá fora, nós somos cobrados pela cultura*” (Raoni, 20 de março de 2010).

Desta maneira, durante uma reunião da comunidade da aldeia Barra Velha realizada no dia 20 de março de 2010, Raoni fez uma intervenção comunicando sua participação na Conferência Nacional de Cultura em Brasília que havia acontecido dias atrás e entre o destaque que ele fez em relação ao evento foi mencionar que entre as propostas aprovadas para incentivo à cultura dos povos indígenas, terão maior prioridade aquelas relacionadas ao tema da língua (Diário de campo, 20 de março de 2010).

Ou seja, Raoni chamou atenção dos habitantes da aldeia diante um assunto que ele considerava importante para sua comunidade e onde ele estava construindo seu capital social como liderança, mas que ao mesmo tempo, ele chamou atenção que isto faz parte da agenda de ações públicas de incentivo e valorização cultural por parte das agências governamentais, nas quais os índios Pataxó da aldeia Barra Velha devem participar.

Devido ao destaque construído nesta área, Raoni fazia parte do Conselho Deliberativo – já foi mencionado no capítulo 1- como representante da área de Cultura, onde tem funções de coordenar atividades para o resgate e valorização “*da língua, as danças, os rituais, a história, conhecimento dos lugares antigos, as comidas e receitas*” (Raoni, 18 de março de 2010).

³⁴ Grunewald apresenta diferentes processos de construção cultural de tradições Pataxó (2001: 157) entre os quais se incluem diversos aspectos tais como: a língua, o artesanato, a construção dos “centros culturais”, os nomes indígenas, as danças e as músicas. Ele menciona que tais processos de “resgate” estão associados às ações disciplinares da FUNAI (idem: 181).

Raoni mencionou que devido ao interesse dos jovens por entrar na faculdade e aos processos de vestibular diferenciado para população indígena que algumas faculdades têm, “está exigindo o conhecimento da cultura”. Por isto ele insiste na necessidade de ampliar tal conhecimento dentro da aldeia porque os jovens “*vão compreendendo ao longo do tempo*” (Raoni, 19 de janeiro de 2011). Então, a partir das falas do dia-a-dia e das intervenções em eventos específicos, Raoni foi consolidando seu capital como índio Pataxó da aldeia Barra Velha e a reprodução deste imaginário desde o lugar como liderança da área cultural.

Outro lugar que lhe permitiu adquirir destaque como liderança foi o trabalho como presidente da Associação – Acibave-. Cargo que exerceu durante quatro anos (2003-2007) e segundo ele, este lhe permitiu aprender sobre questões burocráticas e a gestão de projetos. Tanto que a partir da sua experiência como estudante universitário em Porto Seguro, ele gostaria de organizar outra associação dentro da aldeia que seja integrada pelos estudantes universitários.

Desta maneira, ele acredita que poderá atender as demandas deste grupo de jovens que está em expansão demográfica (não mencionado na introdução) e que tem que lidar com as viagens para cidade (na atualidade, Porto Seguro, BA e Belo Horizonte, MG). Outro projeto que ele acalentava era a criação de um espaço institucional para promover o ensino intercultural em espaços fora da aldeia. Isto porque para Raoni, a educação intercultural aparece como fato preocupante, pois “*as pessoas sabem pouco dos povos indígenas do nordeste (...) ‘Mas, você é índio de verdade’? Perguntas sem cabimento, sabe? Por isso é que falta esse ensino nas escolas*” (Raoni, 19 de janeiro de 2011).

d. Marcos Braz, Coordenador Técnico da FUNAI

O “chefe do posto”: liderança administrativa/tutelar

O primeiro contato que tive com o Marcos foi nas reuniões da fase final do processo do Estudo Etnoecológico em função da passagem do gasoduto Cacimbas-Catu na Terra Indígena Barra Velha de Monte Pascoal (TIBVMP). O licenciamento ambiental em Terra Indígena requer vários procedimentos de consulta e emissão de relatórios técnicos, pareceres e termos de compromisso. As reuniões entre uma



il da aldeia Trevo;
): Marcos Braz e
rafia: Alexandra

composição de lideranças tradicionais e agentes e as agências de governo é um espaço oportuno para mobilizar capitais sociais para a manutenção das relações de poder.

Acompanhei três reuniões em que pude observar a mobilização destes capitais, em todas participaram diferentes caciques e lideranças das aldeias Pataxó envolvidas no processo da compensação junto a dois Coordenadores Técnicos Locais da FUNAI, Marcos de Barra Velha e Zezito de Itamaraju – que assim como os caciques se auto-reconhecem como índios Pataxó, com o diferencial de estarem vinculados ao órgão como funcionários.

A primeira reunião em que estive presente aconteceu no centro cultural da aldeia Trevo do Parque em agosto de 2009, cujo objetivo foi discutir o nível de prioridade das demandas do povo Pataxó encaminhadas à Petrobrás/Gasene nos termos da compensação pela passagem do Gasoduto-. A segunda reunião foi na sede da FUNAI de Itamaraju em março de 2010, dedicada a discutir uma proposta de investimento dos recursos da compensação Petrobras/Gasene, na qual se tratava de criar atividades para substituição do corte de madeira como atividade geradora de renda para a população indígena a partir da implantação de uma “Bolsa Verde” que permitisse o fim do corte de madeira e a retomada do processo de revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha.

A terceira reunião foi em abril de 2010 onde se discutiu uma nova proposta de investimento dos recursos da compensação Petrobras/Gasene através do “Programa de Desenvolvimento Sustentado Etnoecológico”.



agosto de 2009,
cnicos Locais e
alho do Estudo
lade de Direito,



“Canais de entrada”

Um bom momento para se visualizar a retórica da liderança na comunidade é quando se discutem as “questões internas”. Nestes momentos é possível visualizar a retórica da liderança na comunidade, dos limites entre interno e externo e ao mesmo tempo uma forma de mediar as relações com os não índios e, em certa medida, definir um tempo e um espaço imaginados como diferentes daqueles dos agentes e agências externos.

Nos momentos das reuniões para tratar de “questões internas”, a imagem que é ritualizada é a do “canal de entrada”, ou seja, considerando a reunião como uma performance ritualizada, ela necessita de tempos e espaços nos quais os sujeitos possam ser reconhecidos por suas posições relativas: o lugar que ocupa o coordenador técnico local da FUNAI, o cacique, os convidados – com seu respectivo grau de importância -, e a antropóloga. Tais canais de entrada como a “apresentação” são formas de denunciar as identificações relativas ao poder, marcar o capital social de cada liderança e sua autoridade em relação aos demais. Estes marcadores podem vir de uma fala mais forte, acentuando determinadas características, discordando ou, o que muitas vezes é mais sutil, com o silêncio.

Os canais de entrada para estabelecer um diálogo junto às lideranças Pataxó estão ligados a minha presença nas reuniões referentes ao processo de compensação, assim como ter sido apresentada por Ronaldo Lobão (coordenador do Estudo Etnoecológico) no meio da segunda reunião em que eu participei como estudante do

mestrado em Antropologia interessada em acompanhar e pesquisar os processos da aldeia Barra Velha. A partir deste momento eu comecei fazer parte destes rituais de reprodução das lideranças e sua autoridade.

Primeiramente, havia sido apresentada aos coordenadores técnicos locais da FUNAI e ao cacique como pesquisadora por Ronaldo Lobão – cuja trajetória é reconhecida entre os Pataxó. O contexto conjuntural diante ao uso de recursos para compensação e ao mesmo tempo da revisão de limites da Terra Indígena coloca a realização de pesquisas acadêmicas em um lugar de importância para os Pataxó. Logo depois de ter culminado a reunião em relação à compensação o professor Ronaldo se retirou e eu fiquei no local, mas distante devido a que a reunião continuaria para discutir “assuntos internos”. Um pouco depois eu fui chamada para me apresentar diante dos coordenadores técnicos locais da FUNAI: Marcos e Zezito e o cacique Romildo, sobre o propósito e os objetivos da pesquisa. Cumprido este ritual de apresentação e uma vez terminada a reunião, eu viajei com Marcos, Romildo e mais duas lideranças das localidades próximas até aldeia Barra Velha e o Marcos indicou que eu poderia pernoitar na casa dele junto à esposa e a filha de três anos.

Os eventos acima mencionados poderiam ter pouca relevância, no entanto, no contexto de uma pesquisa sobre autoridades e lideranças, estes momentos de ritualização marcam o ponto de partida importante para reflexão, onde também, eu como antropóloga faço parte do ritual e me submeto às formas de controle por eles colocadas – no caso, a apresentação diante as lideranças, a viagem à aldeia junto a eles e o pernoite na casa do coordenador técnico local da FUNAI-.

Uma vez estando na aldeia Barra Velha, fui chamada para comentar o projeto junto ao Marcos e ao cacique Romildo e, desde este momento, começar conhecer a aldeia através das versões das lideranças e demais habitantes nos percursos e visitas realizadas nos dias do trabalho de campo – no começo, indicadas por eles e com o passar do tempo espontaneamente-. De qualquer forma, o reconhecimento da autoridade que Marcos e Romildo representam dentro e fora da aldeia, se tornou o canal de entrada para estabelecer um diálogo com eles pelo papel de autoridade que cumprem dentro da aldeia e com os demais habitantes que confirmasse tal lugar.

“Na volta é que vem a resposta...”

Marcos ocupa o cargo de Coordenador Técnico Local da FUNAI na aldeia Barra Velha, o qual exerce desde 2004. A casa e o escritório ficam no setor conhecido como “a sede” – por ter sido construída a sede da FUNAI, o escritório da associação, o posto de saúde e a primeira escola do ensino fundamental. Este setor fica no meio da “rua de baixo” e da “rua de cima”, categorizações locais de dois setores da aldeia conhecidos historicamente pelas divisões entre as famílias produto da congregação habitacional e o apoio a iniciativas da FUNAI e do ICMBio respectivamente (Lobão et al 2009: 29). A casa está conjugada com o escritório da coordenação técnica e reúne equipamentos técnicos burocráticos como um arquivo, uma escrivaninha, cadeiras para o coordenador e para o público e um computador com conexão a internet.

A trajetória de Marcos como liderança remete ao que ele considera “o compromisso” de se escolarizar na cidade para voltar à aldeia e “tomar conta do que é nosso” - como ele disse que falavam os mais velhos-. Marcos tem 27 anos, é o filho mais velho de seis irmãos de um casal formado por uma mulher indígena e um homem branco, “criado em Barra Velha”.

Marcos começou o ensino fundamental (1ª à 5ª séries) na escola da aldeia, o qual (6ª à 8ª séries) concluiu junto ao ensino médio (1º ao 3º anos) no município próximo de Itabela no sul baiano, primeiro na localidade de Monte Pascoal e depois na cidade de Itabela propriamente dita. Uma vez que terminaram os estudos voltou à aldeia e nesse momento a ocupação do cargo de Coordenador Técnico estava em transição, pois a FUNAI havia indicado um funcionário externo, mas *a comunidade* pediu para que fosse Marcos quem exercesse o cargo. Marcos narra suas qualidades para ocupar o cargo afirmando que,

*“esse procedimento de eu estar hoje aqui, foi pela comunidade. Terminei os estudos, cheguei na aldeia, a vaga estava aqui (...) não tinha ninguém ocupando, o administrador nessa época trouxe uma outra pessoa de outro lugar para poder colocar pra trabalhar aqui, e aí a comunidade falou: não... se você tem gente lá capaz, nós também temos na nossa aldeia gente capaz (...) para poder ocupar essa vaga aonde foi indicado meu nome para assumir essa função que hoje eu estou, então **tem toda uma ligação com a comunidade**, tem toda uma política da comunidade...”* (Marcos Braz, 20 de janeiro de 2011. grifei).

Para ele o cargo implica representatividade tanto do órgão quanto da população. Ele conta que antes de exercer o cargo atual conhecia as funções da coordenação na “teoria” pela observação das funções do anterior “chefe” e que no primeiro ano teve muitos aprendizados para levar à prática, os quais foram adquiridos na interação com as próprias lideranças da aldeia com mais trajetória e com os funcionários do órgão e de outras agências governamentais.

Dessa forma, ele tem coordenado diversos projetos, entre os quais destaca a instalação da energia elétrica, a internet e a redação do regimento interno da aldeia, além do acompanhamento a projetos relativos à associação da aldeia, à pecuária, à horticultura, e a mais recente, a criação da associação dos bugreiros, entre outros.

O cotidiano familiar de Marcos é marcado por uma rotina que envolve o plantão no escritório, os cuidados com a filha e a esposa e a congregação semanal na Igreja Cristã Maranatha, denominação evangélica pentecostal da qual faz parte, desde o ano 2000³⁵. Durante o dia ele responde a ofícios, e-mails, telefonemas, atende as solicitações dos índios e percorre a aldeia e as localidades próximas, em atenção aos chamados feitos pelos habitantes e lideranças de tais setores. O deslocamento é feito com uma moto que teve que comprar depois que o carro oficial da FUNAI voltou para Porto Seguro.

Os espaços/momentos de destaque para consolidação da sua função como liderança e funcionário da FUNAI são as viagens, muitas delas convocadas pelas agências governamentais que exigem dele a representatividade tanto do órgão quanto da comunidade, pois

*“quando a gente viaja, a gente está se interagindo com outras lideranças... por exemplo, essa idéia do conselho, de regimento isso tudo a gente foi aprendendo aí por fora (...) as viagens é que faz parte das coisas acontecer (...) **na volta é que vem a resposta**, principalmente quando viajam todas as lideranças, quanto mais lideranças juntos mais resultados imediatos...”* (Marcos Braz, 20 de janeiro de 2011. grifei).

³⁵ Esta denominação faz parte do processo de “reavivamento” das igrejas pentecostais que, a partir da década de 1970, primaram pela afirmação dos dons espirituais como a “revelação” e a “glossolalia”, em detrimento do proselitismo religioso. No Brasil, esta denominação está associada às pessoas com maior escolarização e qualificação profissional de seus participantes que as demais igrejas pentecostais e fundamenta seus cultos em seções de leitura e interpretação da bíblia.

Com as viagens ao mesmo tempo se consolida a articulação com outras lideranças fora da aldeia sejam elas lideranças indígenas, autoridades tradicionais, outros coordenadores da FUNAI e os agentes de governo. As viagens e as reuniões entre caciques e lideranças são significativas porque,

“quando há uma viagem para Brasília, para Salvador, aquele cacique que não vai, que não mande seu representante, a sua aldeia que não mande seu representante, eles perdem muito, uma viagem que uma comunidade perde, rapaz! É uma desarticulação total..” (Marcos Braz, 20 de janeiro de 2011).

Em sua narrativa, ele considera uma articulação política importante com as lideranças das aldeias Pataxó: Coroa Vermelha, Boca da Mata, Guaxuma, Trevo do Parque. Além disso, a articulação com as outras CTL – Coordenação Técnica Local da FUNAI localizadas em Itamaraju e Porto Seguro e a CTR – Coordenação Técnica Regional do sul da Bahia da FUNAI localizada em Eunápolis- compõe o seu próprio campo de interação das questões indígenas locais e um plano de identificação diferente de Barra Velha. Tal articulação tem a ver com o lugar alcançado pela aldeia Barra Velha nos últimos anos através da participação em eventos e pela execução de projetos, mas também porque nessa articulação se evidencia o significado de “aldeia mãe”, de onde se argumenta “ser a base” de todos os índios Pataxó das outras aldeias da região.

Este “lugar” que Marcos enquanto autoridade encerra, está relacionado ao lugar ocupado como funcionário da FUNAI, e ao mesmo tempo por transitar entre as categorias locais de ser índio e conhecer o “mundo de fora”, que volta e aplica seus saberes e poderes na Aldeia Mãe. Quer dizer, o seu nível de escolaridade que lhe permite desempenhar um cargo público, interagir com agentes institucionais, assim como sua postura como funcionário que o coloca em certas ocasiões como “agente imparcial” aos interesses da aldeia e ao mesmo tempo, sua condição de ser índio “nascido e criado na aldeia” que lhe permite ter a sensibilidade para lidar com o “jeito” de cada pessoa, como ele relata:

*“...pelo fato de **eu ser índio** também, entender eles melhor do que outras pessoas, eu acho assim que eu consigo entender eles melhor. Porque as vezes, até há um conflito de opinião entre as lideranças (...) eu consigo minimizar esses conflitos entre eles...”* (Marcos Braz, 20 de janeiro de 2011, grifei).

Em relação às brigas e pequenos conflitos, quer dizer, aos “conflitos tratáveis” já mencionados no final do capítulo 1, a intervenção de Marcos como liderança e representante da FUNAI é acionada para resolver tais desentendimentos. Na sua apreciação a grande maioria destas brigas está relacionada ao consumo de bebida alcoólica. Daí também sua maior intervenção para tentar resolver os problemas a ela relacionados. A bebida afasta a convivência familiar e prejudica o trabalho e a adesão a ética do trabalhador da qual se considera um cumpridor,

“o problema do alcoolismo aqui em Barra Velha é uma coisa muito séria. A gente já sabe que tem algumas famílias por aí destruídas pelo álcool, e a gente não tem como controlar isso, porque é um vício que o cara que está naquele problema aí ele não consegue auto se controlar [sic], (...) O problema todo é que vem e vende aqui dentro da aldeia (...) Porque a maioria das brigas que tem, as confusões com família, até suicídio já teve aqui, que já chegou o caso de índio suicidar é a bebida alcoólica, entendeu? O alcoolismo, ele é terrível” (Marcos Braz, 20 de janeiro de 2011).

Diante às questões relacionadas ao consumo de bebidas alcoólicas é evidente a maneira em que é acionada a “dimensão moral do conflito” (Cardoso de Oliveira, 2002; 2005), a partir de alguém, como Marcos que deve afrontar estas situações sendo funcionário da FUNAI e evangélico para se colocar diante ao “problema” do alcoolismo e ao mesmo tempo, na forma em que ele é requisitado pelos habitantes da aldeia para enfrentar alguma situação desse tipo. Conseqüente a sua apreciação do “problema”, são as ações tomadas para evitar o consumo de bebidas alcoólicas dentro da aldeia, tanto a nível pessoal quanto a nível institucional. No primeiro, na abstinência como parte do seu estilo de vida e no segundo, na expedição de documentos e entrega dos mesmos nos bares e mercearias de Caraíva e Corumbau, no diálogo com a Polícia Civil e Militar em Porto Seguro para atender estas situações, etc.

Assim, durante o mês de maio, presenciei o deslocamento de Marcos para vila de Caraíva com o objetivo de ir conversar com os donos de bares e mercearias já identificadas para insistir na proibição à venda de bebidas alcoólicas aos índios. Também observei a forma em que algumas pessoas solicitam sua presença para conversar com os homens das famílias que ele menciona como destruídas devido ao consumo de bebidas alcoólicas,

“a gente não consegue combater. Porque várias vezes já pedi a polícia federal. Já fizemos documento nas vilas de Caraíva, de

Corumbau, já levamos documento, proibindo, mas não tem jeito, sabe? Parece uma praga incombustível [sic] (...) Eu e as lideranças já tentamos de todas as formas. A gente não consegue controlar. Às vezes controla um seis meses controla um ano e depois perde de novo, entendeu?” (Marcos Braz, 20 de janeiro de 2011).

Um dos setores que apresenta maiores ocorrências de consumo de bebidas alcoólicas é o setor da divisa com a vila de Caraíva, apreciação compartilhada também por Junho, agente de saúde deste setor que comentou que grande parte dos problemas desse setor está relacionada por eles estarem na zona de fronteira e estarem perto da venda de bebidas alcoólicas. “Ele mencionou que não é só o consumo dentro dos bares de Caraíva senão também porque os índios chegam com as garrafas de cachaça desde Itabela ou Porto Seguro, portanto, o problema não é só a venda dentro de Caraíva” (Diário de campo, conversa com Junho, agente de saúde, 21 de maio de 2010).

Neste ponto, o Junho trouxe outro elemento, além da proximidade das moradias com os centros urbanos de Caraíva e Corumbau e, é relacionado às viagens curtas às cidades próximas que todos os índios fazem para realizar compras ou resolver questões administrativas por fora da aldeia. Portanto a zona de fronteira só configura um, entre tantos pontos de contradição entre a proibição oficial pelo órgão tutelar, o consumo que acontece de fato e o lugar de moradia na proximidade com o centro urbano³⁶.

Esta perspectiva externa pela qual Marcos identificou a natureza dos conflitos – como coordenador técnico da FUNAI que procura cumprir o Estatuto do Índio, como pai de família que reproduz a vida na aldeia e como evangélico que tem um destino traçado por uma lógica superior ao mundo dos homens – o coloca de certa maneira “fora” da aldeia, mas dentro de uma moralidade que deve ser produzida e reproduzida constantemente pela convivência aldeã.

Dessa forma, o Marcos vem exercendo o cargo, que define como “administrador do povo” o qual é percebido por ele como diferente da função de cacique e de liderança política pelo lugar que ele considera que ocupa tanto pela escolaridade como pelas relações sociais e políticas que estabelece com o “exterior”. Na motivação do ambiente burocrático, em 2009 ele começou estudar Administração na Universidade do Norte do

³⁶ Como sugerem Ferguson e Gupta “Las zonas fronterizas se constituyen justamente en un lugar tal de contradicciones incommensurables. El término no designa una localidad topográfica fija ubicada entre otras dos localidades fijas (naciones, sociedades, culturas), sino una zona intersticial de desplazamiento y desterritorialización que configura la identidad del sujeto híbrido” (2008: 250).

Paraná –UNOPAR- em Eunápolis (BA), na modalidade de ensino a distância. Tal modalidade exige a presença dos estudantes na sala de aula uma vez por semana e são entregues deveres e trabalhos para serem feitos pelos estudantes e depois enviados via internet aos professores. No entanto, em 2010 Marcos teve que suspender a matrícula devido à falta de um meio de transporte para se deslocar até Eunápolis e às dificuldades com a conexão à internet que com frequência apresenta falhas dentro da aldeia.

3. Lugares e mediações da autoridade na administração de conflitos: um evento

As quatro trajetórias das lideranças acima descritas condizem em diferentes eventos em que são colocados pela sua atuação como lideranças tanto em momentos de atuar como representantes dos membros da comunidade indígena, quanto em momentos de mediação de conflitos.

A seguir, relatarei um evento que aconteceu durante o trabalho de campo que permitirá concatenar as trajetórias destes sujeitos ao lugar imaginado para atuação como autoridades dentro da narrativa local compartilhada de sujeitos Pataxó da aldeia Barra Velha.

Na noite de 31 de maio de 2010, aconteceu uma reunião no colégio. As lideranças da aldeia – Romildo, Marcos Adalto e Raoni- se dirigiram à escola para conversar com os alunos do ensino médio. O diretor da escola convocou a reunião

“porque eles [os estudantes] estavam aprontando lá, fazendo coisas que não deviam fazer dentro da sala de aula. O diretor convocou a reunião, chamou a gente como lideranças pra também ajudar, e fomos lá falamos pra eles que não era daquele jeito em que estavam pensando...” (Romildo, 13 de janeiro de 2011).

A reunião tinha como propósito inicial falar para turma do 2º ano. No entanto, no meio dessa intervenção, na sala do 1º ano aconteceu que dois rapazes fizeram uma brincadeira com um menino. Embora o objetivo não fosse conversar com os alunos do 1º ano, mas devido ao episódio ter acontecido enquanto as lideranças estavam na escola, pois decidiram entrar na sala e chamar atenção dos alunos.

Para Marcos, uma das questões assinaladas depois da sua intervenção na escola foi o “não reconhecimento” às autoridades por parte dos alunos, porque alguns deles não os cumprimentaram a entrada da sala. E aqueles que o fizeram, foram identificados como moradores das localidades de Pará e Campo do Boi. Quer dizer, que a maioria dos alunos que moram no centro da aldeia não os cumprimentou como se a proximidade impedisse a saudação. Para Marcos, este momento mostrou a necessidade do funcionamento do regimento interno da aldeia para poder normatizar os comportamentos e intervir na escola “*com o regimento vão mudar muitas coisas*” (Marcos, 2 de junho de 2010).

Para Romildo, esta conversa devia acontecer porque os alunos do ensino médio estão em uma fase de criação de muitas expectativas, entre elas ingressar à universidade. No entanto, na sua apreciação os jovens estão pouco informados das questões internas da aldeia, porque não assistem as reuniões e não participam de atividades coletivas. Portanto, para Romildo é preciso chamar atenção dos jovens

“porque os índios reclamam pelos seus direitos, mas também devem saber que tem deveres. Seus deveres são: assistir às reuniões, trabalhar num trabalho comunitário, participar em coisas da cultura. Porque o índio não pode esquecer a cultura, a cultura é o que garante a terra, a saúde, a bolsa família, etc.” (Romildo, 31 de maio de 2010).

Eis que o evento da reunião da escola marcou o cenário para “performance” da autoridade. A chamada que faz o diretor da escola aos quatro homens que atualmente se apresentam como porta-vozes e autoridades da aldeia, reconhecendo a articulação existente entre os quatro e estabelecendo o cenário e as condições para serem colocadas questões relativas ao bom funcionamento da escola, às noções relativas à narrativa de ordem e harmonia elaborada para aldeia e as formas de apresentação e reconhecimento das autoridades no cotidiano.

A escola como espaço de reprodução de uma ordem estabelecida pelo Estado para normalizar aos cidadãos, mantém seu caráter a partir do papel dos professores com as atividades cotidianas e, no caso da aldeia indígena, do papel das lideranças na construção da narrativa de “ordem e harmonia” da aldeia tanto no discurso quanto na prática e as formas de controle social que garantam a reprodução de tal narrativa.

Desta maneira, os atos de representação que são utilizados pelas lideranças para manter a narrativa de “ordem e harmonia” e evitar o que eles considerariam como transgressões que, por sua vez, produzam disputas e conflitos no interior da aldeia variam de momento, lugar e de tipo de liderança(s).

Primeiramente, cada liderança considera que ele próprio já reflete um exemplo para os demais habitantes, especialmente para os jovens, quer dizer, a própria trajetória de vida já indica um modelo a ser imitado. Por um lado, porque a chegada a um cargo de liderança implica um reconhecimento ao comportamento dessa pessoa – sanções positivas³⁷ – e por outro lado, porque manter dito cargo merece especial atenção por parte dos habitantes da conduta da pessoa, sendo que ser cacique, “chefe do posto” ou representante de alguma instância exige sustentar com o comportamento cotidiano tal reconhecimento, por exemplo, o que faz com o dinheiro, o que bens adquirem, quais são as rotinas, como cria aos filhos, como é sua relação com a família, etc.

Em segundo lugar, na hora de observar algum comportamento fora da concepção de ordem e harmonia estabelecida, as lideranças são acionadas para afrontar determinada situação. Isto depende de fatores como a disponibilidade da liderança e a credibilidade da mesma.

Por um lado, como já foi mencionado nas trajetórias apresentadas na segunda parte deste capítulo, as lideranças cumprem muitos compromissos que acontecem por fora da aldeia, nas agendas sempre há alguma reunião que implique o deslocamento e, portanto, a ausência da aldeia em determinada situação. Desta maneira, nem sempre o cacique Romildo como liderança tradicional ou Marcos como representante da FUNAI estão disponíveis e podem intervir em alguma situação de conflito.

Por outro lado, a legitimidade para enfrentar alguma situação também aparece como fator para acionar uma ou outra liderança. Neste sentido, abordar temas relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas quase sempre são assumidos por Marcos – que não é consumidor-; brigas de famílias – entre marido e mulher- podem ser assumidas por qualquer um deles, no entanto, durante minha observação, Adalto e Romildo colocaram estas situações nas conversas, pelo que me parece por ter núcleos familiares formados há mais de 20 anos, enquanto Marcos e Raoni formaram seu núcleo familiar mais recentemente; temas relacionados à realização de eventos que incluam

³⁷ Voltarei a esta questão.

manifestações folclóricas, quase sempre é acionado o Raoni, enquanto o Marcos pela sua ausência neste tipo de atividades fica por fora para ter alguma posição; entre muitas outras situações.

O caso da escola mencionado acima com a presença das quatro lideranças me pareceu como uma situação *sui generis* por diversas razões. Por um lado, porque nas questões da educação, a competência deveria ser do diretor e dos professores. Mas, por outro lado, o fato de pertencimento à etnia Pataxó, coloca a liderança tradicional e o órgão tutelar no mesmo nível que o diretor da escola, autorizando-os para intervir em tais situações. Neste caso, a experiência em relação à escolaridade coloca as quatro lideranças com legitimidade para estabelecer um diálogo com os jovens estudantes e apresentar a partir da experiência de cada um a importância de manter o comportamento esperado na escola e na aldeia em geral, reproduzindo a narrativa interna que cria “o grupo” – aldeia Pataxó de Barra Velha- e as narrativas individuais que constroem a legitimidade da autoridade em nome do grupo – nas versões de sacrifício, trabalho, luta, viagens, etc.-

Capítulo 3 – Autoridades, Lideranças e administração de conflitos na aldeia indígena Pataxó de Barra Velha, Bahia

1. Chefias, autoridades e conflitos em contextos locais: um breve percurso desde antropologia política.

Na seção anterior vimos que as trajetórias das lideranças da aldeia dos Pataxó estão organizadas a partir da construção da autoridade. O processo de diferenciação identitária das lideranças não ocorre de maneira fortuita, mas dentro de quadros sociais disponíveis em relação aos próprios Pataxó e da sociedade envolvente. Neste momento me concentrarei em acompanhar as contribuições analíticas relacionadas ao campo de estudos da antropologia política.

Menos que uma discussão exaustiva, procuro apontar alguns autores mais relevantes para a compreensão do fenômeno da construção da autoridade nos contextos de conflito e busca da harmonização na sociedade Pataxó. A etnografia concentra-se nas questões relativas à construção social da autoridade e administração de conflitos na aldeia Barra Velha e o tema mais geral da etnografia enfoca o contexto brasileiro de reconhecimento de identidades diferenciadas baseada na etnicidade, na ação tutelar e nas formas de governo.

A elaboração de perguntas relacionadas à construção de autoridades entre os Pataxó da aldeia Barra Velha conecta-se ao foco que a antropologia sub-classificou como antropologia política e jurídica. Esta sub-área de conhecimento tem buscado analisar e melhor definir as noções relacionadas à autoridade, práticas jurídicas, relações de poder, sistemas de punição, sentidos de justiça, segurança, policiamento, resolução de disputas, dentre outros, bem como os contextos onde eles ocorrem.

A literatura da antropologia política e jurídica fornece muitas referências clássicas e contemporâneas na matéria (Malinowski 2008; Leach 1996; Geertz 1994, 2003, 2004; Nader 1990, 1994; Nader & Todd 1978; Abélès 2005; Clastres, 1988; Lima, 2000, 2008; Cardoso de Oliveira 1976, 2000; Sahlins 1963, entre outros). Neste conjunto de autores, as principais questões nomeadas estão relacionadas com os mecanismos de controle social, as noções locais de “lei” e “justiça”, a configuração de

estruturas de poder/autoridade, a resolução de disputas, os mecanismos de mantimento da ordem e harmonia, etc.

Muitos destes estudos tem como foco de preocupação a configuração das relações de poder no nível local, que a antropologia política e jurídica tem classificado como formas de autoridade e chefia, a partir da mobilização de estratégias sociais tais como o carisma (Weber, 1983) e o prestígio (González, 1997). Tais estudos se detêm ainda na inquietação pelas formas de acesso ao poder, sua reprodução e os processos sociológicos e simbólicos que nele intervêm (Abélès, 2005).

Uma das preocupações da antropologia política e jurídica é o estudo da liderança e seu desenvolvimento em relação às formas de autoridade nas sociedades tradicionais. Destacam-se nestes estudos o fato de que as chefias e as lideranças locais são reconhecidas como a base da organização sócio-política e concentram o exercício da autoridade e do poder. No entanto, tais abordagens levam a considerar que este tipo de relação de poder ocorre devido à sociedades tradicionais reconhecidas pela falta de instituições modernas como o Estado (Luque, 1996; González, 1998; Clastres, 1988). Entre os Pataxó, analisados na presente etnografia, temos um excesso de estado seja pelo efeito da tutela, seja pela perspectiva de governança interna. No entanto, o efeito desta presença ainda é pouco analisada, prevalecendo a equação moderno/tradicional, estado/liderança local como chave explicativa das relações de poder.

Tais categorias – chefias e lideranças – guardam uma diferenciação relativa às suas funções, isto é: “a função específica do líder é colocar em movimento, incitar à ação, enquanto a função específica do chefe é ordenar, mandar e exigir obediência” (Carreño, 1994: 8)³⁸. Além destas definições *stricto sensu*, o trabalho de Pierre Clastres apresenta a análise das formas de chefia indígena na América do Sul, salientando a concepção de uma “chefia sem autoridade, de uma função que funciona sem conteúdo” (1988:23), não obstante o exercício do poder esteja em grande medida baseado na “troca das mulheres, das palavras e dos bens” (idem: 33).

O estudo das chefias e lideranças também apresenta a análise das relações de poder e suas estruturas no nível local, a partir da sua criação e das práticas locais que as produzem (Abélès, 1997). No caso etnográfico proposto para análise neste trabalho, as

³⁸ Tradução da autora. No texto original: “La función específica del líder es poner en movimiento, incitar a la acción, en tanto la función específica del jefe es ordenar, mandar y exigir obediencia” (Carreño, 1994: 8).

formas locais de autoridade como as lideranças e o cacique se apresentam como fenômeno sócio-político de grande relevância. A perspectiva Pataxó da liderança e autoridade gera estratégias locais que se fundamentam nas práticas cotidianas e tradicionais que passam, no entanto, por um processo de rotinização através de códigos escritos, como o Regimento Interno analisado anteriormente. Esta combinação de códigos, em curso entre os Pataxó, associa narrativas da tradição ligadas às formas de parentesco e economia local e se comunicam aos referentes do Estado e lógica globais como a do mercado, da religião e das agências não governamentais.

A etnografia mostrou que existem formas locais de exercício de autoridade associadas às categorias de chefia, lideranças, cacicado que se fundamentam nas articulações dos agentes locais e seu trânsito entre as práticas e narrativas ligadas à tradição e modernidade. Tais articulações favorecem o seu acesso aos espaços formais de exercício do poder de estado, nos diferentes planos de governo municipal, estadual e federal e nas rotas do turismo nacional e internacional.

A partir dos diferentes tipos de dominação e de exercício da autoridade em sua forma tradicional ou carismática apresentadas no corpo etnográfico, situo as características das lideranças a partir das trajetórias de vida de quatro sujeitos da aldeia indígena Pataxó de Barra Velha (Weber, 1983). Tais exercícios de liderança e autoridade são desenvolvidos diante da representação que exercem pela delegação que os habitantes da aldeia fazem deles, dentro de um sistema de prestações e contraprestações estabelecidas socialmente aparentemente de forma voluntária, mas que no fundo elas são rigorosamente obrigatórias (Bourdieu, 2000; Mauss, 2005).

Neste sentido, a construção social da liderança pelo efeito de delegação, se conecta com a criação de competências específicas e, portanto, a apresentação de uma análise “das condições sociais da constituição da competência social e técnica que a participação activa na ‘política’ exige” (Bourdieu, 2005: 164).

Por isto, minha ênfase nas trajetórias dos sujeitos e na perspectiva de análise da escala local, considerando as experiências individuais e sua conexão com diferentes escalas de análise do contexto local, regional, nacional, global. Tais trajetórias estão inscritas em processos micropolíticos importantes para os atores locais. Considerando a etnografia, é em tais contextos que se registram as interações e dinâmicas dos agentes nas relações de poder e sua projeção em diferentes direções, como sugere Gledhill,

“o estudo destes processos micropolíticos pode servir, pois, para iluminar determinadas situações locais que, de outro modo, resultariam um pouco obscuras, além, de contribuir para compreender como os processos de escala local não só refletem simplesmente outros processos políticos mais amplos e conflitos de escala nacional, senão que podem contribuir com eles” (2000: 203).³⁹

Ademais compõem meu interesse de análise com o enfoque antropológico temas complementares dos processos micropolíticos tais como o “interesse pelo poder, o modo de acessá-lo e de exercê-lo; o interesse pelo território, as identidades que nele se afirmam, os espaços que se delimitam; e o interesse pelas representações, as práticas que conformam a esfera do público” (Abélès, 1997)⁴⁰.

Em tais processos micropolíticos, a ênfase dos líderes Pataxó tem se pautado pela busca da harmonia entre os membros da Aldeia Barra Velha. Vimos que a tônica do regimento interno proposto pelas lideranças tem como objetivo a construção da autoridade e da administração de conflitos considerando o plano dos indígenas Pataxó. Neste sentido, alguns autores têm desenvolvido abordagens que consideram a conjuntura do exercício da autoridade na resolução de disputas e conflitos. Tais conjunturas são definidas a partir da concepção da “harmonia como ideologia” enquanto mecanismo de controle cultural (Nader, 2002).

A compreensão do conflito como parte da vida social requer a observação das situações sociais específicas bem como os modos de apresentação pública. Neste sentido, os cientistas sociais têm caracterizado o conflito como uma forma de sociação (Simmel, 1983, 2006), uma ruptura da ordem (Lima, 2000), uma quebra do princípio hierárquico (Lobão, 2000), de um insulto moral (Cardoso de Oliveira, 2002) ou de ruptura de regras (Davis, 1973).

Nesta direção, tais conflitos têm sido compreendidos como “tratáveis” ou “intratáveis”. Por um lado, um conflito tratável “assume o formato de um drama social” (Lobão, 2006: 161, apud Turner, 1957) e por outro lado, o conflito intratável “pode

³⁹ Tradução da autora. No texto original: “el estudio de estos procesos micropolíticos puede servir, pues, para iluminar determinadas situaciones locales que, de otro modo, resultarían algo oscuras, además de contribuir a comprender cómo los procesos de escala local no sólo reflejan otros procesos políticos mayores y conflictos de escala nacional, sino que pueden contribuir a ellos” (Gledhill, 2000: 203).

⁴⁰ Tradução da autora. No texto: “interés por el poder, el modo de acceder a él y de ejercerlo; el interés por el territorio, las identidades que se afirman en él, los espacios que se delimitan; y el interés por las representaciones, las prácticas que conforman la esfera de lo público” (Abélès, 1997).

desenvolver na direção de uma ‘tragédia’ social (ou ambiental), na qual uma das partes acaba por sucumbir” (Lobão, 2006: 161, apud Putnam & Wondolleck, 2003).

Assim sendo, opto pela idéia do reconhecimento do conflito como expressão de múltiplas relações sociais conectando fatos que geram diversas significações e dinamizam as relações no contexto local. A existência de conflitos e disputas em todas as sociedades nos chama a atenção para o ciclo sistemático que este fato social cumpre e que pode ser observado através de suas fases ou situações políticas, rituais e econômicas (Turner, 1979). No interior da lógica social do conflito torna-se fundamental a distinção dos componentes do processo de disputa, as condições que subjazem a elas, bem como as conseqüências resultantes (Nader & Todd, 1978). A exemplo disto, exponho a identificação na etnografia de narrativas escritas e encenadas em público que desejam a ordem e a harmonia bem como, definem mecanismos de resolução de conflitos para o re-estabelecimento da harmonia em casos de ruptura.

Desta maneira, o sentido de mecanismos de resolução de conflitos e a delegação à agentes locais ou externos está associados às narrativas de “harmonia” que cada sociedade cria em consonância com os modelos dominantes que tem à sua volta (Nader, 2002; Nader & Todd, 1978). Nos contextos das interações sociais, Nader salienta os componentes básicos da harmonia como ideologia organizando pares de oposição para o fenômeno do conflito:

“a ênfase sobre evitação e conciliação, a crença de que a resolução de conflitos é inerentemente boa e que seu oposto, o conflito ou a controvérsia continuada é má ou disfuncional, a crença que o comportamento ordenado e pacífico é mais civilizado que o comportamento confrontante, a crença que o consenso é [mais estimado que a controvérsia] o grande valor sobrevivente diante a controvérsia” (Nader, 2002: 32).⁴¹

Tais narrativas de ordem e harmonia estão conectadas com os modelos hegemônicos do Estado Nação e do mercado, no sentido foucaultiano da governança. Isto é, que “envolve não só a sujeição política e econômica e o controle social através do estado e o mercado, mas também a variedade de caminhos nos quais as pessoas se

⁴¹ Tradução da autora. No texto original: “the emphasis on avoidance and conciliation, the belief that conflict resolution is inherently good and that its opposite, continued conflict or controversy, is bad or dysfunctional, the belief that peaceful, orderly behavior is more civilized than confrontative behavior, the belief that consensus is of greater survival value than controversy” (Nader, 2002: 32).

organizam, tentam se controlar umas a outras, e imaginam o que elas fariam no processo” (Gordon, 2007: 359) ⁴².

O que pretendo dizer é que as narrativas de ordem e harmonia que se produzem nos contextos locais e as formas de manutenção destas, tais como no caso Pataxó do presente trabalho, o Regimento Interno, a institucionalização das lideranças no Conselho Deliberativo e das formas de organização local em associações, a pretensão da construção de guaritas para o controle de entrada e saída, etc., está em consonância com o “universo de insegurança gerado pelo estado e a volatilidade do mercado” (idem) ⁴³.

De tal modo, na construção de modelos locais para administração de conflitos os grupos possivelmente mimetizam a imagem que estes têm do Estado e seu modelo de organização, atuando em forma paralela aos interesses governamentais a partir do discurso da diferenciação étnica, mas que se alia às formas dominantes do Estado e do mercado. No caso dos Pataxó da aldeia Barra Velha, tais formas dominantes se refletem na ação tutelar da FUNAI (Estado) e nas práticas econômicas ligadas ao turismo e ao comércio (mercado). Por outro lado, a perspectiva de interação com a imagem que os Pataxó tem do estado se desenvolve no Regimento Interno por meio de sua visão de mundo da nação, onde eles ocupam um espaço particular.

Uma vez apresentado o panorama geral em que as práticas locais de construção da autoridade estão inscritas dentro de alguns lineamentos da antropologia política, continuarei com as interpretações que surgem desta inscrição junto aos dados etnográficos. Minha fonte de análise são os relatos apresentados anteriormente sobre as formas em que a autoridade e a liderança se apresentam e são construídas localmente na aldeia Pataxó de Barra Velha.

⁴² Tradução da autora. No texto original: “This involves not only political and economic subjection and social control via the state and the market, but also the myriad ways in which people organize themselves, attempt to control each other, and imagine what they do in the process” (Gordon, 2007: 359).

⁴³ Tradução da autora. No texto original: “universe of insecurity generated by state and market volatility” (idem).

2. Governança e organização política em sociedades indígenas do Nordeste. O caso da aldeia Pataxó de Barra Velha.

Apresentei nos capítulos anteriores o contexto de organização social e política dos sujeitos Pataxó da aldeia Barra Velha, destacando quatro lideranças e suas trajetórias pessoais. Gostaria de sublinhar brevemente estes atores/contextos. Primeiramente, o cacique como autoridade tradicional em que se concentram as funções de representatividade e mediação na resolução de conflitos. Em segundo lugar, a criação de uma instância integradora das lideranças da aldeia: o Conselho Deliberativo. Em terceiro lugar, as formas de organização social formalmente instituídas como são as associações e o Regimento Interno. Em quarto lugar, a natureza dos conflitos, isto é, as percepções locais sobre as disputas nas quais se supõe que a organização política deveria estar preparada para abordar e resolver. Por último, apresentei e fiz breves considerações sobre quatro trajetórias de sujeitos considerados lideranças na tentativa de compreender, através dos relatos da experiência individual, a construção da autoridade relacionadas às narrativas de etnicidade dos sujeitos Pataxó da aldeia Barra Velha.

A seguir, apresento as questões que a organização política na aldeia Barra Velha suscita para análise, entremeadas com o imaginário dos sujeitos indígenas, a burocratização das relações sociais e as formas de mediação e construção da autoridade através de sanções positivas.

a. Cacique e lideranças: a construção do sujeito político Pataxó

As categorias de cacique e liderança tem se tornado centrais na construção das narrativas de centralidade do poder e da autoridade Pataxó. Tais categorias também contêm uma concepção de “dever ser” Pataxó que se define com a aprovação de certos comportamentos ou com a falta de desaprovação sobre outros, por exemplo: a participação nas atividades que congregam a comunidade como o Luão⁴⁴, as atividades

⁴⁴ O luão é um evento que reúne aos habitantes e as lideranças da aldeia na primeira de lua cheia de cada mês. As pessoas dançam o Awê ao redor de uma fogueira, depois as lideranças e os velhos contam as suas experiências. Ao final oferecem beiju, cauim e peixe na folha da banana. Eu participei do Luão realizado no dia 27 de maio de 2010. Ao evento assistiram as seguintes lideranças: Cacique Romildo, Adalto, Pajé e a esposa, Lapão (vice-cacique) e Piega.

da escola, também a atuação como liderança, o conhecimento dos eventos que marcam a história da etnia, o uso dos trajes representativos e a pintura corporal em situações requeridas, o não consumo de álcool, e os “canais de entrada” dos sujeitos externos na vida cotidiana da aldeia ou nos espaços como as reuniões, etc.

A re-criação da figura do cacique e da liderança e suas funções na manutenção da narrativa de ordem, isto é, na evitação dos conflitos, é um tema recorrente na literatura etnológica sobre o poder. Como sugerido por Clastres:

“o chefe tem a tarefa da manutenção da paz e da harmonia no grupo. Ele deve também apaziguar as disputas, regular as divergências, não usando de uma força que ele não possui e que não seria reconhecida, mas se fiando apenas nas virtudes de seu prestígio. De sua equidade e de sua palavra. Mais que um juiz que sanciona, ele é um árbitro que busca reconciliar. Não é, pois, surpreendente constatar que as funções judiciárias da chefia sejam tão raras: se o chefe fracassa em reconciliar as partes adversas, não pode impedir que a desavença se transforme em *feud*. E isso demonstra bem a disjunção entre o poder e a coerção” (Clastres, 1988: 23).

Além deste cumprimento de funções em relação à ordem dentro da aldeia, estes momentos de encenação das relações de poder do sujeito Pataxó constituem um modelo social de “bom Pataxó” dentro da Aldeia Mãe. Tal elemento de “reconciliação” serve como um aspecto relevante assinalado nas entrevistas sobre a construção da narrativa identitária pessoal e pode ser refletida em três direções complementares: primeiro, para dentro da aldeia como exemplo pessoal que deve ser seguido pelos índios e não-índios habitantes da aldeia; segundo, para fora da aldeia, isto é, para o resto da Terra Indígena e aldeias que se auto-definem como Pataxó e terceiro, para a sociedade envolvente que questiona a “indianidade” Pataxó.

Quer dizer, a construção do modelo do “bom Pataxó” na primeira direção, para dentro da aldeia mãe, se evidencia na medida em que se re-criam as práticas e os saberes ditos tradicionais no dia-a-dia da aldeia e nos eventos que marcam tais práticas e saberes. Por exemplo, o processo de reivindicação da língua Patxohã e o seu ensino na escola, a comemoração do Luão organizado na primeira noite de lua cheia de cada mês onde se dança o Awê e os mais velhos contam os relatos das suas experiências.

Na segunda direção, trata-se do exemplo que a Aldeia Mãe pretende espalhar para os outros membros da etnia Pataxó, dentro da Terra Indígena demarcada e das aldeias que se encontram por fora da delimitação oficial. Tal “atitude exemplar” pode ser compreendida em termos de organização política, do sucesso na aquisição de

recursos - investimento para infra-estrutura da aldeia: escola, posto de saúde, energia elétrica, internet; investimento para execução de projetos: moradia, agricultura, reafirmação cultural, etc. -, na relação com as agências estatais, no desenvolvimento econômico sem uso dos recursos madeireiros do Parque Nacional Monte Pascoal.

Na terceira direção da construção do bom Pataxó para a sociedade envolvente em relação à conjuntura da redefinição dos limites da terra indígena que traz a atenção das agências governamentais envolvidas (FUNAI, AGU, IBAMA, entre outras) e eleva o discurso identitário local à incorporação de valores gerais como a preocupação com a preservação ambiental da Mata Atlântica e a segurança pública durante a alta estação do turismo. Sobre este aspecto particular, a relação com a presença do turismo como fonte de renda a ser preservada pelos Pataxó, coloca constantemente em cena a avaliação a “indianidade” dos Pataxó pelo uso de elementos e práticas consideradas ocidentais e ligadas à modernidade, por exemplo com a instalação das redes elétricas o uso de eletrodomésticos, a influência da televisão e da internet na vida cotidiana, entre outras.

Esta construção do “bom nativo” tem sido discutida por vários autores em diversos cenários um deles o campo ambiental na “construção do nativo ecológico” (Ulloa, 2004), outro é no ativismo indigenista na forma do “índio hiper-real” (Ramos, 1995). Isto é, na criação de uma imagem legítima dos sujeitos, “no imaginário nacional, o índio bom é o índio remoto, seja no tempo, seja no espaço. O índio bom é o primeiro habitante do país metamorfoseado em ícone ancestral que deu suor e sangue para fertilizar o que viria a ser o nascimento da nação brasileira” (Ramos, 2004: 174).

Mesmo que concorde com os questionamentos propostos pelas autoras mencionadas, não me deterei nestas críticas. O que pretendo acrescentar nesta discussão são elementos etnográficos que permitam analisar a construção local do sujeito político e as formas em que se refletem na organização política e na governança da aldeia, mas também nas relações cotidianas a partir da burocratização das práticas sociais.

Não pretendo generalizar a experiência dos sujeitos Pataxó como homogênea pela referência em singular ao “nativo político”. Não obstante, mantenho esse uso do termo pela alusão e pelo confronto em relação aos discursos hegemônicos na arena governamental, ambiental ou turística onde se menciona “os Pataxó” como uma totalidade sem diferenças internas.

A construção do nativo político Pataxó faz com que os atores garantam a sua inserção no mercado local/nacional/global (artesanato e turismo) e a sua relação dialógica com as agências estatais e não governamentais por meio da produção de uma linguagem burocrática, mas requer, ao mesmo tempo, que eles mantenham a reprodução de práticas culturais que os identifiquem no mosaico étnico da sociedade brasileira e os reconheçam como sujeitos singulares.

Como procurei mostrar nas trajetórias dos quatro sujeitos Pataxó, a partir de experiências diferenciadas é possível construir uma relação dialógica com as agências governamentais. A trajetória pessoal de Marcos desde, o esforço em busca de educação formal até sua posição de “administrador” diante a FUNAI, Os diferentes capitais sociais manejados por Romildo na sua interação como liderança tradicional, A busca da ênfase de Adalto na sua interlocução com o campo burocrático municipal e estadual e a perspectiva culturalista de Raoni no plano formativo da educação superior e na exibição dos traços de indianidade necessários diante do mercado de consumo do turismo.

Nesta relação dialógica com os agentes externos à aldeia, mas na re-criação destas experiências dentro dela é que a imagem do “nativo político” Pataxó produz e encontra sua eficácia. Como vimos acima, o evento da reunião disciplinar na escola os quatro sujeitos, que na época eram as lideranças mais visíveis dentro da aldeia, foram chamados para se manifestar diante dos comportamentos dos alunos da escola. Ou seja, diante da instituição escola, cada um deles procura refletir uma narrativa particular e geral da “ordem” desejada e construída na qual eles definem sua presença a partir da idealização local do exercício do poder nos diferentes campos em que é possível atuar. O espaço social da escola sugere a disciplina dos sujeitos por ser este o cartão de visitas para a sociedade envolvente e ser visto por parte das lideranças como espaço de formação e reprodução da indianidade Pataxó e, por isto cercada, como mostrou o evento, de cuidados da imagem de si. Isto ficou evidenciado ao longo da etnografia pela repartição do campo da autoridade burocrática/administrativo com a atuação de Marcos e Adalto, no plano tradicional dos fazeres da aldeia como Romildo e no trânsito entre o global e o local com Raoni.

Nessa construção do nativo político se faz necessária a elaboração de elementos que revelem o sentido de comunidade indígena, ou seja, o coletivo para onde está dirigida a produção e ação da liderança. Então, tais elementos cumprem o papel simbólico de manutenção da ideia de comunidade e são recriados através de rituais,

organizações e narrativas. Por um lado, entre os rituais que produzem este sentido de comunidade estão as reuniões, as festas religiosas, o Luão, o campeonato de futebol, entre outros. Por outro lado, as organizações que contribuem nesta criação coletiva estão as associações, especialmente à Acibave dirigida a gerenciar os projetos comunitários para população indígena. Finalmente, enquanto à elaboração de narrativas na aldeia Barra Velha, tais narrativas apresentam o caráter formalizado e não-formalizado. A primeira está relacionada com o já apresentado Regimento Interno e as definições e funções que sugere na categorização de seus membros. A segunda se refere à alusão constante à roça, tanto das lideranças quanto dos habitantes da aldeia. Neste último aspecto, a roça aparece como “fonte inesgotável de etnicidade” (Pimenta, 2008: 138) ⁴⁵.

Tendo apresentado a construção do sujeito político Pataxó como espaço importante na compreensão da produção da liderança e da autoridade na Aldeia Barra Velha, procuro agora me deter em três espaços sociais que são definidos pela linguagem burocrática, no qual estes sujeitos atuam: o Conselho Deliberativo, as Associações e o Regimento Interno. Estes espaços estão em pleno processo organizativo e a definição de seus rumos e alcances e o desenvolvimento de suas especificidades organizacionais ainda foge dos objetivos propostos nesta dissertação.

b. A burocratização das relações cotidianas: o Conselho Deliberativo, as Associações e o Regimento Interno

Se, na seção anterior meu objetivo foi apresentar o sujeito político Pataxó como uma produção de várias conjunturas locais e translocais, intento agora considerar três contextos nos quais estes sujeitos exercem sua liderança e autoridade. Considero para isto o cenário em que as lideranças exercem o papel de “bom nativo” tanto nas relações cotidianas quanto naquelas que exigem a inclusão de agentes externos. Refiro-me neste ponto ao plano da burocratização das iniciativas locais, na medida em que elementos como o Regimento Interno e a institucionalização das agrupações locais em associações – com todos os requisitos técnicos e administrativos que isto exige-, e das

⁴⁵ A análise desenvolvida por Pimenta (2008) se refere aos desafios enfrentados pelos Ashaninka e as narrativas construídas em torno à idéia de comunidade, chefia e tradição para estabelecer a relação dialógica com a FUNAI no processo de territorialização. Não me deterei na análise feita pelo autor em torno à construção da narrativa coletiva devido a que meu foco está dirigido à produção da autoridade a partir do exercício da liderança.

lideranças no Conselho Deliberativo devem ser regulados e controlados pelas formas jurídicas da sociedade envolvente.

Por exemplo, a partir da criação de uma associação profissional e da redação do Regimento Interno dos Pataxó de Barra Velha, o qual poderiam ser considerados como práticas recorrentes da organização social Pataxó, estes processos cotidianos passam a ser “burocratizados” apresentando a parafernália de documentos, com todos os registros, assinaturas e carimbos para ser reconhecido pelos órgãos estatais. Esta ênfase na relação entre documento e autoridade é introduzida pelos próprios Pataxó, garantindo relações de autoridade a partir do controle da linguagem destes processos e do posicionamento em relação a eles no plano da aldeia.

Certamente estes dois processos têm distinções para os sujeitos em função de seu ponto de vista. No entanto, para fins analíticos, mediante esta burocratização de “duas vias” é possível aqui estabelecer um diálogo com as agências estatais e não-governamentais e, em conseqüência, ganhar status de reconhecimento local entre os agentes e por fim, legitimidade para o gerenciamento de recursos públicos ou se constituir em um interlocutor válido com outros agentes com o turismo ou Organizações Não Governamentais.

A formalização das associações⁴⁶, especialmente a associação Acibave pelo seu caráter de entidade representativa dos interesses da população indígena da aldeia Barra Velha e não de um segmento dessa população como poderia ser entendida a associação dos bugreiros, responde à criação de um “agente político eficaz” (Das, 2008), em termos da sua inclusão no plano burocrático das agências estatais, mas que se identifique com a população local para fazer efetivo o diálogo. Como sugere a autora, analisando a realidade das organizações hindus, “Assim, criava-se um grupo ‘nós’ a partir de uma comunidade heterogênea, para que funcionasse como um agente político eficaz no contexto das modernas estruturas estatais da Índia” (Das, 2008: 73).

Tal inclusão das iniciativas de organização local no plano burocrático exige o estabelecimento de um saber específico, dominado e interpretado por pessoas

⁴⁶ A análise das associações indígenas tem sido relacionada na literatura especializada ao seu papel enquanto agentes de “desagregação/fragmentação interna” pela vinculação com segmentos faccionais dentro das aldeias indígenas que respondem ao monopólio por parte de indivíduos ou pequenos grupos de famílias dos recursos que seriam obtidos em nome da comunidade (Ferreira, 2000). Neste trabalho um dos aspectos da organização social da aldeia Barra Velha que analiso são às associações e não está referido ao faccionalismo senão ao seu caráter burocrático e institucional, seu significado local e o efeito ordenador da vida social (Geertz, 2006).

autorizadas, legitimando as formas de representação e os mecanismos que estão por fora do domínio da sociedade, tornando-os “inteligíveis” a partir da “codificação” destas práticas já existentes, visando ou mantendo a ordem simbólica e garantindo uma comunicação mínima (Bourdieu, 2000).

Nesta operação de codificação, as formas de burocratização das relações cotidianas dentro da aldeia, também criam uma expertise e um saber específico que transita entre as lógicas burocráticas da sociedade envolvente e da lógica local do “ser índio”. No caso etnográfico apresentado, as lideranças vão desenvolvendo tal expertise de trânsito entre diferentes lógicas. Isto é, por um lado, conhecer as formas burocráticas de se relacionar com o Estado, no registro da associação, a prestação de contas, etc., mas por outro lado, saber lidar com as lógicas da aldeia, daí a narrativa constante que as lideranças evocam em relação a sua procedência da roça e o conhecimento de saberes tradicionais a ela associados.

A este respeito Baines (1999) e Ramos (1990, apud Baines 1999) apresentam questionamentos relacionados à inclusão de lideranças indígenas nos quadros administrativos da FUNAI:

“Ramos menciona o acesso de índios aos escalões mais altos da administração da FUNAI, e o surgimento de “um novo personagem, o ‘índio funcionário’, uma categoria de jovens, aparentemente oportunistas, mais interessados no emprego do que na causa indígena, que preferiram se opor ao movimento a pôr em risco seus cargos recém adquiridos” (1990:134). Contudo, salienta Baines, o recrutamento de “índios civilizados” nos escalões mais baixos da administração indigenista para servir como ponta de lança da sociedade nacional no “descimento” de índios tem se mostrado uma política secular das agências tutelares (Baines, 1991:326-327)” (Baines, 1999: 8)

Outro exemplo apresentado nesta etnografia que ilustra as práticas de codificação é o Regimento Interno. A análise que ele suscita como produção escrita a fazer devido a sua construção como categoria nativa e não simplesmente por uma super valorização aos dados escritos; é importante ter em conta que “um documento é uma produção que comunica algo” (Oliveira, 2003: 153). No caso do regimento, são tanto os dados escritos quanto as práticas reveladas no cotidiano que permitem discutir a sua construção enquanto modelo de práticas para guiar o comportamento dos indígenas e a sua relação com a sociedade envolvente.

Além disso, é importante destacar os diferentes momentos do processo de institucionalização das práticas locais e a maneira como podem ser captadas as percepções dos atores com a relação ao texto, como por exemplo, quem produz o texto, para quem é produzido, as estratégias em jogo, a interação entre lideranças e membros da comunidade, as motivações e expectativas, as condições da sua produção, entre outros aspectos. Considerando a produção de textos escritos como sugere Veena Das: “Uma característica importante do discurso escrito é que faz o esforço por conseguir uma organização racional das idéias” (2008: 75).

Parece-me que nas estratégias locais de administração de conflitos pretende-se manter uma articulação entre um “modelo não-formalizado” com um “modelo formalizado”. Quer dizer, o primeiro estaria baseado nas práticas locais atuais de reconhecimento das autoridades e lideranças na mediação de disputas; o segundo estabeleceria a formalização dos procedimentos destas autoridades. Isto é, a partir da criação de dispositivos que gerem uma maior legitimidade tanto interna quanto externamente, reconhecendo que “a resolução de disputas incorpora tanto um jogo de identidades quanto um jogo de legitimação institucional” (Lobão, 2006: 151).

Neste sentido, para os Pataxó da aldeia Barra Velha, o que cotidianamente encontra-se identificado como práticas normativas do convívio geral deve ser levado a forma escrita, legitimado por uma instituição, no caso a associação que, por meio de um ritual, evoque a reconstituição da ordem, quer dizer, a legitimação dos representantes através de mecanismos de eleição, a formalização do ritual em atas para inserir o processo na lógica burocrática/institucional baseada nas instituições governamentais que tem interagido com a sociedade indígena.

O Regimento Interno aparece como uma forma de inscrição dos sujeitos e das suas práticas do aparato jurídico estatal, quer dizer, com a escrita, assinatura e divulgação de um texto. Desta forma me parece como se a institucionalização das práticas locais concedesse maior legitimidade em face às reivindicações políticas, por exemplo, no caso da redefinição de limites da terra indígena, ora em curso.

O olhar sobre o reconhecimento de tais modelos enfatiza a interface entre os modelos institucionais e as práticas/iniciativas locais para lidar com as disputas, visando a entender as diferentes formas de sociabilidade e os mecanismos de ordem e controle social no espaço público brasileiro (Kant, 2008).

O Regimento Interno se insere na lógica das estratégias locais de administração de conflitos na medida em que se articula com o modelo de resolução de disputas baseado na atuação das figuras de autoridade local e sua mediação com os modelos institucionais, mas também aparece como uma “iniciativa local” na legitimação de estratégias “próprias” de controle social, revelando elementos para análise das concepções locais de “ordem e harmonia” junto ao processo de instauração que evidencia a interface com os modelos burocráticos das instituições governamentais (Nader, 1994).

É importante reconhecer a inserção da iniciativa local de elaboração de um Regimento Interno no contexto do regime tutelar que exerce o Estado brasileiro sobre as populações indígenas (Oliveira, 1988; Lima, 1995).

Desta maneira, como salienta Mota “o elemento da tutela torna-se condicionante das relações, pois em nosso espaço público apenas alguns membros são tributários da legitimidade do discurso, da representação direta como o Estado” e com isto de serem os “legítimos detentores dos mecanismos de administração de conflitos e produção de verdade” (2001: 172, 135).

Neste sentido, seria oportuno perguntarmos se o caso Pataxó oferece uma interface entre um modelo “próprio” e um “modelo burocrático”. Não o pensando numa operação matemática de soma e resultado, sim nas possibilidades de interação que o contacto com as instituições governamentais tem tido na prática e no convívio com as sociedades indígenas (Lima, 1995; Oliveira, 1999).

Após sugerir que as estratégias locais de administração de conflitos podem ser formas de manter uma articulação entre um “modelo não-formalizado” com um “modelo formalizado”, busco me deter agora em uma das características desenvolvidas pelas lideranças para o exercício de sua autoridade em Barra Velha. Considerando que esta “combinação” tem por objetivo o exercício da autoridade em Barra Velha, cabe nos indagar sobre as sanções e as coerções impostas pelo exercício da autoridade.

c. Sanções positivas

A ausência de punição às violações do código de “bom comportamento” presumido tais como o alcoolismo, o ingresso de pessoas “estranhas” não autorizadas é complementado pelo reforço aos “bons exemplos” e do “dever ser” em barra Velha. Estas sanções positivas têm por objetivo reforçar aqueles comportamentos considerados pelas lideranças como próprios da indianidade Pataxó e representam um modelo de organização da administração dos conflitos.

Assim, um dos aspectos em que se re-criam os elementos para construção social da liderança em barra Velha está ligado às sanções positivas. A coerção com punições por atos de desobediência à autoridade tanto pessoal quanto formal dos códigos locais é indicada nos atos das lideranças, mas não se efetiva em realidade, senão como uma repreensão moral. Em lugar de sanções negativas, ou em complemento à elas, as sanções que reforçam os espaços de produção e reprodução da autoridade ganham maior destaque na relação com as lideranças. Por meio delas se reproduzem a autoridade em espaços distintos como o cotidiano e os eventos específicos como as viagens e as reuniões motivadas pelo comércio aldeão, pelos projetos governamentais, etc. Tais eventos são fundamentais para a veiculação do capital social para constituição dos sujeitos enquanto lideranças e o seu reconhecimento como autoridade dentro da aldeia. Tais sanções têm por objetivo o reconhecimento dos sujeitos através da sua “participação” e o seu “envolvimento” nas atividades consideradas de liderança na aldeia. Isto é, processos que se baseiam na evitação do uso da força e da coerção física dentro da aldeia como forma de exercício da autoridade. Ou seja, “o modelo de poder coercitivo não é então aceito senão em ocasiões excepcionais, quando o grupo se vê diante de uma ameaça externa” (Clastres, 1988: 23) como aqueles indicados nas entrevistas relacionados à presença de pessoas externas à aldeia – por exemplo, na temporada de alta estação turística - e sua alternativa de solução através da instalação de guaritas para o controle de entrada e saída à Terra Indígena.

Embora não existam punições estabelecidas formalmente aos comportamentos que coloquem em ameaça as narrativas de ordem – por exemplo, o consumo e venda de bebidas alcoólicas, o corte de madeira, à negativa de usar os trajes tradicionais, entre outros -, é possível identificar ações que produzem um reconhecimento público das

autoridades como exemplos da ordem para aqueles que não cumprem com esta construção idealizada.

Em muitos casos as sanções positivas aparecem em Barra Velha em termos de omissão, ou seja, de pouco envolvimento nas atividades coletivas e desinteresse das questões relativas ao poder e à liderança. Em outros momentos a sanção aparece de forma positiva, pela valorização do ingresso em atividades coletivas, ocasião em que as lideranças constituem seu capital social para mobilizar nas viagens e nas reuniões dentro e fora da aldeia. Ligadas à imagem de liderança e autoridade, tais atividades de reprodução pública da cultura Pataxó, contêm um alto valor simbólico para os habitantes – especialmente aqueles dedicados à construir espaços de liderança e autoridade local - e, portanto, revelam a eficácia de seguir as pautas de comportamento direcionadas por elas.

Chama atenção a relação entre a escolha para participar de viagens institucionais – que aparecem como formas públicas de sanções positivas aplicadas pelas lideranças para os demais sujeitos Pataxó da aldeia Barra Velha –, e a reprodução do lugar da autoridade a partir da utilização da sanção como um recurso reservado às lideranças. Ou seja, as figuras investidas de autoridade na aldeia – cacique, e demais lideranças –, valorizam àqueles sujeitos que demonstrarem a reprodução do comportamento correspondente à narrativa de ordem e harmonia, a partir de sanções positivas. Se considerarmos os relatos das trajetórias das lideranças aqui apresentadas eles sugerem que a manutenção e o exercício destas sanções é parte do processo da constituição da produção de lideranças como tal.

O tema da “viagem” tem o duplo aspecto de proporcionar uma visão de fora – quem são os Pataxó no cenário do indigenismo brasileiro -, e uma visão de dentro da construção da autoridade – como reconhecer e produzir fronteiras em relação ao que eles definem como ameaça à cultura Pataxó. Como apresentado por Oliveira, a figura da “romaria política” é a expressão das viagens feitas pelas lideranças nas quais se instituem “mecanismos de representação, constituiriam alianças externas, elaboraram e divulgaram projetos de futuro, cristalizaram internamente os interesses dispersos e fizeram nascer uma unidade política antes inexistente” (1999: 34).

Considerando o papel das viagens como “romarias políticas”, o retorno à aldeia é sempre uma forma de recriação das condições necessárias da existência da cultura

Pataxó e manutenção de interações. Aquele que retorna é visto como pessoa importante na construção das narrativas da comunidade indígena, como demonstra as narrativas das quatro lideranças descritas no capítulo dois. Mas também aquele que viajou considera este ato importante para a produção de sua autoridade, bem como sua inclusão como elemento na composição dos capitais sociais necessários ao exercício da autoridade.

Este capítulo teve como objetivo situar as chefias, autoridades e conflitos entre os Pataxó de Barra Velha. Por meio de um breve percurso pela contribuição da antropologia política procurei focar a questão da governança e da organização política em sociedades indígenas do Nordeste. Aqui, me detive no caso da aldeia Pataxó de Barra Velha, especialmente argumentando que as figuras públicas do Cacique e das lideranças são fundamentais para a construção do sujeito político Pataxó. Neste aspecto particular procurei elementos que me indicassem os lugares que a linguagem burocrática revela em termos da valorização do documento escrito e das organizações formais como expressão da autoridade nos Pataxó. Para isto me detive em dois exemplos do que chamei de “A burocratização das relações cotidianas: o Conselho Deliberativo, as Associações e o Regimento Interno”.

Finalmente concluo o capítulo apresentando as sanções positivas como forma de mediação dos conflitos entre os Pataxó. Lançando mão de idéia de que as sanções positivas são: a) uma representação pública do “bom nativo” e b) uma forma de produção da autoridade entre as pessoas que se candidatam à liderança, considero que a busca pela autoridade é uma forma de agenciamento de novas lideranças Pataxó.

Capítulo 4 – Considerações finais

Me dediquei nesta dissertação a apresentar o panorama em que se desenvolve a constituição da liderança e a autoridade dentro da aldeia indígena Pataxó de Barra Velha. Usei o método etnográfico e os materiais disponíveis sobre os Pataxó para compreender a relação entre as trajetórias de lideranças e a produção da autoridade a partir de três direções. Primeiramente, na constituição da liderança no ambiente coletivo, quer dizer, nas categorias nativas compartilhadas socialmente em que a autoridade é re-criada, especialmente, na figura do cacique, das lideranças e as formas associativas locais. Em segundo lugar, a partir da análise de quatro trajetórias de lideranças reconhecidas dentro da aldeia no momento de realização da pesquisa, me permitiram observar a consolidação dos capitais sociais mobilizados para construção do seu lugar como autoridade dentro da aldeia. Em terceiro lugar, a partir da apropriação de dispositivos para administração de conflitos no nível local, como é o caso do Regimento Interno, das associações e das narrativas de “indianidade” para esta elaboração constante, pude constatar o esforço das lideranças locais em constituir um corpo jurídico e político para validar a produção e reprodução das relações e poder em Aldeia Barra Velha.

Os processos de construção das lideranças e as formas de exercício da autoridade na aldeia indígena Pataxó Barra Velha revelam diversas interpretações diante um panorama de constante interrelação com agentes e agências institucionais em diferentes níveis. Tal interrelação implica a compreensão da chegada e apropriação de inúmeros serviços públicos e situações que desafiam as narrativas de modelos tradicionais e de “indianidade” conhecidos no cenário brasileiro.

Neste sentido, a chegada de muitos serviços públicos na aldeia como o ensino fundamental completo na escola, a energia elétrica, a conexão a internet, o incremento do turismo na região, etc., origina quadros de agenciamento de lideranças e discursos de participação ligados à construção do “Pataxó ideal” a partir de uma visão particular da relação entre autoridade e liderança. Além das interações junto aos órgãos governamentais e a intervenção de agentes institucionais de diversas áreas, tal relação apresenta desafios para manutenção das narrativas em torno aos modelos tradicionais,

uma vez que procuram articulá-la às inovações da governança do estado sob a moldura das ações tutelares.

A construção da autoridade no nível local se confronta constantemente diante desse contexto de interações e mudanças. Desta maneira, vimos na elaboração de um Regimento Interno que contém a construção de fronteiras e afirmação de uma narrativa “própria” em relação à autoridade, a mobilização de capitais específicos ligados à construção dos comportamentos ideais. Quer dizer, o Regimento Interno imagina em seus diversos momentos as distinções sociais construídas no cotidiano para serem colocadas no plano normativo.

No entanto, a incorporação dos modelos governamentais e burocráticos também desafia esse lugar de autoridade. A burocratização das práticas cotidianas condiciona as narrativas existentes de tradição, por exemplo, diante à construção de modelo(s) de “bom nativo”. Apresentei este “modelo de bom nativo” a partir das ações dos sujeitos políticos em suas interrelações com os agentes e as agências governamentais e na incorporação dos modelos jurídicos da sociedade envolvente na produção dos capitais sociais enquanto liderança.

Da mesma forma é importante destacar a coexistência de práticas e interpretações dos mecanismos jurídicos no interior da aldeia Barra Velha. Isto é evidente na construção do Regimento Interno onde os sujeitos se inscrevem nas lógicas do âmbito jurídico a partir das categorias locais da autoridade, destacando a elaboração de elementos “próprios” que legitimem o diálogo em face das reivindicações políticas e conjunturais com que se deparam os Pataxó.

Neste caso, pareceu-me que as estratégias locais de administração de conflitos relativas à criação do Regimento Interno, as formas locais de controle social re-criadas nas sanções positivas e à construção do sujeito político Pataxó pretendem manter uma articulação entre um “modelo não-formalizado” com um “modelo formalizado”. O primeiro modelo estaria baseado nas práticas locais vigentes de reconhecimento das autoridades e lideranças na mediação de disputas do cotidiano, enquanto o segundo modelo estabeleceria a formalização dos procedimentos destas autoridades “para fora”. Ou seja, a partir da criação de dispositivos que gerem uma maior legitimidade a partir da combinação das atuações das lideranças dentro da aldeia indígena quanto fora dos limites territoriais definidos por estes como indígenas.

Nessa articulação de modelos institucionais e práticas e iniciativas locais se revelam os lugares e os momentos para construção dos modelos de autoridade Pataxó. Dessa maneira, vimos nas trajetórias dos indivíduos que apareceram como lideranças e com um papel de destaque diante a população as diversas formas em que se estabelece o exercício da autoridade e a encenação do poder na aldeia indígena Pataxó de Barra Velha. Creio que as quatro trajetórias permitiram observar diferentes perfis e vozes nessa construção da autoridade, bem como o modelo nativo de cada ator. Considero, finalmente, a importância da articulação destas diferentes experiências individuais na consolidação e reprodução da narrativa de origem e centralidade da aldeia Barra Velha como “aldeia mãe” dos Pataxó, evidenciando-se como categoria local fundamental da produção da alteridade e dos critérios de identidade étnica.

BIBLIOGRAFIA

- ABÉLÈS, Marc. 2005. *Anthropologie de l'État*. Petit Bibliothèque Payot. Paris
- _____. 1997. La antropología política: nuevos objetivos, nuevos objetos. *Revista Internacional de Ciencias Sociales (UNESCO)* 153
- BAINES, Stephen Grant. 1999. *Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia*. In *Série Antropologia* 246 Universidade de Brasília: Brasília.
- BALANDIER, Georges. 1969. *Antropología Política*. Ed. Península. España
- BARRETTO Filho, Henyo Trindade. 1994. *Tapebas, tapebanos e pernas-de-pau de Caucaia, Ceará: Da etnogênese como processo social e luta simbólica*. *Série Antropologia* 165. Universidade de Brasília
- BARTH, Fredrik. 2000. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- BOURDIEU, Pierre. 2005. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. 2000. *Cosas Dichas*. Gedisa editorial. Barcelona.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. 1992. *Comparação e Interpretação na Antropologia Jurídica*. In: *Anuário Antropológico/89*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. 2002. *Direito legal e Insulto Moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Núcleo de Antropologia da Política.
- _____. 2005. *Direitos, Insulto e Cidadania: existe violência sem agressão moral?* Brasília: Departamento de Antropologia UnB. (*Série Antropologia* nº. 371)
- CARDOSO de Oliveira, Roberto. 2000. *Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico*. In: *Estudos Avançados* 14 (40)
- _____. 1976. *O papel dos "postos indígenas" no processo de assimilação: estudo de dois casos*. In: Schaden, Egon. *Leituras de Etnologia Brasileira*. Companhia Editora Nacional. São Paulo: pp. 448 – 454.

- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 1992. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP.
- CARREÑO, Pablo. 1994. Jefes, líderes y pastores. Tomo II Líderes. Editorial AC. Madrid.
- CLASTRES, Pierre. 1988. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO Maria Rosário G. de. 1992. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: Carneiro da Cunha, Manuela. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP. pp. 431-456
- DAS, Veena. 2007. Life and words. Violence and the Descent into the ordinary. University of California Press. Berkeley and Los Angeles: California
- _____. 2008. Tiempo, identidad y comunidad. In: Ortega, Francisco A. (Ed.), Veena Das. Sujetos del dolor, agentes de dignidad. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, pp. 73-94
- DAVIS, Shelton. 1973. Antropologia do Direito. Zahar eds. Rio de Janeiro
- FERREIRA, Ivson J. 2000. Ruptura e conflito: a prática indigenista e a questão da terra entre os Fulniô. In: Espírito Santo, Marco Antonio do (org.) Política Indigenista: Leste e Nordeste Brasileiros. FUNAI/DEDOC: Brasília. pp. 41 – 53
- FULLER, Chris. 1994. Legal Anthropology: Legal Pluralism and Legal Thought. In: Anthropology Today 10(3): 9 – 12
- GEERTZ, Clifford. 2003. La interpretación de las culturas. Barcelona: Gedisa
- _____. 2004. What Is a State If It Is Not a Sovereign? Reflections on Politics in Complicated Places. In: Current Anthropology Vol. 45, N° 5
- GEERTZ, Clifford. 2006. “O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa”. In: _____. O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 8. ed. Petrópolis: Vozes. pp. 249-356.
- GLEDHILL, John. 2000. El poder y sus disfraces. Perspectivas antropológicas de la política. Edicions Bellaterra: Barcelona.

- GONZÁLEZ Alcantud, José A. 1998. *Antropología (y) Política. Sobre la formación cultural del poder*. Anthropos Editorial: Barcelona.
- GORDON, Robert. 2007. *Popular Justice*. In: David Nugent & Joan Vicent (ed.) *A companion to the Anthropology of Politics*. Blackwell Publishing: United Kingdom, pp. 349-366
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. 1999. *Os 'Índios do Descobrimento': Tradição e Turismo*. Tese apresentada para a obtenção do Título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGAS, Rio de Janeiro.
- _____. 2001. *Os 'Índios do Descobrimento': Tradição e Turismo*. Contracapa Livraria: Rio de Janeiro.
- GUPTA, Akhil. 2006. *Blurred Boundaries: The Discourse of Corruption, the Culture of Politics, and the Imagined State*. In: Sharma, Aradhana & Akhil Gupta (ed.), *The anthropology of the state. A reader*. Estados Unidos: Blackwell publishing, pp. 211 – 242
- GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. 2008. *Más allá de la “cultura”: espacio, identidad y las políticas de la diferencia*. (Tradução de Erna von der Walde). In: *Antípoda 7*: 233-256
- HANNERZ, Ulf. 1997. *Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional*. *Mana 3(2)*: 7-40
- LEACH, Edmund. 1996. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1995. *Um grande cerco de paz*. Vozes. Rio de Janeiro
- LIMA, Roberto Kant de. 2008. *A Antropologia do Direito no Brasil*. In: *Ensaio de Antropologia e de Direito*. Lumen Juris. Rio de Janeiro.
- LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. 2000. *Reservas Extrativistas Marinhas: uma reforma agrária no mar? Uma discussão sobre o processo de consolidação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói

- _____. 2006. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento*. Tese doutorado. Universidade de Brasília.
- LOBÃO, Ronaldo; ÁVILA, Thiago; FREITAS, Alexandra Coraça; LIMA, Hélio Castro. 2009. *Relatório da 1ª Etapa do Estudo Etnoecológico da Terra Indígena de Barra Velha de Monte Pascoal, BA. Vols I, II e III*.
- LLANES Guardiola, Carolina. 2008. *Exploración etnográfica de las dinámicas locales de liderazgo socio – político en Maicao – La Guajira*. Informe Final de Investigación. Universidad de Antioquia. (mimeo)
- LLANES Guardiola, Carolina. 2009. *Desafíos y adaptaciones en el liderazgo sociopolítico. Programa familias en acción en Maicao - La Guajira*. In: *Estudios Sociológicos*, 27(81): 909-932, Número 3 septiembre-diciembre, Colegio de México.
- LUQUE, Enrique. 1996. *Antropología Política. Ensayos críticos*. Ariel. Barcelona.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 2008. *Crime e costume na sociedade selvagem*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- MAROCA de Castro, Maria Soledad. 2008. *A Reserva Pataxó da Jaqueira: o passado e o presente das tradições*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília.
- MAUSS, Marcel. 2003. *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: _____ *Sociologia e antropologia*. Cosac & Naify: São Paulo, pp. 183 – 314
- MOTA, Fabio Reis. 2001. *O estado contra o estado: direitos, poder e conflitos no processo de produção da identidade “quilombola” da Marambaia*. In: _____. *Antropologia e Direitos Humanos*. RJ, Lumen Juris: pp. 133 – 183
- MOORE, Sally Falk. 1978. *Law as Process: an anthropological approach*. London; Boston: Routledge & K. Paul.
- NADER, Laura; Todd Jr, Harry F. (eds.). 1978. *The disputing process: law in ten societies*. New York: Columbia University Press.

- NADER, Laura. 1990. *Harmony Ideology: justice and control in a Zapotec Mountain Village*. Stanford: Stanford University Press.
- _____. 1994. A Civilização e seus negociadores: a harmonia como técnica de pacificação. In: *Anais da XIX reunião Brasileira de Antropologia*. Niterói: pp. 43-66.
- _____. 2002. *The life of Law: anthropological projects*. University of California Press: Berkeley
- NAVA Morales, Elena. 2008. *Apropriação de uma política pública de “inclusão digital” entre os Pataxós de Coroa Vermelha, Bahia*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília.
- OLIVEIRA Filho, João Pacheco de. 2004. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Contra Capa. Rio de Janeiro. (2ª edição) pp. 13 – 42
- _____. 2003. Os caxixós do Capão do Zezinho: uma comunidade indígena distante das imagens da primitividade e do índio genérico. In: Santos, Ana Flávia Moreira & Oliveira, João Pacheco de. *Reconhecimento étnico em exame: dois estudos sobre os Caxixó*. Rio de Janeiro: Contracapa. pp. 139 – 180
- _____. 2000. Três teses equivocadas sobre o indigenismo. (Em especial sobre os índios do Nordeste). In: Espírito Santo, Marco Antonio do (org.) *Política Indigenista: Leste e Nordeste Brasileiros*. FUNAI/DEDOC: Brasília. pp. 17- 26
- _____. 1999. A problemática dos “índios misturados” e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história. In: *Ensaio em Antropologia Histórica*. Editora UFRJ. Rio de Janeiro: pp. 99 – 123
- _____. 1988. “O nosso governo”: os Ticuna e o regime tutelar. Marco Zero. São Paulo.
- PIMENTA, José. 2009. *Parceiros de Troca, Parceiros de Projetos. O ayompari e suas variações entre Ashaninka do Alto Juruá*. In: Smiljanic, María Inês; Pimenta, José; Baines, Stephen Grant. *Faces da Indianidade*. Nexo Design: Curitiba. pp. 101 - 126

- _____. 2008. “Viver em comunidade”: O processo de territorialização dos Ashaninka do rio Amônia. In: Anuário Antropológico/2006, pp. 117 – 149
- RAMOS, Alcida Rita. 1995. O índio hiper-real. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, N° 28
http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_01.htm
(acessado em 28 de fevereiro de 2011).
- _____. 2004. O pluralismo brasileiro na berlinda. In: Etnográfica, Vol. VIII (2): 165-183
- REGO, André Gondim do. 2009. A guarda indígena Pataxó e administração de conflitos na aldeia Coroa Vermelha. Projeto de qualificação. Doutorado em Antropologia. Universidade de Brasília. (mimeo).
- ROBERTO DE OLIVEIRA, Alessandro. 2009. Bukimuju, Xukurank: Lideranças, Política e Etnopolítica Xakriabá. In: Smiljanic, María Inês; Pimenta, José; Baines, Stephen Grant. Faces da Indianidade. Nexo Design: Curitiba. pp. 203-231
- ROSEN, Lawrence. 1990. The Anthropology of Justice: law as culture in an Islamic society. Cambridge: Cambridge University Press
- SAHLINS, Marshall. 1963 “Poor Man, Rich Man, Big Man, Chief: Political Types in Melanesia and Polynesia”. In: Comparative Studies in Society and History, 5(3): 285-303
- SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. 2000. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território pataxó do monte pascoal. In: Espírito Santo, Marco Antonio do (org.) Política Indigenista: Leste e Nordeste Brasileiros. FUNAI/DEDOC: Brasília. pp. 121-136
- SANTOS, Maria Helena de Castro. 1997. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. In: Dados 40 (3) Rio de Janeiro
- SILVA, Luiz Fernando Villares e. (org). 2008. Coletânea da legislação indigenista brasileira. CGDTI/FUNAI: Brasília.

- SILVA, Sandro José. 2000. Tempo e espaço entre os Tupiniquim. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- SIMMEL, Georg. 1983a. A Natureza Sociológica do Conflito. In: Georg Simmel, Evaristo de Moraes Filho (Org.). São Paulo: Ática.
- _____. 1983b. A Competição. In: Georg Simmel, Evaristo de Moraes Filho (Org.) São Paulo: Ática.
- _____. 1903. The Sociology of Conflict. American Journal of Sociology. Disponível em http://www.brocku.ca/MeadProject/Simmel/Simmel_1904b.html (acessado em 12 de março de 2009)
- _____. 2006. Questões fundamentais da sociologia. Individuo e sociedade. Jorge Zahar Eds: Rio de Janeiro.
- SOTTO-MAIOR, Leila Sílvia Burger. 2006. Relatório circunstanciado de revisão de limites. Terra Indígena Barra Velha Monte Pascoal. Portaria nº 329, de março de 2006: Brasília.
- SOUSA, Antonio F.; CORDEIRO, Antonio & LOBÃO, Ronaldo. 2008. Manual de Ação Policial e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Riosegurança, v.1, 87p.
- TURNER, Victor W. 1974. O processo ritual: estrutura e anti-estrutura. Tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis, Vozes.
- _____. 1979. Ritual aspects of conflict control in african micropolitics. In: Swartz, Marc & Turner, Victor W. (eds.). Political Anthropology. Aldine Publishing: New York, pp. 239 – 246.
- ULLOA, Astrid. 2004. La construcción del nativo ecológico. Complejidades, paradojas y dilemas de la relación entre los movimientos indígenas y el ambientalismo en Colombia. Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Colciencias: Bogotá.
- WEBER, Max. 1983. Economía y Sociedad. Fondo de Cultura Económica. México.

ANEXOS

Regimento Interno da Aldeia Mãe Pataxó Barra Velha.

REGIMENTO INTERNO**DA****ALDEIA****MÃE****PATAXÓ BARRA VELHA**

INTRODUÇÃO:

Este regimento se constitui pela premente necessidade de se normalizar um conjunto de ação em discussão pela população Indígena da Aldeia Barra Velha e tem como finalidade alcançar os objetivos propostos dentro de uma organização ultima para a defesa dos Direitos e interesse da nossa comunidade. Preconiza ainda interna e externamente, o cumprimento de normas e procedimentos como base norteadora para uma convivência harmoniosa entre os povos do Brasil dada a sua condição pluriétnico. Por outro lado à etnia Pataxó nação guerreira que sofreu grande impacto interétnico, já absorveu as mudanças no contexto sócio econômico e cultural. Os diversos padrões étnicos contaminaram a nossa sociedade e fragilizaram a nossa Cultura de tal modo que sentimos dificuldades para avançar no que diz respeito. A busca por resposta aos problemas que de maneira ultra-rápido vem afetando a nossa organização interna inconseqüentemente coibida, as nossa conquistas histórica, condições estas que devemos superar quanto antes, junto com a nossa comunidade.

A terra indígena Barra Velha com dimensão território de 8.627 hectares localizada no município de Porto Seguro no Estado da Bahia, abriga uma população de 311 famílias vivendo basicamente da agricultura de subsistência seguida da confecção e comercialização de artesanato aos visitantes que vem á costa do descobrimento. Sendo que do atual território, uma parte estar consolidada como área de preservação ambiental e outra grande parte apresenta-se em característica de campos, restingas manguezais etc. impróprio para sua utilização na agricultura de forma que devido ao aumento significativo da população e a inexistência de investimentos em tecnologia agrícola, a produção de alimento não supre a demanda do consumo. Sendo um dos motivos da migração de algumas famílias para outras regiões e aldeias em busca de seu sustento.

Nossa comunidade enfrenta grade desafio a serem superados. Porem temos em mão um grande potencial a ser administrado principalmente se tratando de localização geográfica de exploração do turismo. O que tem nos faltado é organização e planejamento com visão do futuro para que possamos atingir os nossos objetivos em quanto povo, aliar a tradição com modernidade é o bem estar ao equilíbrio.

Constitui-se em 04 (quatro) pontos fundamentais as características de um povo: Fé, Leis, Líder e Território próprio. Assim, um conjunto de pessoas munida e unida pela mesma cultura, tem sentimentos comuns. Sendo assim, cabe a nos que somos lideranças

esclarecê-lo e animá-lo; dar exemplo e ser exemplo. Mais para isso deve reconhecer que necessitamos de ajuda para fazer com eficiência aquilo que é nossa responsabilidade. Idealizar um poder junto com a comunidade, liderar o processo, buscar unir o povo, compartilhar os trabalho, onde todos possam e devem contribuir. Por fim, ter em mente que precisamos estar muitos bem organizado em uma forma de governo onde todos são parceiros e cúmplices em todas as ações desenvolvida na comunidade.

Sendo assim, ser liderança não é ser qualquer um. Porem não é ser melhor que ninguém. Liderar quer dizer. Chefiar, Conduzir, Reger, Orientar, Comandar, Facilitar, Representar, Governas... Devemos então, as lideranças desta aldeia, estar conscientes do nosso papel e nossas responsabilidades para com o nosso povo.

Portanto, pensando no fortalecimento da Aldeia Barra Velha e na sua população como etnia pataxó berço da nação brasileira através de uma organização coletiva, o Cacique, instituições, representantes de setores – seguimento da aldeia, famílias e vereadores indígenas, doravante denominado de conselho geral e deliberativo, a fim de estabelecer projetos e normas para o bem estar da comunidade, decretam:

CAPITULO –I

Artigo 1º fica instituído o regimento interno do conselho geral e deliberativo da comunidade Indígena pataxó da aldeia Barra Velha por decisão de seus representantes habitantes Indígenas da aldeia Barra Velha, com duração indeterminada e com as seguintes finalidades e competências:

I – Promover a organização interna da comunidade, deliberando sobre a aplicação de normas e procedimentos (direitos e deveres) a serem seguidos por seus membros (individual e coletivamente) visando um planejamento de trabalho e conseqüentemente a obtenção de resultados satisfatória ao desenvolvimento comunitário de forma integrada nos setores de Saúde Educação, Meio Ambiente, Habitação, bens de serviços (Cooperativismo), desenvolvimento sustentado, Turismo e fundiário como base para a sobrevivência e manutenção da sua identidade como grupo humano;

II – fazer valer na pratica os direitos constitucionais indígenas estabelecidos e previstos nos artigos 231 e 232 da constituição federal, Estatuto do Índio, lei 6.001 de 19 de dezembro /73, leis complementares, artigos, normas, portarias, decretos e demais

assuntos correlatos aos povos Indígenas, especificamente como subsidio na garantia da aplicação das políticas publicas voltada ao interesses dos índios em todas as esferas de poder;

III – desenvolver o espírito associativo entre os membros da comunidade indígena da aldeia Barra Velha;

IV – defender e fazer respeitar a comunidade indígena frente a eventuais problemas envolvendo pessoas ou entidade da sociedade Civil Brasileira;

V – propiciar condições para o fortalecimento das famílias mediante a relação infrafamiliar e comunitária;

VI – representar a comunidade nas relações com organizações governamentais e não governamentais sociedades privadas ou de economia mista, concluindo, efetivando acordos, convênios, solicitações, pedidos, reivindicações:

VII – promover estudos das condições sócias, econômicas e sanitárias da aldeia Barra Velha para posterior envio de relatório as autoridades:

VIII –idealizar, planejar, realizar e participar de campanhas indigenista para os planos culturais, assistenciais, econômicos, etnográficos e outros;

IX – receber doações através de suas instituições de pessoas físicas e Jurídica, nacionais e internacionais as quais serão revertidas em programas de desenvolvimento comunitárias, bem como incorporá-las ao seu patrimônio;

X – combater a degradação social e ambiental;

XI – mobilizar a comunidade para exercer vigilância permanente quanto à aplicação dos recursos públicos ou não oriundo de qualquer fonte destinados aos programas e projetos da aldeia;

Parágrafo único. A comunidade usando do direito à cidadania poderá solicitar a intervenção do ministério público federal no acompanhamento da aplicação dos recursos;

CAPITULO – II

Artigo 2º da estrutura organizacional:

Os setores, seguimento e atividades da comunidade terão representação no conselho geral e deliberativo da aldeia sendo que os setores que estiverem organizados por um sistema institucional, serão representados pela suas instituições – são as seguintes: na saúde pelo conselho local de saúde; Educação, Escola Indígena Pataxó Barra Velha; Artesanato, Associação de artesão: Meio ambiente, Agricultura, Pesca, Turismo, Esporte, Cultura, terá, um representante que fará um trabalho em todas as modalidades do setor; social e segurança será papel de todos. As demais extensões da aldeia terão um representante no conselho. As mulheres e anciões (velhos) terão acento de representação de classe no conselho comunitário.

CAPITULO - III

Artigo 3º das Definições e Funções

Parágrafo único – O cacique é a autoridade máxima da aldeia, isto é, é o chefe geral da comunidade, como também o preside o Conselho Geral e deliberativo.

Do conselho geral e deliberativo: é a instancia central e mediadora das discussões e decisões da comunidade. É composto pelo cacique, organizações indígenas e setores organizados.

Funções do conselho: deliberar normas para comunidade, planejar, sensibilizar e acordar ações junto à comunidade.

Instituições: são organizações jurídicas representativas criadas na aldeia pataxó Barra Velha, a fim de desenvolver projeto e atividade para o bem estar social.

Representantes de setores: são pessoas escolhidas pela comunidade para ocupar determinado setor, com fim de defender projetos localizados.

Seguimentos: são atividades desenvolvidas nas áreas social e econômica, são elas: saúde, educação, artesanato, meio ambiente, agricultura, pesca, turismo, esporte, social, segurança, cultura, pecuária e infra-estrutura.

Representante de famílias: são os representantes das famílias que tem o mesmo sobrenome, sendo assim, cada grupo familiar terá apenas um representante no conselho. O representante devem ser índio, morar na comunidade, e ter grande credibilidade e influencia no grupo familiar.

Função:

Representar as idéias do grupo familiar no conselho:

Mediar situações de conflito:

Participar das reuniões do conselho e comunidade;

Repassar as informações aos membros do seu grupo familiar;

Orientar e sensibilizar o grupo familiar para os trabalho comunitário;

Vereadores indígenas: são indígenas eleitos que farão parte do conselho geral para articular e defender os interesse da comunidade junto aos poderes constituídos.

Função:

Trabalhar em parceria com lideranças e instituições;

Apresentar ao conselho os projetos referentes à comunidade;

Representar a comunidade no legislativo no interesse de projetos de leis, emendas orçamentárias etc;

Respeitar as decisões da comunidade;

Apoiar a votação de projeto voltada à comunidade;

Apresentar perante a comunidade, prestação de contas do exercício legislativo pertinente aos interesses coletivos.

Comunidade: são todos os membros da aldeia Barra Velha que gozam e sela do bem comum dos deveres e direito da nossa sociedade.

Compete:

Normaliza regra interna:

Delibera todas as atividades de grande impacto:

Decide sobre remoção, indicação e eleição de liderança e representante para respectivos cargos;

Colabora na execução dos trabalhos.

Conselho fiscal:

É a instância geral de fiscalização dos atos do conselho. Sevem para mediar discussões, promover julgamento regular ou irregular, e apontar alternativa em assuntos contenciosos, inclusive ouvindo a comunidade previamente.

Clausula primeira – objetivo do regimento

Parágrafo primeiro:

O presente regimento objetiva a estruturação administrativa da aldeia, a normalização para o cumprimento de regras internas e conseqüentemente o desenvolvimento de projetos, atividades e ações em conjunto que promova o gerenciamento territorial e o desenvolvimento sustentado de nossa comunidade com interlocução entre todas as lideranças e instituições a fim de desenvolver o bem estar nas áreas sociais.

Parágrafo segundo:

Fica acordado entre o conselho que os trabalho e decisões serão em conjunto. Sendo que cada setor terá sua autonomia administrativa e executiva das ações.

Cláusula segunda – do funcionamento

Parágrafo primeiro:

Todos os projetos e propostas serão discutidos e planejados pelo conselho e encaminhado a comunidade para discussão e aprovação.

O conselho deverá apresentar e defender a proposta, explicando a comunidade os motivos e os resultados esperados para cada ação e ser desenvolvida a ser realizada.

Parágrafo segundo:

A convocação dos membros do conselho geral e deliberativo será por escrito e com antecedência de 02 (dois) dias. Caso algum membro não comparecer ou não mandar representante, as proposta e projetos serão analisados e aprovados e os faltosos não podem prejudicar a comunidade reivindicando o cancelamento dos trabalhos porque não se encontrava presente.

Parágrafo terceiro:

Cada membro da aldeia indígena Pataxó Barra Velha, poderá apenas ter um cargo de chefia em instituições ou lideranças. O objetivo é envolver demais pessoas da comunidade na organização administrativa.

Parágrafo quarto:

O conselho terá reunião ordinária, toda primeira sexta-feira do mês, das 8:00 horas

Parágrafo quinto:

As reuniões extraordinárias serão convocadas sempre que necessário por qualquer membro do conselho, dependendo da relevância do assunto a fim de discutir matérias urgentes em local e hora marcada.

Clausula terceira – das competências

Compete ao cacique;

Representar a comunidade;

Presidir o conselho geral e deliberativo;

Idealizar projetos e planejar ações em conjunto as instituições e lideranças para o desenvolvimento da aldeia de Barra Velha;

Solicitar parceria com instituições governamentais e não governamentais para apoio técnico e financeiro incluindo capacitação de lideranças e demais pessoas;

Acompanhar e avaliar a execução de projetos na aldeia;

Delegar funções e, instruir supervisionar seus liderados;

Indicar e destituir seus assessores administrativos;

Apresentar balancete das atividades em locais públicos a cada três (03) mês; ou sempre que julgar necessário.

Reunir e sensibilizar as instituições para os trabalhos;

Manter o carisma e o respeito por toda a comunidade;

Compete a demais liderança:

Prestar apoio ao cacique nos planejamento e discussões dos trabalhos;

Representar o cacique e comunidade em reuniões, na condução dos projetos;

Dar idéias, prestar assessoria, discutir projeto, planejar e defender proposta;

Participar das reuniões de planejamento do conselho e comunidade;

Ajudar na divulgação dos trabalhos e atividades.

Compete as instituições indígenas, representantes de setores e famílias:

Todas as instituições, representantes e famílias deverão cumprir e fazer cumprir com as normas do estatuto social da comunidade;

Dar apoio e cumprir com as propostas deliberadas pelo conselho;

Promover o bem comum da comunidade de forma sustentável;

Cada instituição indicará o seu representante legal para compor o conselho;

Cada instituição mobilizará sua diretoria para elaboração, e aprovação e excursão de seus projetos em sua área de atuação na comunidade;

Apresentar balancete a cada 03 (três) mês.

Das competências individuais:

Compete ao representante da educação escolar indígena da aldeia Barra Velha.

Apresentar proposta para ampliar as unidades físicas e de infra-estrutura das escolas tais como; reformas, reparos, manutenção, equipamentos etc;

Discutir e apresentar critérios de seleção indicação para os cargos eletivos;

Apresentar proposta para implantação de cursos profissionalizantes e tecnológicos na aldeia de Barra Velha;

Apresentar propostas para complementação alimentar tendo como exemplo a implantação de horta nas escolas;

Propor a criação de um programa de educação indígena infantil na aldeia;

Apresentar proposta para construção de um ginásio poli-esportivo na escola indígena;

Discutir e ampliar os programas de formação de professores indígenas e outros cursos de ensino superior;

Propor adequação do currículo das escolas municipais para trabalharem com a diversidade étnica com enfoque especial a cultura pataxó;

Incentivar a escola quanto à mobilização do corpo docente e discente para a provação dos projetos apresentados.

Cultura:

Apresentar proposta para projeto de pesquisa e revitalização da cultura pataxó;

Apresentar o calendário cultural e de festividade tradicionais da aldeia;

Propor a criação de museu pataxó;

Propor oficinas culturais integrando os demais setores a comunidade;

Proporá a produção de material como CD, DVD, cartazes, folder e documentários para divulgar a cultura pataxó.

Turismo;

Apresentar necessidade da criação de um centro histórico no território Barra Velha;

Discutir os projetos de receptivos (monitores, guias, paisagismo e de construção de módulo turístico, centro de comercialização de artesanato, centro de informação para atendimento característico sobre a cultura local);

Elaborar plano de divulgação da aldeia de Barra Velha com a captação de parcerias entre as operadoras de turismo, agencias de viagem, para ampliação e permanência do turista na aldeia;

Propor apoio à construção de galpão e cursos de capacitação e aos artesões indígenas incentivando a revitalização dos artesanatos tradicionais que deixaram de ser produzido;

Propor a participação da comunidade indígena em feiras, exposições, rodadas de negócios nacionais e internacionais;

Propor qualificação profissional na área de atendimento e prestação de serviços.

Saúde:

Readequar o convênio da FUNASA Prefeitura conforme o numero da família;

Pactuar entre o município para o atendimento de media e alta complexidade;

Regularizar abastecimento e distribuição de medicamentos;

Realizar instalação de rede de esgoto sanitário na Aldeia;

Cobrar fiscalização dos trabalhos realizados pela FUNASA;

Manter o programa de saúde da mulher, de educação sexual, prevenção contra as drogas através de palestras etc;

Implantar projetos de fototerapia com laboratório;

Procurar parceria junto a Universidades para convenio prefeitura e funasa para melhorar o atendimento medico.

Agricultura:

Financiamento e parceria com órgãos do governo Federal, Estadual e Municipal para o desenvolvimento de projetos agrícolas que promova gerenciamento territorial e desenvolvimento sustentável

Projeto de irrigação;

Construção de infra – estrutura, beneficiamento e armazenamento de produtos;

Transporte para escoamento;

Cursos de técnicas agrícolas.

Meio ambiente:

Elaboração de cartilhas de conscientização ambiental;

Incentivo aos projetos em desenvolvimento;

Regularização coleta de lixo / seletivo;

Implantar usina de reciclagem de lixo.

Projeto de reflorestamento nas áreas degradadas.

Pesca:

Apoio à viabilização da atividade de pesca marítima;

Apoio à construção da sede de infra – estrutura para a seleção, armazenamento, embalagem e venda dos produtos de pesca;

Apoio a financiamento para a compra de barco;

Capacitação dos índios em pesca marítima e artesanal;

Viabilizar projeto para construir entreposto pesqueiro, uma peixaria e um mini frigorífico.

Infra – estrutura da aldeia:

Garantia de apoio na ampliação da Terra Indígena Barra Velha;

Executar programa de moradia / unidades habitacionais;

Ampliar rede de água e energia e elétrica;

Criar área de esporte e lazer;

Construir guaritas, estradas e pontes.

Segurança:

Discutir e implementar em parceria, comunidade indígena, Funai, Polícia Federal e prefeitura municipal, um programa ante droga e combate à criminalidade para prevenir, coibir, punir e recuperar os infratores da ordem pública e social ouvindo antecipadamente a comunidade indígena sob a forma de aplicação da penalidade, respeitando a especificidade étnica, porém, instituindo a prerrogativa de que todos são iguais perante a lei;

Instituir um sistema interno de segurança garantindo a prevenção de delitos.

Compromissos da comunidade indígena:

1 – fica definido pela comunidade Indígena Aldeia Barra Velha que a partir dessa data, atribuições inerentes a cada membro da comunidade, terá um peso de responsabilidade dentro do contexto por saber que é dever de todos zelar pelo patrimônio étnico – cultural e demais formas de ser e viver desse povo, assegurando que as gerações futuras possa usufruir dessa hereditariedade.

2 – Repassar informações ao conselho sobre qualquer assunto que tiver conhecimento dentro ou fora do convívio comunitário envolvendo membros da comunidade Indígena ou preposto de instituições Públicas, especialmente sobre: entorpecentes (drogas), furtos, abusos sexual, exploração de menores Indígenas, Porte ilegal de documentos oficiais, venda ilegal de produtos florestais oriundos da reserva indígena, envolvimento de agentes públicos, ONG'S e outros com prejuízos moral e financeiro à comunidade, apropriação indébita à propriedade privada;

3 – O conjugue que não pertencer à etnia, somente poderá apresentar sugestões na comunidade através do parceiro (a), bem como não terá direito a voto sobre assuntos eletivos na comunidade;

4 – A comunidade se comprometerá à realização de um censo com objetivo de identificar os principais problemas da comunidade os quais servirão também como referência a inclusão nos projetos que doravante serão apresentadas as sociedades;

